

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE OUTUBRO DE 2007

NÚMERO 5.802

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joões Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joões Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joões Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1816
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 034ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 09/10/20072
Ata da 035ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 09/10/20073
Ata da 087ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 18/10/2007.....9
Ata da 028ª Sessão Solene da
16ª realizada em 18/10/2007 às
19h24

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....27
Atas das Comissões
Permanentes28
Avisos de Resultado.....29
Extratos29
Portarias29
Projeto de Lei30
Redações Finais.....30

PLENÁRIO**ATA DA 034ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2007
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA**

Às 16h18min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Conforme entendimento dos srs. líderes, passaremos de imediato à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0009/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0010/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0110/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0430/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0160/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0379/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei 0383/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Estão encerradas as votações das redações finais da Ordem do Dia desta sessão extraordinária.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2007, de procedência governamental, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 336, de 2006, que cria os cargos de agente de escola e vigilância prisional, vinculados ao Departamento de Administração Prisional da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria na mesma conformidade da votação em primeiro turno.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI sim

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADA ODETE DE JESUS

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

Consulta se algum dos srs. deputados deixou de votar.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Tivemos 25 votos "sim".

Está aprovada a matéria em segundo

turno.

Discussão e votação em segundo

turno do Projeto de Lei n. 0367/2007, de

autoria do deputado Antônio Aguiar, que

denomina Nataniel Rezende Ribas a SC-477,

que liga Papanduva ao distrito de Iruputã, no

município de Itaiópolis.

Conta com parecer favorável das

comissões de Constituição e Justiça e de

Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)
 Não havendo quem o queira discutir,
 encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo

turno do Projeto de Lei n. 0374/2007, de

autoria do deputado Darci de Matos, que

concede ao sr. Paulo Konder Bornhausen o

título de cidadão catarinense.

Conta com parecer favorável das

comissões de Constituição e Justiça e de

Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo

à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir,

encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos que votar ainda a redação

final do projeto de lei complementar e destes

dois últimos projetos de lei.

Consulto os srs. líderes se con-

cordam com a realização de outra sessão

extraordinária para votarmos as redações

finais.

(Os srs. líderes acquiescem.)

Havendo a concordância de todos os

líderes, esta Presidência, encerra a presente

sessão e convoca outra, extraordinária, para

as 16h22min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 035ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2007

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h22min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

(pela ordem) - Solicita subscrever junto com o

deputado Peninha a Indicação n. 0625.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) -

Reporta-se à Indicação n. 0635/2007, de sua

autoria.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) -

Solicita subscrever moção do deputado Reno

Caramori.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem)

- Solicita que a sessão seja encerrada às

17h30min para participação em evento.

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Elogia projeto

da ferrovia litoral-oeste e pede reparos na

ponte sobre o rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) -

Cumprimenta o deputado Jandir Bellini por

apresentar importante reivindicação para o

Vale do Itajaí.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Repudia a

atuação do senador Renan Calheiros.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) -

Concorda com o pronunciamento do deputado

Elizeu Mattos sobre a atuação do senador

Renan Calheiros.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) -

Parabeniza a posição do deputado Elizeu

Mattos no episódio da destituição do senador

Pedro Simon da CCJ do Senado.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discorre sobre

sua luta em prol da qualidade da duplicação da

BR-101, trecho sul.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) -

Comunica transferência da data da reunião

da Frente Parlamentar Cooperativista.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

(aparte) - Elogia a pertinácia do deputado

Manoel Mota na luta em prol do sistema viário

do estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Enfatiza a

importância do cooperativismo e a possível

instalação da Aurora em Canoinhas.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discorre

sobre o PL 492/2007, que cria o Programa

Estadual de Conservação e Uso Racional da

Água nas Edificações Públicas e Privadas.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se ao

Conselho Consultivo Superior de Governo -

Consult.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio

Garcia) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta

a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto

de Lei Complementar n. 0030/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto

de Lei n. 0367/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0374/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s 0621 e 0625/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, 0623/2007, de autoria do deputado Manoel Mota, 0624/2007, de autoria do deputado Professor Grando, 0626/2007, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares...

O Sr. Deputado Sargento Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Eu quero falar com relação à indicação anterior, a de n. 0625/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que pede a construção de um novo prédio para a Escola Básica Frei Manoel Philipi, da cidade de Imbuia. Mesmo com a ausência do autor, quero pedir autorização para subscrevê-la, pois nesse colégio estudei durante oito anos da minha vida. E de fato está lá o mesmo colégio, a mesma sala de aula, ampliado com uma sala pra lá, outra pra cá, mas continua o mesmo prédio.

Assim sendo, gostaria de subscrever junto com o deputado Peninha a Indicação de n. 0625.

(O líder aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do deputado Rogério Mendonça, v.exa. passa a subscrever também essa indicação.

A Presidência comunica ainda que serão encaminhadas as Indicações n.s 0627/2007 e 0628/2007, de autoria do deputado Jandir Bellini, 0629/2007, 0630/2007 e 0631/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, 0632/2007, 0633/2007 e 0634/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, e 0635/2007, de autoria do deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o autor da indicação, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, chamo a atenção especialmente do deputado Sargento Amauri Soares e do eminente líder do PMDB, deputado Manoel Mota, que é muito amigo e que possui uma parceria muito forte com o secretário Ronaldo Benedet, no sentido de que o secretário dê uma atenção especial a Paulo Lopes, porque a situação está crítica.

O prefeito Volnei Adolfo Zanela nos procurou hoje para dizer que a Polícia Civil de Paulo Lopes possui uma viatura quebrada, que está na oficina já algum tempo. Quando há alguma ocorrência para fazer, o comissário só vai atender se alguém pagar a gasolina, senão, ele não vai, porque não tem como tirar dinheiro do seu bolso para botar gasolina no carro dele para fazer o atendimento.

Então, não há viatura, não há combustível, e a delegacia está fechando de sexta-feira a segunda-feira. Portanto, não há atendimento. É como se tivéssemos que dar uma ordem em Paulo Lopes aos bandidos: "Olhem, de sexta-feira a segunda-feira não podem cometer nenhum ilícito em Paulo Lopes, porque o governo mandou fechar a delegacia nesse período".

Deputado Manoel Mota, fale com o secretário Ronaldo Benedet. Diga a s.exa. para mandar arrumar a viatura de Paulo Lopes e colocar o combustível. Diga a s.exa. que basta diminuir só um cargo de uma Regional dessas que já dá para manter a viatura de Paulo Lopes. Abra mão, deputado Manoel Mota, de um cargo desses, de um cabide de emprego de uma das Regionais, que já dará para botar uma viatura nova e o combustível para atender o povo de Paulo Lopes, porque o prefeito está apavorado.

Repito: o comissário só vai quando alguém dá gasolina para ele usar o seu próprio carro. Mas não pode continuar assim! E quero fazer esse apelo ao deputado Manoel Mota, no sentido de que ligue para o secretário Ronaldo Benedet e peça a s.exa. para resolver a situação de Paulo Lopes, que está crítica.

Obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Blumenau, cumprimentando-o pela abertura da 24ª Oktoberfest.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Schroeder, Quilombo e Coronel Freitas, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, cumprimentando-o pelo brilhante serviço prestado à comunidade catarinense.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, cumprimentando-o pela conquista na aprovação da reforma da Lei Mundial de Patentes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, a ser enviado aos presidentes da Confederação Brasileira de Atletismo, da Fundação Catarinense de Desportos e da Federação Catarinense de Atletismo, cumprimentando-os pelo transcurso do Dia do Atletismo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da liderança do PP, requerendo a apreciação, pelo Plenário desta Casa, do Parecer Terminativo da comissão de Constituição e Justiça, referente ao Projeto de Lei n. 0238/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Fundação Cultural de Rio do Sul, cumprimentando-a pela Exposição Corpus, na galeria de artes desta Casa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidência do Hospital de Caridade São Braz, de Porto União, pelo credenciamento da Unidade de Oncologia.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - Fampesc, cumprimentando-o pela passagem do Dia Nacional das Micro e Pequenas Empresas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Rádio Tubá, de Tubarão, cumprimentando-o pela inauguração do novo estúdio.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente regional da Epagri de Tubarão, cumprimentando-o pela criação do 1º Seminário Regional sobre Recuperação e Conservação do Solo.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao ministro do Desenvolvimento Agrário e ao presidente do Incra, solicitando a adoção de medidas para reintegração de posse da área ocupada pelo MST na Estação Experimental de Caçador.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, o deputado Reno Caramori não se faz presente no momento no plenário, mas eu peço autorização aos seus pares, à líder da bancada do PP, para que eu também, na condição de deputado, possa subscrever a moção do referido deputado.

(A líder aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência da líder da bancada do PP, o deputado Marcos Vieira passa também a subscrever a moção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser encaminhada ao presidente da República, ao presidente do Banco Central e à Bancada Catarinense no Congresso Nacional, solicitando medidas que visem à permanência do Besc como instituição pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Secretário Especial de Portos da Presidência da República, solicitando a inclusão das obras de dragagem e aprofundamento no Porto de Imbituba, no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, como às 17h30min a Mesa Diretora realizará, no plenarinho desta Casa, um evento para os srs. deputados, faço um requerimento, para o qual peço a concordância dos demais líderes, solicitando que seja encerrada a sessão por volta desse horário, para que possamos participar desse evento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Jandir Bellini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses, vinha eu imaginando o quanto seria bom utilizarmos esta tribuna para levar aos catarinenses boas notícias, como de projetos que realmente venham ao encontro daquilo que os catarinenses esperam desta Casa e de nós, parlamentares. Seriam notícias como essa que recebemos, na última semana, de que o governo federal lançará um edital de licitação para o projeto da ferrovia litorânea sul. E fará um estudo, até dezembro, do projeto da ferrovia leste/oeste.

Essa é uma notícia que me agrada e com certeza agrada todos os catarinenses, principalmente com relação à ferrovia leste/oeste, até porque quando fui deputado pela primeira vez nesta Casa já defendia esse projeto. Mas entendo que essa obra é a mais importante para a economia do nosso estado, porque vai integrar o oeste de Santa Catarina com os portos do nosso estado. A ferrovia litorânea sul propiciará aos portos de Santa Catarina que sejam integrados, proporcionando um avanço muito grande à economia do nosso estado.

Também são boas as notícias do Departamento Nacional de Infra-Estrutura terrestre, o DNIT, que anunciou a reativação das balanças na BR-101. Todos sabemos que o excesso de carros, de caminhões - e o deputado Manoel Mota tem muito conhecimento porque está ligado a essa atividade -, ocasiona uma redução de mais de 60% de vida útil do asfalto nas nossas rodovias.

Sr. presidente, infelizmente, mais uma vez, utilizamos esta tribuna para falar de um assunto que entendo até ser chato, porque por diversas vezes aqui estivemos falando sobre o nosso presidio regional de Itajaí. Esse presidio que cada dia traz uma preocupação maior à população de Itajaí, de Balneário Camboriú, de Camboriú, porque está superlotado.

Há poucos dias houve a possibilidade de ocorrer um episódio mais do que perigoso, pois tentaram introduzir, deputado Sargento Amauri Soares, junto aos detentos, através de uma bola de futebol, uma arma de fogo. Imagine um detento de posse dessa arma de fogo, num presidio com capacidade de suportar 140 pessoas e que está com mais de 540 pessoas, o que poderia ter acontecido!

Em 2005, mais precisamente em junho, o governador do estado anunciou a construção desse presidio. Os três municípios doaram uma área ao governo do estado e foi anunciado então o início das obras dentro de 60 dias. Já fizemos um pedido de informação e não obtivemos nenhuma resposta. Na semana passada, reiteramos mais uma vez o nosso pedido de informação, no sentido de saber em que situação está esse projeto e quando vão iniciar essas obras.

Outro assunto lamentável que trago a esta tribuna diz respeito ao risco que todos corremos ao transitar pela BR-101. Embora seja uma reivindicação dos municípios de Itajaí e de Navegantes, sr. presidente, há uma preocupação de todos nós, brasileiros, e até dos estrangeiros que transitam na BR-101, com relação à ponte sobre o rio Itajaí-Açu, que está em situação lamentável.

Eu trouxe algumas fotografias da obra e peço que a assessoria técnica projete as imagens para que os srs. parlamentares tenham uma idéia do estado da ponte sobre o rio Itajaí-Açu.

(Procede-se à exibição de fotos.)

É uma pena que a tela esteja um pouco escura e não dê para ver bem. Mas podemos perceber a falta de corrimento, as falhas na estrutura, nas emendas, segundo o parecer do engenheiro José Picolli, presidente do Crea. Vejam bem o estado em que se encontra essa ponte. É um risco permanente. Vejam a falha. Está caindo. A corrosão está acabando com toda a estrutura da ponte que há dez anos não recebe um reparo. E há anos vimos reivindicando isso.

Há 60 dias formamos uma comissão suprapartidária, com lideranças das comunidades de Itajaí e Navegantes, fomos ao DNIT, e aqui há de se fazer um registro do empenho do engenheiro João José dos Santos, que está buscando, naquele órgão nacional, recursos e até priorizar essa obra, pois já que existe um projeto, como obra de emergência, para que antes do final do ano e antes do início da temporada essa questão pelo menos seja amenizada. Mas nada disso está acontecendo, por mais empenho que o engenheiro do DNIT tenha tido.

Fiz, inclusive, uma moção que foi aprovada na semana que passou, para que o nosso Fórum Parlamentar, o diretor do DNIT e o ministro dos Transportes, possam sensibilizar-se com o risco que os pedestres e os ciclistas correm. Não são somente os habitantes de Itajaí e de Navegantes que estão correndo o risco, mas todos aqueles que transitam pela BR-101, sentido sul/norte.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Jandir Bellini, quero cumprimentar v.exa., pois quando foi prefeito de Itajaí muito se empenhou para resolver todos os contornos e as marginais da BR-101 e tornar mais humana a passagem daquela rodovia dentro da cidade.

Com relação à ponte que v.exa. se refere, a ponte da BR-101 sobre o Rio Itajaí-Açu, eu diria que ela é criminoso, é assustadora. Se alguma pessoa bater no corrimão que aparece na fotografia, ela derruba. Então, qualquer carro que der um cutucão em outro, se bater, resvalar para um lado ou para o outro, é morte na certa, porque ele cai no rio e o cidadão vai morrer afogado. Deveria haver uma pequena proteção para conter pelo menos os carros pequenos. Vemos

ali, a cada três ou quatro metros, a falta de proteção ao lado, isso significa que ali caiu um carro. É um cemitério! O fundo desse rio seria um verdadeiro cemitério se tivéssemos deixado lá aqueles que caíram e que morreram pela falta de manutenção. É preciso fazer como o outro lado, como a outra pista. E aí sim haveria mais segurança.

Parabéns pela reivindicação.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Obrigado, deputado Serafim Venzon. Ali muitas vidas já se foram. Temos lido e assistido a muitas matérias sobre essa ponte nos noticiários sempre que ocorrem acidentes fatais.

Nós sugerimos ao DNIT, ao governo federal, que tomem as providências o mais rápido possível, senão continuaremos vendo essa ponte nos noticiários como notícia nada agradável, e muitas vezes pode até ser de um familiar nosso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, dias atrás, deputado Moacir Sopelsa, relatei a vergonha que passou o Senado Federal com a absolvição, mesmo sendo do nosso partido, do senador Renan Calheiros. E traz-me novamente a esta tribuna a vergonha pela manobra que esse mesmo cidadão faz com a ética, com a história e com a dignidade de certas pessoas que construíram e estão construindo a ética deste país, como é a história dos senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

Mas para dar início à minha fala vou aqui mostrar, talvez a indignação deste que reúne... Quando vemos a sua foto, vemos a ética na política no nosso Brasil. Quero mostrar aqui uma reflexão de Pedro Simon, que recebi hoje do próprio senador, que acho que serve para todos nós.

(Passa a ler texto da projeção de imagens.)

"Reflexão de um Senador

Quando ingressei na vida pública, há cinco décadas, apertei o botão de subida do elevador da política, no seu sentido mais puro. E ele subiu. Parou em muitos andares. Abriu e fechou. Muitas vezes, parecia que as portas emperravam, presas a grades e a paus-de-arara. Mas mesmo assim, abriam-se, com o esforço de todos os passageiros.

Havia uma voz que anunciava cada etapa dessa nossa subida, na busca do destino almejado por todos nós. 'Liberdade', 'democracia', 'anistia', 'diretas-já'. Não era uma voz interna. Ela vinha das ruas e ecoava de fora para dentro.

Vi gente descer e subir, em cada um dos andares desse edifício político. Comigo subiram Ulysses, Tancredo, Teotônio. Já nos primeiros andares vieram Covas, Darcy. Mais um ou outro andar, Lula, Dirceu, Suplicy. Outros mais, Marina, Heloisa. De repente, o elevador parou entre dois andares. Alguém mexeu indevidamente no painel. Parece que alguns resolveram descer e fizeram mau uso do botão de emergência.

O Covas, o Darcy, o Ulysses, o Tancredo, o Teotônio já haviam chegado a seus destinos. Sentimos, então, uma sensação de insegurança e de falta de referências. Apesar dos brados da Heloisa, parecia que nada poderia impedir a nossa queda livre.

A cada andar, uma outra voz, agora de dentro para fora, anunciava, num ritmo rápido e sequencial: 'PC', 'Orçamento', 'Banestado', 'Mensalão', 'Sanguessugas', 'Navalha', 'Xeque-Mate'. Alguns nomes nem consegui decifrar, tamanha a velocidade da descida.

E o elevador não parava. Nenhuma porta se abria. Mas haveria o térreo, de onde poderíamos de novo ganhar as ruas. É que imaginávamos que seria o fundo do poço do elevador da política. O que não sabíamos era que o nosso edifício tinha ainda tantos e tão profundos subsolos. Daí a sensação cada vez mais contundente de que o baque seria ainda maior.

Quantos seriam os subsolos? Até que profundezas suportaríamos nessa queda livre? Mais uma vez, de repente, o elevador parou subitamente. Uma fresta, uma sala, uma discussão acalorada. Troca de insultos. Era uma reunião da comissão de Ética da Torre Principal do Edifício.

O síndico teria pago suas contas pessoais com o dinheiro do Condomínio, através do funcionário do lobby de um outro edifício. E por isso teria, também, deixado de pagar pelos serviços de manutenção do elevador. Mais do que isso, o zelador também não havia recebido o seu sagrado salário, para o pão, o leite, a saúde e a educação da família. Idem o segurança.

Havia algo estranho naquela reunião: os representantes dos condôminos, talvez por medo de outros sustos semelhantes, em outros solavancos do elevador, defendiam solenemente o síndico. Ninguém estava interessado em avaliar a veracidade das suas informações nem mesmo as contas do condomínio. Queriam imputar culpa ao zelador e ao segurança. Ou, quem sabe, teria o tal síndico informações comprometedoras, gravadas nos corredores soturnos do edifício, a provocar tamanha ânsia solidária? Não se sabe, mas tudo indica, e isso jamais será investigado, enquanto vigorar a atual Convenção de Condomínio.

Há que se rever, portanto, essa Convenção.

Há que se consertar esse elevador.

Há que se escolher um novo ascensorista.

Há que se eleger um novo síndico.

Há que se alcançar o andar da ética.

A voz das ruas tem que ecoar mais alto nos corredores desse edifício. E a voz de dentro, parece, insiste em continuar violando os painéis de controle, até que não haja mais subsolos. E aí o tal baque poderá ser irreversível. Não haverá salas de comissões de ética, porque não haverá mais ética e, quem sabe, nem mesmo o edifício." [sic]

Esta é uma reflexão de um dos grandes líderes, que por mais uma manobra do Senado Federal, daquele que deixou de ser cassado, tiraram da comissão de Constituição e Justiça, tanto ele como o senador Jarbas Vasconcelos.

Aqui desta tribuna, sr. presidente, eu que conheci e convivi, quando funcionário do Senado, com Pedro Simon, faço, em nome da nossa bancada do PMDB, um ato de protesto ao Senado Federal, que nos envergonha mais uma vez, quando só falta cassar aqueles que têm ética e deixar os sem ética com a grande bandeira dentro do Senado, o que nos envergonha e envergonha nosso MDB. O MDB tem uma história, ou melhor, a história do Brasil, a redemocratização do país passa pelo MDB.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Elizeu Mattos, tenho certeza de que toda esta Casa, se pudesse fazer um aparte, cumprimentaria v.exa.

Enquanto vínhamos de Chapecó para Florianópolis, com os deputados Herneus de Nadal e Celso Maldaner, falamos sobre o que diz Raul Sartori, na sua coluna de hoje: "Estão jogando o Senado na vala, na lama."

É lamentável que pessoas justas como o senador Pedro Simon sejam jogadas para proteger aqueles que a manifestação popular quer fora do Poder.

Parabéns, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Elizeu Mattos, também quero cumprimentar v.exa. primeiramente pela coragem, porque v.exa. é um peemedebista assim como Pedro Simon. V.Exa. faz aqui um resgate da história do PMDB, que é muito bonita. Sou adversário, meu partido é adversário, mas há que se respeitar a bela história que o PMDB tem neste país, e Pedro Simon é um dos construtores dessa história.

Concordo com v.exa., o senador Renan Calheiros e os seus aliados estão comprometendo não só a história do PMDB, mas a história do Senado brasileiro e da República.

Parabéns, portanto, pela manifestação e o meu reconhecimento também ao belo trabalho e à resistência do senador Pedro Simon e outros.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte, deputado Joares Ponticelli.

Essa é uma reflexão que o nosso senador que tem ética faz. Aquilo que está acontecendo no Senado não corresponde ao que pensamos no PMDB de Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não! Concedo os meus últimos 30 segundos ao deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos. O brasileiro que teve a oportunidade de, na última quinta-feira, assistir ao pronunciamento do deputado Pedro Simon no Senado com certeza absoluta está refletindo até agora. Aquele pronunciamento deveria ser enviado a todas as escolas públicas deste país e também às universidades, para o povo saber o que está acontecendo no Senado federal.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados...

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Com muita honra ouço o deputado Moacir Sopelsa antes de iniciar o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero apenas comunicar aos srs. deputados que tínhamos o compromisso, hoje, de instalar a nossa Frente Parlamentar Cooperativista e de eleger a primeira diretoria. Tendo em vista um compromisso de todos os deputados após a sessão de hoje, vamos transferir para amanhã, durante a sessão, quem sabe, para as 15h ou 16h, na sala de imprensa.

Era isso, deputado Manoel Mota, e muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, ouvi o eminente deputado Jandir Bellini, ex-prefeito de Itajaí, um grande amigo, fazer um relatório da questão da BR-101. Essa é uma luta travada por muita gente e de grande importância para a sua cidade, Camboriú.

Quando chegava o verão, aquela estrada era uma tristeza, a fila era imensa. Em Curitiba era uma loucura. Depois de muita luta veio a duplicação, mas sabemos que não é uma obra de qualidade. Temos que ser sinceros, a duplicação não é uma obra de qualidade, foi feita rapidamente, mas com defeito técnico a torto e a direito, o que deixa hoje uma preocupação muito grande.

Eu não posso admitir que engenheiros tenham cometido erros que provocam acidentes quando chove. Por quê? Porque fizeram a mureta para dividir a duplicação, a água empossa e os acidentes acontecem.

Uma vereadora, uma líder de Meleiro, com toda a chance de ser prefeita, ela era da Educação, perdeu a vida na rodovia, quando ia a um encontro de professores em Camboriú. Chovia muito, e um pouco antes de Tijucas o carro rodopiou, passou para o outro lado da pista, bateu, e a vida se foi.

Então, daí a importância da luta, porque com a duplicação o desenvolvimento será assegurado. Agora, essas obras não podem acontecer sem qualidade, porque senão acontecem problemas em pontes, no asfalto, enfim, problemas de toda ordem, como os que já estão ocorrendo.

Por isso, temos trabalhado junto com uma equipe muito grande do lado sul. Foram 14 anos de luta, trabalho, para buscar essa duplicação, e agora ela está acontecendo até de uma forma meio acelerada. A obra está indo muito bem, mas muito bem mesmo! Mas a nossa preocupação não é apenas que a obra vá bem, deputado Sargento Amauri Soares, e sim que seja de qualidade, que orgulhe o governo, o usuário e nós, que somos do sul do estado e que estamos aguardando ansiosamente por essa obra.

Sendo assim, criamos uma comissão permanente de acompanhamento do início, meio e fim, para conhecermos os desdobramentos dessa obra em todos os momentos, setores e lugares, e sabermos o seu desdobramento, se ela está tendo qualidade ou não.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa. que, com certeza, vai melhorar ainda mais o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Manoel Mota, pedi este aparte para parabenizar v.exa. pelo pronunciamento que faz, mais uma vez, em defesa de mais recursos e qualidade no sistema viário de Santa Catarina. V.Exa. é uma voz aqui neste Parlamento e no nosso estado que não se cala em defesa dos usuários das rodovias do estado, lutando sempre contra a instalação de pedágios.

Gostaria de dizer que a nossa luta vai continuar e que estaremos junto nessa luta para impedir a instalação de pedágios em Santa Catarina. Esperamos que possamos continuar utilizando os recursos públicos, como está sendo feito, para construir e manter as rodovias no nosso estado, garantindo aos cidadãos de Santa Catarina e a todos aqueles que por aqui trafegam o exercício do direito de ir e vir, que v.exa. tanto defende.

Portanto, parabéns a v.exa. pelo trabalho, pela garra e por ser uma voz que não se cala em defesa das suas convicções, como um homem originário do setor de transportes e que está aqui nesta Casa para defendê-lo.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento.

Gostaríamos de dizer que criamos essa comissão de acompanhamento há dois anos. E com a nossa participação, evidentemente, criamos um movimento de vereadores, e houve um encaminhamento aprovado em assembleia de que todos os municípios caminhariam de Osório até Palhoça. Quando chegávamos à divisa de um município, éramos recebidos com uma bandeira; depois, íamos até a divisa do outro município e também éramos recebidos assim. Durante 24 dias fizemos 348 quilômetros, e foi um trabalho intenso e cansativo. V.Exas. não imaginam como ficaram os dedos dos pés: cheios de calos! Mas todos agüentaram e participaram desse mutirão.

Há alguns meses, reunimos em Içara as 24 Câmaras de Vereadores, num total de 40 vereadores, e fizemos uma fiscalização de Osório até Palhoça, acompanhando tudo passo a passo. Depois, levamos ao ministro dos Transportes a nossa preocupação, dizendo que íamos trabalhar na fiscalização permanentemente, cada Câmara, em cada região, em cada município, para que não acontecesse nenhum erro técnico, como ocorreu no lado norte da duplicação da BR-101.

Então, é um trabalho cansativo, duro, mas feito com responsabilidade, porque queremos uma obra de qualidade e que atenda ao usuário, à população, ao sul e que todos nós possamos nos orgulhar dela.

Agora, com que recursos ela está sendo construída? Com dinheiro público, deputado Sargento Amauri Soares! Temos que tirar o chapéu, porque o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, está fazendo a obra com dinheiro público, não teve financiamento. E se não teve financiamento, por que instalar uma praça de pedágios? Será que vai mudar o seu discurso, uma vez que discursou tanto contra a privatização, atacando o PSDB? Agora vai continuar com a privatização? Privatizaram o país inteiro, inclusive as estradas deste país! Uma firma espanhola ganhou praticamente todas as concessões, porque colocou um preço lá embaixo. E depois vão trabalhar por isso? Não! Vão fazer aqueles arranjos e quem pagará será a população!

Então, é duro ter que dizer essas coisas, mas isso é verdadeiro. E quando é verdadeiro, não temos que ter medo de encarar de frente, de defender o povo, de lutar e trabalhar com garra, determinação e lealdade pelo povo e por Santa Catarina. Somos deputados para cumprir essa missão e vamos cumpri-la!

Na semana que vem vamos reunir a Frente Parlamentar e tratar da questão do pedágio, porque o direito de ir e vir é justo. O povo paga a Cide, um imposto para a manutenção e a construção das estradas, e agora pagar pedágio será bitributação.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Dagomar Carneiro, líder de Brusque, é com muita honra que estamos aqui hoje falando ao povo catarinense sobre o cooperativismo.

A importância do cooperativismo está na frente parlamentar composta por vários deputados. E o deputado Moacir Sopelsa tão bem enfatizou aos companheiros para que amanhã, às 15h, fizemos uma reunião sobre o cooperativismo. E reporto-me à Aurora, especialmente à Cooperalfa, que completa hoje 40 anos de existência. Nesses tempo, a Cooperalfa desempenhou um fator preponderante no oeste de Santa Catarina. Na região oeste, a Cooperalfa, sem dúvida nenhuma, exerceu um poder definitivo sobre as cooperativas. Foi ela que iniciou o cooperativismo no oeste de Santa Catarina, fazendo com que o trabalhador do nosso interior tivesse a oportunidade de fazer com que a sua produção, o seu ganha-pão na agricultura, tivesse, sim, um preço justo, um retorno mais digno pelo seu trabalho. E isso se fez, sim, através da cooperativa.

A Cooperativa Aurora, principalmente, que detém hoje um grupo de cooperativas, está prestes a se instalar no sul do país. Acreditamos que será em Santa Catarina, e por isso fazemos uma homenagem especial ao presidente da Aurora, Mário Lanznaster, que, juntamente com o Romeu Bet são ícones do cooperativismo no estado.

A importância desse cooperativismo se traduz em renda para o nosso agricultor, que depende da chuva, do sol, do vento, das condições climáticas mais adequadas para o seu sustento. E esse dia é, sem dúvida, um dia importante para Santa Catarina. Os nossos parabéns e os nossos agradecimentos à Cooperalfa.

Estivemos na cidade de Chapecó, juntamente com o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, uma pessoa ímpar no estado, porque veio com uma idéia nova: a da descentralização, que fez com que os catarinenses mudassem a maneira de pensar. Pensar em descentralização é pensar no interior de Santa Catarina, é pensar em deixar de lado a litoralização, fazendo com que o litoral, que sempre teve as benesses do governo, que sempre teve os grandes investimentos, tivesse agora um momento de parada, de espera pelo interior do estado, mais precisamente pelo planalto norte, pelo oeste de Santa Catarina, que necessitam de investimentos dos governos estadual e federal. E o nosso governador Luiz Henrique da Silveira não tem medido esforços para que aconteça essa interiorização do estado de Santa Catarina.

Quero agradecer ao governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, pela sua capacidade de ter feito uma administração nesse sentido. Ele é, sem dúvida, um visionário, um governador que está enxergando o futuro e fazendo com que o interior do nosso estado tenha no seu bojo a marca Luiz Henrique da Silveira. Muito obrigado pelo decreto governamental que vossa excelência acaba de assinar no dia de hoje, fazendo com que todas as exigências da Aurora para que a agroindústria se instale em Santa Catarina fossem contempladas. Essas exigências fazem com que, hoje, o nosso seja o melhor estado do sul do país para investimentos, o melhor para que o empresário venha e deposite a sua confiança em seus investimentos, sejam eles na área industrial, na área da saúde, na área da educação e na agroindústria, principalmente, mais precisamente na indústria em que o frigorífico de aves se fará presente.

Esse frigorífico de aves é a esperança do planalto norte. E depositamos, sem dúvida nenhuma, a nossa fé, a nossa esperança, para que o frigorífico Aurora, que é catarinense, instale-se no planalto norte, mais precisamente na cidade de Canoinhas. Será um investimento de R\$ 300 milhões, perfazendo mais de mil aviários, que vão gerar desenvolvimento para o nosso agricultor e o pequeno empresário, que vai ter no seu bojo a criação de frangos. E não apenas isso: vamos ter a incubadora para a geração de pintinhos. Serão mortos 300 mil frangos/dia. Isso significa uma arrecadação de mais de 700 milhões/ano.

Por isso, estamos aqui defendendo o investimento dessa grande agroindústria no estado. Acreditamos que chegou a vez do crescimento e do desenvolvimento do planalto norte!

Queremos deixar aqui o nosso agradecimento pelo esforço feito pelo nosso governador Luiz Henrique da Silveira, pela sua dedicação e competência. Enfim, muito obrigado, governador Luiz Henrique da Silveira, pelo que tem feito pelo planalto norte!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, dei entrada nesta Casa ao Projeto de Lei n. 0492/2007, que cria o Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas e Privadas. O que significa isso? Que vamos ter uma política pública sobre a água.

No seu art. 1º diz que ficará criado em todo o território do estado de Santa Catarina o programa estadual de conservação e uso racional da água nas edificações públicas e privadas. Esse projeto de lei possui 12 artigos e mais os seus parágrafos e itens. O objetivo é instituir medidas em parceria com o município (por isso que é uma política pública) para a conscientização do uso eficiente da água nas edificações, induzindo a sua conservação e o reuso (porque a água pode ser reciclada várias vezes), incentivando a utilização de fontes alternativas para a captação de águas nas novas edificações públicas ou privadas.

Quando estávamos no órgão ambiental, no licenciamento dos postos de gasolina, na nova ordem e programação, exigimos que os seus telhados captassem água para ser utilizada no dia-a-dia, assim como: concreto usinado, canaletas, tanque de fibra. Da mesma forma, nos galinheiros e chiqueiros tinha que haver no telhado a captação da água para fazer a higiene dos animais, tendo uma melhor qualidade do produto para a exportação.

Há outros assuntos que envolvem, desde a questão estadual, na parte administrativa, o município, juntamente com a questão privada, no saneamento. E só para os senhores terem idéia do uso racional da água, os cidadãos catarinenses terão que instalar dispositivos economizadores de água.

Então, haverá uma política para isso: as bacias sanitárias de volume reduzido de descarga, chuveiros e lavatórios com volume reduzido também, torneiras dotadas de arejadores, novas tecnologias economizadoras, mesmo não elencadas no projeto de lei.

Nas ações de utilização de fontes alternativas, os cidadãos catarinenses serão incentivados a reutilizar a água servida e a captar a água da chuva. E aqui quero fazer uma ressalva ao nosso deputado Reno Caramori, que tem também uma lei que trata especificamente da forma de captação da água da chuva. Esse projeto é muito mais amplo, pois cria uma política estadual, mas é preciso dizer que a lei do deputado Reno Caramori vem ao seu encontro. Portanto, é muito importante que se aprove essa lei que contribuirá nessa política do uso e reuso da água de forma racional.

Enfim, nas ações de combate ao desperdício da quantidade de água, as empresas, autarquias, municipais e estadual, de saneamento ficam obrigadas a desenvolver ações voltadas à conscientização da população, por meio de campanhas educativas versando sobre o uso abusivo de água, métodos de conservação, uso racional da água, reutilização, veiculação de número de uma central telefônica para que todos possam participar com sugestões, idéias e até a denúncia de má utilização da água.

É preciso dizer que o nosso estado é responsável por ter uma política e não a tem até hoje? Observe o que a nossa lei contempla na questão da água no subsolo, nos lençóis freáticos e no Aquífero Guarani. Por isso, esse nosso projeto é muito abrangente. E pela primeira vez esta Casa vai discutir o assunto, através de audiências públicas, para que possamos melhorá-lo ainda mais, porque, tenho certeza, muitos parlamentares poderão contribuir, assim como toda a sociedade.

Então, queremos aqui, junto à secretaria de Desenvolvimento Sustentável, criar um banco de experiências empreendedoras do cidadão, que passa a conhecer os projetos específicos referentes à conservação do reuso e do uso racional da água, observando as experiências em outras partes do mundo.

Enfim, nas justificativas colocamos inclusive que essa proposta procura olhar de forma otimista para o progresso da tecnologia e da construção, pois quando representou várias formas de ação para o uso múltiplo da água, buscou vincular as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, ao regulamento do órgão local responsável pelo saneamento e à forma de evitar exigências de elefantes brancos ou que não tenham integração com o sistema de saneamento local.

Srs. deputados, esta é outra questão, porque só teremos saneamento se tivermos a água, e isso tem que ser de forma integrada, não com uma empresa que não seja parceira do município, na qual cada um atua de forma diferente, passando, então, a ter problemas muito sérios na questão do controle, num futuro próximo. Por isso, essas ações têm que ser integradas, respeitando o ente federado do município, dando liberdade para fazer seu saneamento e o aproveitamento da água como quiser. E isso está ocorrendo, como podemos ver, através das grandes discussões que estão sendo travadas.

Então, por fim, vamos difundir e internalizar o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat da Agenda 21 Brasileira, que se refere à gestão da água em edificações, com marca de um novo padrão de apoio dos municípios que quer rever ou inovar as suas legislações. É nesse sentido que esse projeto também vem ajudar esses municípios que não possuem apoio para ser feito. E estamos abertos a sugestões técnicas ou financeiras. É um projeto que tem muita profundidade, muita pesquisa e que levou muito tempo.

Srs. deputados, pela primeira vez podemos falar que esta Casa tem um projeto de utilização de uma política pública sobre o uso e reuso da água, de forma racional e conjunta com os entes federados: municípios, estados e governo federal, aproveitando a questão da água vinculada ao saneamento.

Sr. presidente, por fim não poderia deixar de falar que há 40 anos, no dia 8 de outubro de 1967, tivemos a morte do líder Che Guevara, que marcou a sua história pelo que representou de esperança e de luta. Eu posso falar isso, porque trabalhei nas Nações Unidas, trabalhei na Guiné Bissau e conheci combatentes que lutaram ao lado de Che Guevara, no Congo, que estiveram em Sierra Maestra, enfim, que participaram de seu sonho, de seu ideal. E não concordo com essa tentativa que agora surge de querer desconstruí-lo.

Aliás, em política é muito normal essa desconstrução de todos aqueles que dão a sua vida por um ideal. E falo isso porque fui o primeiro deputado comunista nesta Casa. Sei o que sofri de discriminação, mas temos que ter grandeza, magnitude e muita força de paz. Se fui discriminado, não sou eu que irei agora discriminar outras pessoas por serem conservadoras, liberais ou social-democratas. O feio é ser antidemocrático, é não fazer a política justa e coerente.

Por isso, neste dia temos que lembrar o Che como um guerrilheiro. O guerrilheiro é mais que um combatente, ele é comandante de si mesmo e torna-se uma pessoa multiplicadora do seu ideal e da sua luta. E é neste sentido que quero dizer a todos, a você, jovem, a qualquer pessoa, não importa a idade, que nunca viveu o nosso tempo, que temos que ser um guerrilheiro da vida, lutar pela democracia e pela qualidade de vida para que todos possam participar.

Que afluam as idéias políticas, que possamos melhorar ainda mais o verdadeiro objetivo científico da política, eis que é possível, sim, termos a resistência democrática. E hoje vemos aí Pedro Simon sendo isolado no seu partido, na luta contra o AI-5, no qual fui enquadrado em 1968, contra a Lei de Segurança Nacional e contra o artigo 477, quando até para fazer uma pós-graduação em cristais líquidos tinha que ir ao DOPS buscar o certificado. Isso foi inédito na América Latina. Depois, lutamos pela anistia e pelas eleições diretas. Participamos de tudo isso e muito nos orgulhamos.

Por isso, queremos estender esse convite a todos catarinenses, pois a história é a força motriz do povo. Que a nossa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o deputado Joares Ponticelli, por até cinco minutos.

Conforme acordo de lideranças, esta sessão será encerrada às 17h30min.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, ainda sobre o tal do conselho de notáveis que o governador Luiz Henrique da Silveira criou, está previsto na Lei Complementar n. 381, que é a lei da reforma administrativa, que prevê a criação desse conselho consultivo superior. Só que o art. 44, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Ao Conselho Consultivo Superior de Governo, órgão superior de consulta vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, compete propor a formulação de políticas de desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A organização, estruturação e funcionamento do Conselho Consultivo Superior de Governo - CONSULT - serão regulados por ato do Chefe do Poder Executivo." [sic]

Tentamos identificar, deputado Dirceu Dresch, mas não encontramos nenhuma informação do governo acerca da regulamentação desse conselho. E o governador também está deixando de cumprir o art. 76 da Constituição Estadual que já estabelece o órgão, o Conselho de Governo, regulamentado pela Lei n. 11.162, de 11 de agosto de 1999.

Sr. presidente, nomear pessoas de fora do estado que não têm nada a ver com nossa realidade, para criar mais um órgão além de todas as secretarias existentes, está virando piada, deputado Sargento Amauri Soares.

Ontem à noite, um amigo me passou uma mensagem dizendo que nas próprias salas de governo circulava a seguinte piada: Qual dessas celebridades deveria fazer parte do conselho de Luiz Henrique da Silveira - a) Hebe Camargo; b) Wanderley Luxemburgo; c) Bill Gates; d) Aldo Hey Neto; e) Antenor Cavalcanti, aquele da novela que terminou recentemente. Então, está virando piada! Não sei quem é que bota essas idéias na cabeça do governador! Deve ser o Vinicius Lummertz. Isso é coisa do Vinicius Lummertz, não tenho dúvida. E depois, fazer essa festança lá no Costão do Santinho, com tudo isso que está aí, como o problema da Operação Moeda Verde, é uma exposição desnecessária.

Um órgão do qual não se conhece regulamentação nenhuma e não se sabe nem o que vai fazer. Aí o vice-governador Leonel Pavan ficou emburrado, porque não foi convidado. Está no jornal que ele ficou brabo, porque fizeram a festança e não o convidaram. E com razão, afinal de contas, é o vice-governador.

O pior, deputado Manoel Mota, é que na coluna do Prisco Paraíso há a seguinte nota:

(Passa a ler.)

"Deslize

Durante a solenidade da instalação do Conselho de Governo, uma banda tocou três músicas e acabou provocando descontração generalizada. É que uma das músicas era o tema do Titanic, aquele navio que afundou, que todo mundo conhece a história, e o Fernando Marcondes de Matos ofereceu a música do Titanic para o governador Luiz Henrique".

Isso é o que está no jornal de hoje. Dizem que foi uma gargalhada só. Fernando Marcondes de Matos oferecendo a música do Titanic para o Luiz Henrique, já antevendo que este navio ou vai afundar ou vai bater num rochedo e espatifar-se. Isso não vai dar certo.

O próprio dono da festa - e eu não sei quem pagou esta festa, mas vamos

descobrir isso também, se foi uma gentileza do Fernando Marcondes de Matos ou se foi o governo que pagou essa festança - oferecer a música do Titanic para o governador, não é um bom indicativo. Não é um bom indicativo, deputado Manoel Mota, e estou bastante preocupado!

Enquanto isso, repito, a matéria do *Diário Catarinense* de domingo fala que o governo está quebrado e sem dinheiro, e o governador admitindo que pode antecipar os impostos que venceriam até 2010 para botar no caixa, agora. Pretende antecipar a arrecadação de R\$ 500 milhões, ou seja, ao invés de continuar comendo os ovos, parece que já estão querendo matar a galinha, porque a partir de 2010 eu não sei como é que vai ficar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A Presidência convida todos os srs. deputados para participarem do *Mídia Training*, às 17h30min, no plenarinho da Assembléia Legislativa.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, solene, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Lamenta o fato dos servidores públicos do estado serem impedidos de fazer manifesto.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comemora ações em prol da universidade pública do Mercosul.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Informa ausência da Alesc porque acompanhará comitiva do governador ao exterior; critica o governo estadual com relação à política cultural.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Concorde com o pronunciamento do deputado Jailson Lima e sugere que tente sensibilizar o governador para alterar política cultural.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Repudia ato do Executivo e ressalta profissionalização na agricultura familiar.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Fala que governo estadual é arrogante e tenta calar o servidor.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Comunica que o Sintespe está comemorando 19 anos de história e está impedido de se manifestar.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Considera um absurdo o governo proibir a livre manifestação dos servidores públicos.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Defende vacinação contra o vírus HPV; ressalta a importância de áreas de lazer para diminuição da violência entre os jovens; informa a apresentação, até o final deste ano, do projeto definitivo da criação do jardim botânico do Itacorubi.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Manifesta seu apoio ao projeto da vacinação contra o vírus do HPV.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Contesta declarações do deputado Joares Ponticelli sobre o governador.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Registra a presença dos vereadores titulares e vereadores mirins de São Cristóvão do Sul e Ponte Alta do Norte.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimento o deputado João Henrique Blasi pelo pronunciamento em defesa do governador Luiz Henrique.

DEPUTADO JORGINHO MELO (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Ilse Leobet, dos vereadores mirins e da professora Liamara Leobet, de São Cristóvão do Sul.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Comenta arquivamento de CPI da Casan.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença dos brusquenses Marcelo e Carlos.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Lamenta a política do governo do estado referente aos servidores públicos; critica distribuição de renda no país.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca importância dos médicos e das políticas públicas de saúde.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Convoca filiados para congresso do PPS; comenta participação na reunião sobre o Plano Diretor Participativo de Florianópolis.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Fala sobre PAC da criança e do adolescente.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Fala da importância do projeto do vereador mirim; cumprimenta a Polícia Rodoviária Federal e a Cidasc pela sua atuação.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Rebate o pronunciamento do deputado João Henrique Blasi acerca da vida funcional do governador Luiz Henrique.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lamenta que governo não receba os servidores para negociar.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Elogia ações da Segurança Pública em Brusque.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica o deputado Joares Ponticelli pelo seu pronunciamento contra o governador Luiz Henrique.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Defende o governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ataca o governo do PMDB; fala da beatificação de Albertina Berkenbrock.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Fala a respeito do pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, e critica seu posicionamento.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica a falta de coerência do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Convida todos os filiados e simpatizantes do PSDB do estado para a convenção estadual do PSDB.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Acusa o deputado Joares Ponticelli de desrespeitar a figura de Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO ELIZEU MATOS (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Anita Garibaldi e de Cerro Negro; convida todos para a Expolages.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o governo Luiz Henrique da Silveira e relembra fatos dos governos adversários.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença do secretário de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, queremos registrar que o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais - Sintespe - havia programado um ato, hoje, em frente ao Palácio do Governo com os funcionários públicos estaduais e lamentar o fato de o estado haver requerido um interdito proibitório ao Judiciário, que foi deferido, estipulando uma multa para o sindicato de R\$ 50 mil se fizesse o ato. O sindicato está aqui, está programado para fazer o ato.

Então, quero lamentar este fato e dizer que os trabalhadores públicos do estado estão sofrendo até perseguição para não fazerem as suas atividades políticas com liberdade de expressão em nosso estado. Só queria fazer este registro.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados e todos os que nos acompanham, quero fazer coro ao deputado Dirceu Dresch em sua manifestação feita pela ordem. É uma questão que fere a caminhada rumo ao pleno direito, assegurada pela própria Constituição, que garante o direito de ir e vir, que infelizmente se boicota de uma forma repressiva que não podemos admitir nem aceitar.

Gostaria de, aproveitando o espaço, relembrar de que na tarde de ontem o nosso Parlamento aprovou uma moção encaminhada por mim, no sentido de colocar um basta à questão das emendas em nível federal, tanto as individuais como as coletivas, em nível de federação, tendo em vista a forma como se faz o aproveitamento para a promoção individual desse ou daquele parlamentar. Esse ato viola aquilo que a própria Constituição reza e fere o princípio da impessoalidade.

Portanto, a nossa manifestação é no sentido de que sejam tomadas providências e que esse recurso seja repassado diretamente aos municípios, de acordo com aquilo que o Fundo de Participação dos Municípios já proporciona.

É preciso que se termine com essa farra que é feita. É uma festa que é feita na tentativa de promover um ou outro com a liberação dos mesmos recursos. E que esses recursos possam ser diretamente liberados através do Fundo de Participação dos Municípios em cada um dos municípios da nossa federação.

A segunda questão que eu quero trazer aqui presente é a luta, a caminhada histórica do extremo oeste de Santa Catarina, que se tem destacado pela insistência, pela perseverança de promover o debate em torno da universidade pública da região da fronteira do Mercosul.

Estivemos reunidos, há poucos dias, no ministério da Educação, junto com o ministro Fernando Haddad, para discutir esse assunto e ele, em seguida, no último dia 10, esteve em reunião com o presidente Lula para dar encaminhamento ao assunto. Portanto, mais uma vez uma luta construída através das mobilizações populares, dos movimentos de entidades, das lideranças que se empenharam para traçar o caminho para a instalação da universidade pública.

Por isso, no dia de amanhã, em Chapecó, um comitê, formado por grupo de diferentes lideranças, estará reunido no sentido de elaborar um projeto técnico, político, pedagógico para a universidade da fronteira do Mercosul. Ao mesmo tempo, no dia 23 do próximo mês, reunir-se-á esse grupo todo que integra os três estados da região sul, em Brasília, junto com o ministério da Educação, para dar encaminhamento a essas decisões já elaboradas, feitas e tomadas por esse comitê.

Assim sendo, acreditamos que temos avançado significativamente nesse processo que teve início há vários anos e que é um dos grandes anseios da população do oeste e do extremo oeste do estado de Santa Catarina. Esperamos também poder descentralizar a universidade pública, a nossa Udesc, para que ela se faça presente não só na capital, em Joinville e em Lages, como em outras regiões do nosso estado. Nós sabemos que há cursos em diferentes regiões, mas precisamos da presença da universidade como espaço de pesquisa, de tecnologia e de desenvolvimento em todas as regiões.

Por fim, gostaria também de trazer aqui um questionamento com relação ao Plano Plurianual que foi apresentado a esta Casa Legislativa, que traça metas, ações para o período de 2008 a 2011. Já fiz várias referências, desta tribuna, ao PPA, mas quero fazer uma outra, que deve despertar uma inquietação em toda a comunidade, mas de uma maneira muito especial na comunidade ligada à área agrícola.

Só para termos uma idéia, o PPA do governo do estado de Santa Catarina prevê, para os próximos quatro anos, somente no que diz respeito à publicidade e à comunicação, R\$ 236.600.000,00, mais ou menos R\$ 60 milhões por ano. Para a agricultura, o PPA prevê, para os quatro anos, apenas R\$ 65.400.000,00.

Então, vejamos que isso nos remete a uma reflexão profunda com relação à prioridade que está sendo dada a uma atividade tão importante, que representa um segmento significativo da nossa população que vive dessa atividade, que produz, que coloca o alimento na mesa da nossa população. São milhares de famílias ligadas à agricultura, que infelizmente terão pouco ou quase nada de recursos, se comparados àqueles que serão gastos em publicidade nos próximos quatro anos no estado de Santa Catarina.

Portanto, são questões levantadas que merecem a atenção de todos os parlamentares, porque a nossa agricultura necessita de um incremento cada vez maior, para que o homem e a mulher da roça possam continuar com a sua atividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Meus cumprimentos à deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, aos nobres deputados, aos telespectadores da TVAL, aos ouvintes da Rádio AleSC Digital e aos funcionários desta Casa.

Nós estaremos ausentes desta Casa do dia 21 de outubro ao dia 2 de novembro, porque estaremos acompanhando a comitiva do governador, cumprindo o papel que nos dignifica, que é representar a Assembléia Legislativa no exterior. Por isso, fica aqui o nosso registro, e como o dia 28 deste mês é o dia do servidor público, já fica aqui a nossa saudação e o reconhecimento pelo serviço prestado por esses servidores ao estado de Santa Catarina, aos municípios e à nação brasileira.

Tenho sido um dos parlamentares que têm intervindo na questão cultural. Um povo que não registra a sua história deixa de escrever para os seus filhos a importância do papel que cada um tem na sociedade. Aqui, nesta Assembléia, fizemos uma audiência pública sobre pontos da cultura, em que um dos questionamentos fundamentais foi a falta de recursos do Fundo Cultural. Um dos pontos de vista registrados pelos cidadãos catarinenses que atuam na área cultural foi a falta de transparência na aplicação dos recursos e principalmente a falta de recursos. O estado catarinense perdeu, no ano passado, mais de R\$ 1,5 milhão de recursos federais que poderiam ter sido investidos em pontos de cultura pela falta de contrapartida do estado.

O *Diário Catarinense* de hoje traz uma matéria que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“O copo transbordou

Artistas e produtores divulgam manifesto contra a política cultural catarinense.”

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa., que acompanhou a audiência pública sobre pontos de cultura, que contou com a presença de, mais ou menos, 500 pessoas, sabe que essa matéria é preocupante, porque o conteúdo dela mostra que não apenas o copo transbordou... (retirado da ata de acordo com o art.92, do Regimento Interno.)

(Continua lendo.)

“Uma importante parcela da classe artística catarinense perdeu a paciência com o governo do Estado. Inconformados com as recentes alterações nas regras de captação de recursos pela Lei de Incentivo à Cultura, mais de 70 artistas, produtores, cineastas e diretores de associações assinaram um manifesto que critica duramente as políticas públicas e informa a criação de uma comissão que vai estudar e debater a formulação de uma nova lei.

O diretor do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo ao Esporte e à Cultura (Seitec), Gelson Hülbert, se defende e diz que o protesto está sendo mobilizado por ‘intermediários’ e ‘sanguessugas’ que não podem mais agenciar projetos.

[...]

O manifesto, elaborado a partir de uma reunião realizada no dia 24 de setembro, diz: ‘a classe artística e cultural chegou ao seu limite’. O documento traz a assinatura de, entre tantos, Chico Caprário, Dennis Randünz, Flávio José Cardozo, Camerata Florianópolis, Cinemateca Catarinense, Associação de Produtores Teatrais da Grande Florianópolis (Gesto), Associação Profissional de Dança do Estado de SC (Aprdança) e União Brasileira de Escritores/SC, em nome do presidente Péricles Prade.”[sic]

Será que esses representantes culturais do estado são sanguessugas? Todo mundo sabe que não, porque são cidadãos que têm prestado um serviço importante para este estado.

Se eles tivessem recebido metade dos R\$ 500 mil dados para a Vera Fischer fazer uma peça de teatro que ficou uma semana em cartaz, que não veio a Santa Catarina, sem ser discutida pelo Conselho Estadual de Cultura, se recebessem esse tratamento, quem sabe a cultura catarinense seria diferente.

E a cultura não é só Balé Bolshoi. Este é um dos elementos importantes que nós temos que debater nesta Casa: quando vamos deixar de captar recursos para a área cultural do estado de Santa Catarina para o ano que vem, com novos pontos de cultura que estão sendo fomentados?

Ainda cabe representar e dizer o seguinte: há o registro, nessa matéria, sobre a burocracia no encaminhamento de projetos de isenção de ICMS, que têm que ser levados para a secretaria de Desenvolvimento Regional e esta sequer encaminha esses projetos para que o Conselho Estadual de Cultura dê o seu parecer.

E aí se criou um comitê gestor, que não gestiona nada e que estabeleceu que parte dos recursos que empresas, através da Lei de ICMS, designarem para os trabalhos culturais do estado de Santa Catarina, após a peregrinação e o convencimento de empresários por parte dos profissionais que de forma voluntária, muitas vezes, desenvolvem os seus trabalhos, parte desses recursos captados com o trabalho deles deve ficar no Fundo Cultural, ou seja, dos míseros R\$ 40 milhões que são designados para o Fundo Cultural, R\$ 20 milhões ficam para o estado e não vão para a cultura. O que eles captam, parte tem que ficar no Fundo Cultural.

Que cultura é essa, meu Deus do céu, na qual quem capta dinheiro tem que repassar para o estado? E ficam os pontos de cultura, por causa de R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões ou R\$ 1,5 milhões, passando fome na lida para gerar cultura neste estado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Jailson Lima, nessa questão específica, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que de fato a classe artística e cultural de Santa Catarina tem toda razão de estar indignada com a política de cultura do estado, que prioriza reproduzir um "besteiro!" criado nos Estados Unidos, que vai usar de Santa Catarina tão somente a mão de obra barata; que não vai valorizar sequer a nossa bela paisagem, vai gravar aqui e depois colocar o fundo como se tivesse sido gravado em Nova Iorque, gastando com isso uma grande quantia do parco dinheiro que vai para a cultura.

Isso talvez aconteça para atender os interesses de um familiar de um secretário, o que é mais grave! A classe artística e cultural tem toda a razão e tem a nossa solidariedade. Na viagem que v.exa. vai fazer acompanhando o governador, quem sabe possa sensibilizá-lo para que valorize a cultura, os artistas e os produtores de Santa Catarina e não dar dinheiro, através de incentivo, para uma empresa dos Estados Unidos produzir um "besteiro!" de conteúdo estadunidense.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado pelo aparte, deputado.

Fica aqui o nosso registro e a nossa indignação pelo que está sendo feito. E mais: se existe um lugar onde não há sanguessuga, é esse representado pelos artistas designados. A eles a nossa solidariedade e o nosso reconhecimento pelo trabalho prestado ao estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, queremos registrar a presença nesta Casa do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, Mário Antônio da Silva. Ele trouxe em mãos o interdito proibitório da Justiça, que proíbe o sindicato de fazer um ato em frente ao Centro Administrativo.

Sr. Mário, vivi este tipo de situação em muitos momentos: quando os agricultores fariam um ato em frente às empresas fumageiras e em frente às agroindústrias, reivindicando seus direitos. Isso aconteceu em Blumenau, em Santa Cruz do Sul e em outros municípios.

Nós precisamos repudiar esse tipo de atitude, porque os trabalhadores aqui no estado tiveram uma posição muito dura do Centro Administrativo, ao dizer que não negocia com os trabalhadores, com os funcionários públicos estaduais. Não podemos ter radicalismo dos dois lados, principalmente por parte do estado, ao dizer que não há mais negociação.

Nós, deputados, temos o papel estratégico de fazer a intermediação entre a sociedade e os governos e reabrir os canais de negociação, respeitando o direito dos trabalhadores de buscar as suas reivindicações. Infelizmente, em nosso estado tornou-se costumeiro procurar o Judiciário para resolver questões políticas. Isso não é possível! Essa é uma questão de diálogo entre quem está no Executivo e os trabalhadores que prestam serviço à sociedade catarinense.

Por isso não podemos aceitar a intervenção do Judiciário em questões políticas. É responsabilidade dos sindicalistas que estão à frente da luta dos trabalhadores negociar e procurar os seus direitos. Por outro lado, o estado precisa buscar a intermediação e a conversa com os seus trabalhadores, os funcionários públicos estaduais, que com certeza esperam uma melhoria na sua qualidade de vida com o reajuste do seu salário e a melhoria nas suas condições de trabalho.

Na semana passada foi realizada uma audiência pública com trabalhadores do Sintespe e do Deinfra para resolver uma questão que está muito complicada no estado, que é o repasse de funcionários para as secretarias de Desenvolvimento Regional e para as prefeituras, o que não pode continuar acontecendo. Na próxima terça-feira teremos uma reunião na nossa comissão, presidida pelo deputado Onofre Santo Agostini, para discutir esse assunto. Entendemos que podemos buscar o entendimento, a reabertura das negociações e não fazer com que o Judiciário decida questões que nós temos que resolver politicamente no estado.

Quero agradecer, sra. presidente, por ter sido indicado por esta Casa para representá-la, ontem, no Encontro Sulbrasileiro das Casas Familiares Rurais e do Mar, na universidade estadual, a Udesc, em Florianópolis. Foi um grande evento, com grandes debates e que contou com a presença de lideranças, de grandes nomes da França, da Espanha e de outros países, que discutiram a questão da relação da educação com a profissionalização dos nossos trabalhadores. E nesse caso, principalmente a questão da agricultura familiar e das casas familiares rurais do nosso estado, que têm uma história muito importante, porque no Brasil começou no sudoeste do Paraná e vem se consolidando nestes últimos anos.

Hoje temos em Santa Catarina 22 municípios com 22 casas familiares rurais, construídas a duras penas, com grande sacrifício, com grande luta de monitores, de lideranças de agricultores, que vêm perseguindo a perspectiva de profissionalizar e capacitar os nossos jovens do meio rural para permanecerem na roça, continuar trabalhando na terra, mas com conhecimento profissional e profundo da questão.

Esse encontro que aconteceu ontem, aqui em Florianópolis, na Esag, dentro da Udesc, foi importante porque trouxe experiências do mundo todo na perspectiva de preparar a juventude rural para que no futuro possa estar mais profissionalizada, mais capacitada, olhando não apenas para uma direção, mas para o todo da sua propriedade e de fato construir a sua vida no meio rural catarinense.

Vemos hoje uma grande dificuldade dos nossos jovens continuarem na terra e experiências como essas, que buscam prepará-los para a vida futura, precisam ter o nosso apoio. A grande reivindicação, a grande luta das casas familiares rurais, de todas as famílias e das equipes de monitores é garantir que essa educação seja reconhecida pelo estado e pela União como ensino médio profissionalizante.

Então, nós temos, srs. deputados e sras. deputadas, um trabalho a realizar nesta Casa, qual seja, garantir que aqui em Santa Catarina seja feito esse reconhecimento e que o estado garanta a sustentação dos professores e dos monitores das casas familiares rurais.

Estamos preparando um projeto de lei para discutirmos mais a frente esse tema tão importante, que é a educação no campo, a educação rural, e principalmente essa experiência que merece um destaque muito grande, que são as casas familiares rurais, que estão crescendo em nosso estado. Já são 22, com uma abrangência em 88 municípios do estado.

Portanto, esse tema para nós é fundamental para construirmos uma perspectiva para a nossa juventude do meio rural continuar produzindo alimentos com qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Inscrito para falar o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, sra. deputada e srs. deputados, quero associar-me à manifestação já apontada pelo eminente deputado Dirceu Dresch acerca do impedimento do governo do estado à livre manifestação dos servidores de diversos segmentos do funcionalismo público estadual.

Por força de uma liminar, o governo impediu que eles pudessem manifestar-se acerca da cobrança das promessas e das leis. Deputada Ana Paula Lima, como a senhora tem cobrado aqui diariamente o cumprimento da Lei n. 254, da Segurança Pública, agora me parece que os servidores já não têm mais sequer o direito de cobrar aquilo que já virou lei, quanto mais aquilo que continua no campo das promessas.

Essa é a demonstração do quanto este governo é democrático, deputado Reno Caramori. Os defensores incondicionais do governador aqui nesta Casa insistem em apontá-lo como um homem democrático, um homem defensor dos direitos dos servidores, cumpridor de palavra, e hoje eu não sei que resposta eles nos darão.

Estou bastante ansioso para ouvir os deputados do governo, especialmente aqueles que quase beatificam o governador aqui todos os dias. Quero ver que resposta eles darão, hoje, a esse ato autoritário, mandão, de quem não quer transgredir, de quem não quer conversar, de quem não quer cumprir com os seus compromissos de campanha, deputado Jailson Lima.

Os servidores de praticamente todos os setores demonstram o seu descontentamento a cada dia, e hoje, dia de manifestação, lideranças dos servidores vindas de todas as regiões do estado, perdem o direito de pleitear, de cobrar as promessas e as leis, por esta Casa aprovadas, de reajuste, de reposição salarial, de melhoria salarial do servidor.

É inconcebível, deputado Pedro Uczai, que um governo que se diz democrático não aceite a livre manifestação! Eu vou contestar, porque é comum ouvir aqui de deputados da base do governo a contagem de história: olha, resisti à ditadura, resisti a isso, resisti àquilo! Isso não é uma ditadura! O que está sendo feito hoje é pior do que a ditadura fazia! Fazer lei e não cumprir, deputado Sargento Amauri Soares, como é a lei da segurança, é pior do que a ditadura!

Eu vou apartear cada vez que ouvir, porque há muita gente que se mantém aqui dentro na história de ter combatido a ditadura, mas a ditadura acabou faz 20 anos! Mas a do dr. Luiz Henrique, deputada Ada De Luca, que serviu à Dops... O seu chefe, Luiz Henrique da Silveira, servidor da Dops de 1958 a 1966, deve ter aprendido nos porões da ditadura, na Dops a que ele serviu, a tratar desse jeito o servidor público de Santa Catarina!

Não venham mais com balela para cá, dizer que este é um governo democrático! Ele é autoritário, mandão, descumpridor de leis, arrogante e prepotente, que vai à Justiça buscar o impedimento dos servidores de se manifestar, de cobrar aquilo que lhes foi prometido, aprovado e comemorado por esta Casa!

Governo mentiroso, governo truculento, governo corrupto que, inclusive, matou nesta semana a CPI da Casan porque não resistiria à investigação. Deputado Jailson Lima, é um governo que perde credibilidade a cada dia, é um governo que está levando o estado à bancarrota para manter 36 escritórios políticos fazendo campanha. Foi o que fizeram na eleição do ano passado e o que estão programando para a eleição do ano que vem.

É só mentira, só promessa, só campanha, como estão fazendo com a serra do Faxinal, desde 2003 enganando aquele povo; como fizeram com a pavimentação da Interprais, deputado Décio Góes, ou com o acesso da via rápida de Criciúma, aquela grande mentira que o Eduardo Pinho Moreira, no exercício do mandato, foi contar lá no Mampituba e anularam a licitação este ano. É um governo de faz de conta, é um governo de mentiras, deputado Pedro Uczai!

Aliás, só espero que consigamos o testemunho, deputado Reno Caramori. Falta pouco, para quem estava próximo do governador, num dia desses, depois de ele ter comemorado umas e outras, dizer: "Vamos continuar mentindo, eles que desmintam"! Parece-me que essa já é a ordem dentro deste governo desmantelado, desorganizado e que está levando Santa Catarina à quebraadeira, agora impedindo, pela via judicial, que o servidor público possa manifestar-se.

Enquanto isso, continua acobertando corrupção. Coluna do Henrique Ungaretti:

(Passa a ler.)

*R\$ 5 milhões

Trecho inédito de telefonema grampeado pela Operação Moeda Verde deve causar forte impacto se revelado nacionalmente. A conversa foi gravada entre um político e um jornalista. Repórter do jornal Folha de S. Paulo esteve em Florianópolis fuçando o assunto. Paredes do Centro Administrativo tremeram.*[sic]

É um governo que não se sustenta mais nem pela credibilidade, desonesto e corrupto! E nessa semana, com o enterro da CPI da Casan, tivemos a terceira e definitiva prova disso!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Muito rapidamente, deputado Joares Ponticelli, quero dizer que hoje o Sintespe comemora 19 anos de história e recebe como presente isso que v.exa. denuncia aqui na tribuna, ou seja, ser impedido de se manifestar democraticamente para reivindicar um direito já acordado entre o governo e os servidores, e reivindicar o que é justo e legítimo num estado democrático de direito: a livre manifestação. Aí não recebe aumento, não recebe reposição, mas é um governo que pede para o Judiciário colocar multa em cima da livre manifestação, da livre democracia.

Por isso é lamentável estarem fazendo isso com o Sinte. Hoje ele realiza uma assembleia no período da tarde, e o secretário, depois de várias semanas, recebe e diz - olhem o presente: "Não atendemos à reivindicação de vocês, mas queremos o apoio de vocês ao Instituto de Previdência dos Servidores".

Portanto, quero associar-me a v.exa. nesse pronunciamento denunciando o descaso com a política pública. Estão comprometendo o futuro de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. tem falado e está aqui no jornal A Notícia de hoje, a coluna do jornalista Claudio Prisco Paraiso, dizendo que o juiz Hélio do Valle Pereira, atendendo a solicitação do governo, proibe a manifestação em frente ao Centro Administrativo.

Isso não é a primeira vez que acontece. Já no dia 16 de maio estávamos lá com 20 pessoas, familiares de praças, e alegaram que estávamos perturbando a possibilidade de os funcionários do palácio trabalhar. Nenhuma pessoa foi coagida, nenhuma uma pessoa foi ofendida. Consideramos um absurdo proibir a livre manifestação dos servidores públicos, em qualquer hipótese!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Sargento Amauri Soares, é profundamente lamentável. Como eu disse, um governo mandado por quem sempre se apresentou como o pai da democracia, como alguém que sempre se apresentou como o defensor dos excluídos, mas que serviu à Dops. De vez em quando ele deve recordar daqueles oito anos que serviu aos porões da Dops para agir da forma que está agindo.

Não me venham mais, deputados do governo, com essa balela de defensores da democracia. Vocês são, na realidade - nem todos, deputados Onofre Santo Agostini e Cesar Souza Júnior, mas há três ou quatro deputados aqui que são, sim -, defensores de um governo mandão, autoritário, descumpridor de promessas e que está fazendo agora o servidor público passar por um processo de humilhação jamais visto em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sra. presidente e srs. deputados, gostaria, nesta manhã, antes de entrar no tema que me traz à tribuna, de fazer uma colocação sobre a questão do veto de ontem acerca da vacinação do HPV, que, democraticamente, esta Casa manteve. Creio, e tenho certeza disso, por razões jurídicas, mas gostaria de destacar que é fundamental que permaneçamos nessa luta.

Certo é que apenas com recursos do governo estadual será impossível fazer essa implementação, até porque os recursos da Saúde são escassos. Mas o caminho da vacinação contra o vírus do HPV, que é o maior causador do câncer de colo de útero, e que, por sua vez, é o câncer que mais mata mulheres em Santa Catarina, é o mais eficiente e o mais barato. Porque é muito mais racional apostar no rumo da vacinação do que tratar mulheres com câncer.

Portanto, em que pese o veto ter sido mantido, creio que essa luta deva permanecer ativa nesta Casa, porque é fundamental que sigamos este caminho: o da prevenção, já que o tratamento de câncer é caro, vidas são perdidas, e a prevenção é o caminho da medicina do futuro.

Em que pese a divergência jurídica que houve entre o governo e até entre outros parlamentares, creio que todos nós não devamos deixar essa bandeira morrer e persistir, porque se trata de uma questão de vida e também de saúde financeira dos órgãos da saúde pública do estado, já que a prevenção é muito mais barata do que o tratamento da doença.

Mas, srs. deputados, assomo à tribuna, nesta manhã, para repercutir um pouco a matéria de hoje do jornal *Diário Catarinense*: "Vida Abreviada", que coloca a situação da criminalidade em Santa Catarina, em especial na região da Grande Florianópolis, e que apresenta dados aterradoros sobre o envolvimento dos jovens com a droga e o crime.

Os dados da secretaria da Segurança Pública indicam que 95% - notem bem, 95% - dos homicídios praticados na região da Grande Florianópolis, hoje a região mais violenta do estado, têm envolvimento direto com o tráfico de drogas, e que 90% são por armas de fogo, e a maioria dos homicídios envolvendo jovens com menos de 25 anos.

A matéria traz um dado interessante: o número de homicídios vem caindo na região da Grande Florianópolis nos últimos anos. São três anos de quedas sucessivas, o que indica pelo menos o estancamento e a gradual redução desses crimes. Mas um dado continua a perturbar-nos: cada vez mais acontecem crimes envolvendo jovens mais jovens e, invariavelmente, com o uso de drogas. Primeiro essa situação começa fora das fronteiras catarinenses; são droga e arma. Santa Catarina não produz cocaína nem revólveres. Essas armas e drogas vêm de fora do Brasil. Enquanto esse acesso continuar sendo tão fácil, enquanto não houver uma polícia de fronteira que impeça essas armas e drogas de chegarem a Santa Catarina, certamente o combustível da criminalidade estará presente. Com armas e drogas vamos continuar tendo homicídios.

Mas há outra coisa: a droga é usada e a arma é utilizada para matar. E hoje não está no centro da política pública a questão dos espaços públicos de lazer. Há muitos anos vem-se trabalhando nisso, mas a falta de espaços públicos de lazer nas comunidades carentes de Florianópolis é uma realidade. E o jovem ocioso, com a família desestruturada, está a um passo da criminalidade.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Gostaria de ouvir em aparte o nosso brilhante deputado Onofre Santo Agostini, que hoje será agraciado, juntamente com o nosso presidente Julio Garcia, com a medalha Ordem do Mérito do Judiciário. E aqui já o parabeno e ao deputado João Henrique Blasi, que também é um dos agraciados.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Cesar Souza Júnior, quero manifestar-me quanto à primeira parte de seu pronunciamento.

Há um ditado popular que diz que é melhor prevenir do que remediar. Infelizmente, esta Casa não compreendeu isso. E nós já temos um exemplo, deputado. Eu sou autor de um projeto - e agora a deputada Ana Paula Lima tenta refazê-lo, e Deus permita que isso aconteça - sobre o teste da orelhinha. Foi vetado, veio para cá e nós derrubamos o veto - e não foi neste governo. E o governo entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo, que concedeu a inconstitucionalidade por vício de origem.

Eu não posso entender, deputado - e por isso eu comungo do pensamento de v.exa.: se é mais barato para o governo prevenir, por que vetar? Se é inconstitucional por vício de origem, por que o governo não manda um projeto de lei para esta Casa?

Por isso eu faço um apelo a v.exa. para que não desanime! Continue lutando porque o seu projeto está cheio de procedência e é muito importante para a sociedade de Santa Catarina. Insista e terá sempre a solidariedade deste deputado, porque v.exa. tem demonstrado ser um parlamentar voltado para os problemas da sociedade. Conte comigo, deputado, e não desanime! Continue lutando que um dia nós dois iremos vencer!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini. Mas certamente ainda tenho um longo caminho a percorrer, até para aprender com v.exa. na articulação de projetos, como ocorreu ontem.

Agora gostaria, srs. deputados, de deixar clara aqui esta mensagem de que é fundamental que avancemos, principalmente em relação a espaços públicos de lazer na região da Grande Florianópolis.

Trago aqui uma boa notícia nesse sentido. Estivemos, ontem, em audiência com o governador Luiz Henrique, também com o presidente da Epagri, Murilo Flores, e recebemos do governador a garantia, juntamente com a Epagri, de que, ao final deste ano, o projeto definitivo do primeiro jardim botânico de Santa Catarina será apresentado à sociedade catarinense.

Esse é um grande passo porque áreas de lazer, de interação e de prática de esportes contribuem também para a diminuição da criminalidade, para o aumento da consciência ambiental e, por consequência, para a melhoria da qualidade de vida da nossa cidade, dos nossos jovens.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Ouço com prazer o deputado Professor Grando nos 30 segundos que me restam.

O Sr. Deputado Professor Grando - O aproveitamento dessa área será de forma integral, como v.exa. falou.

E ontem nós nos pronunciamos sobre a questão da penitenciária, aquela imensa área comunitária para a nossa querida comunidade de todo o norte da ilha, assim podemos dizer.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado. Agradeço a sua participação.

Era o que tínhamos para hoje!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, não poderia permitir, num tributo à verdade, que a reiteração de uma mentira pudesse ganhar foro de veracidade. É o que acontece com a afirmação há pouco lançada aqui desta tribuna a desfavor do governador Luiz Henrique da Silveira.

Causa-me espécie, soa-me como uma extrema ironia que alguém que pertença a um partido que é sucedâneo da Arena, que foi o sustentáculo do regime de exceção da ditadura existente neste país, possa vir a esta tribuna e, sem cerimônia, assaque a desfavor do governador o absurdo, a ilogicidade de atribuir-lhe a participação naquele regime autoritário.

O político, o cidadão, o homem público Luiz Henrique da Silveira, naqueles anos estava combatendo a ditadura que se instalara em Santa Catarina. E não sou eu quem está a fazer esta afirmação, é a história de Santa Catarina, é a história do Brasil que assim o registra.

Mas faço questão de trazer e de ler o que consta a respeito do cidadão Luiz Henrique da Silveira nos arquivos da Dops, onde era o porão da ditadura, a respeito do nosso atual governador. É literal registro da época do regime ditatorial da Arena, hoje sucedida pelo PP, Partido Progressista.

Dali consta:

(Passa a ler.)

"Luiz Henrique da Silveira, residente na rua Frei Evaristo n. 32 - Fpolis/SC. Foi afastado das funções de escrivão da DOPS em 1961, por possuir idéias contrárias ao regime. Era articulista do jornal de esquerda, 'Fôlha Catarinense'. Respondeu a IPM, Inquérito Policial Militar, instaurado no 14º BC de Fpolis/SC. Atualmente é advogado e professor em Joinville/SC, continuando atuante no movimento comunista." [sic]

Este é o registro da Dops e esta é a verdade, o mais é mistificação, o mais é mentira que, pela sua reiteração, se pretende transformar em realidade. E o que me causa espécie, o que é uma verdadeira tragicomédia, tragédia para quem sente, e comédia para quem pensa, é alguém de um partido que hoje é o sucedâneo da Arena, que foi o sustentáculo do regime, que foi quem trouxe a revolução de 64, vir aqui, esquecendo a verdade, querendo macular a biografia política de um homem público com a retidão de caráter e com a postura do governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado João Henrique Blasi, desculpe interromper o pronunciamento de v.exa., mas tenho que sair agora, pois tenho consulta médica, e gostaria de fazer o registro, com a permissão de v.exa., da presença dos vereadores e dos vereadores mirins, dos futuros vereadores de São Cristóvão do Sul e de Ponte Alta do Norte. Estão presentes aqui os vereadores titulares e os vereadores mirins, futuros vereadores de São Cristóvão do Sul e de Ponte Alta do Norte. Faço este registro com a permissão de v.exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não, deputado Onofre Santo Agostini.

É importante que aqui estejam os vereadores e os vereadores mirins mencionados por v.exa., para que possam assistir ao que é democracia e, sobretudo, para que possam ver que a verdade, afinal, é o que prevalece contra assacardilhas feitas com o intuito meramente político e desprovidas de qualquer tipo de fundamentação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado João Henrique Blasi, líder do governo nesta Casa, que tem tido um perfil e uma conduta extraordinária, homem de palavra, coerente com sua posição. Há quanto tempo fazíamos acordos e eles não eram cumpridos? E o eminente deputado tem cumprido religiosamente os acordos.

Gostaria de dizer que não entendo que aquelas pessoas que deram sustentáculo ao desaparecimento de tantos brasileiros, hoje venham aqui querer ser os puritanos do momento. Até parece que nós fomos os homens da revolução, do período difícil, dos anos 60, 70, quando muitos companheiros ficaram marcados e outros desaparecidos e até hoje sem ninguém saber nada sobre eles. E agora querem dar uma de puritanos, tentando inverter o processo para a sociedade.

Mas acho que a sociedade está atenta e conhece os homens que têm compromisso com este país, com este estado. O nome, a história de Luiz Henrique todo mundo conhece: é um homem comprometido com a democracia, que tem a visão soberana de tratar o estado e o país com sabedoria, com inteligência, mas é democrático. Tentam aqui crucificá-lo, porque sofreram várias derrotas, uma atrás da outra. Ainda não se conformaram, talvez precisem passar por mais umas derrotas para aprender a lição, porque a sociedade é muito inteligente e sabe dar lição.

Quero cumprimentar v.exa. pela maneira sábia como está fazendo este pronunciamento, mostrando o passado e o presente para as pessoas de bem e que estão vivendo do nosso lado.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a intervenção de v.exa, deputado Manoel Mota, e as manifestações de gentileza à minha pessoa.

Concluo, antes de ceder o tempo restante à deputada Ada De Luca, por fazer aqui um registro de que muito se falou ao longo desta semana, nas sessões de terça-feira e de ontem, da necessidade, da importância, da imprescindibilidade até, de o governo do estado receber o Sindicato dos Trabalhadores da Educação - Sinte - para continuar o diálogo antes iniciado.

Por intervenção nossa e de uma série de deputados, ontem, pela manhã, quarta-feira, dia 17, o secretário estadual de Articulação Política, Ivo Carminati, recebeu em seu gabinete, no Centro Administrativo, o Sinte, o que era uma obrigação sua e que foi cumprida, numa conversa franca, num diálogo aberto e transparente, ouviu as reivindicações e fez as suas ponderações. Mas não ouvi aqui de nenhum deputado de Oposição, que bradava insistentemente para que essa audiência ocorresse, nenhum registro a respeito do fato que aconteceu.

Srs. deputados, também não posso deixar agora de me manifestar ao final sobre a medida judicial tomada pelo governo do estado de Santa Catarina, no sentido de procurar fazer com que não haja a interrupção do trânsito e a possibilidade de se criar um ambiente de hostilidade eventual na frente do Centro Administrativo. Conversava há pouco - e aqui está presente o presidente do Sintespe, o sr. Mário - e não entendo como alguém aqui disse que recorrer ao Poder Judiciário possa ser considerado como um ato ditatorial ou arbitrário. Recorrer ao Poder Judiciário é direito inalienável de cada cidadão e também das pessoas jurídicas. Afinal de contas, diz a Constituição que ninguém pode ser impedido de buscar os seus direitos ante o poder competente, que é o Poder Judiciário.

Pois bem, o governo do estado, com base em situações pretéritas que conturbaram o trânsito na SC-401, que levaram a uma série de problemas, resolveu precaver-se, pediu e obteve do Poder Judiciário uma decisão em sede de interdito proibitório vedando a possibilidade de que haja manifestação naquele local.

O que eu disse há pouco ao presidente do Sintespe reitero agora: vou conversar com o secretário da Administração, Antônio Gavazzoni, que já vem mantendo conversações com o Sintespe - e aí eu não entendo, pois se as conversações estão abertas, por que fazer uma assembleia na frente do Centro Administrativo -, para que ele possa receber, como já o fez em oportunidades pretéritas, a direção do Sintespe para continuar a debater e a buscar um encaminhamento para suas pretensões, que serão atendidas na medida das possibilidades do erário estadual.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Jorginho Mello, o horário pertence ao PMDB, o sr. consulte a deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Deputada Ada De Luca, eu só quero fazer um registro, conceda-me v.exa. um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Bem rapidinho, porque acho que já estou atrasada.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Sem dúvida, deputada, pois não quero prejudicar o brilho do seu pronunciamento.

Gostaria registrar a presença dos vereadores mirins, como fez o deputado Onofre Santo Agostini, lá de São Cristóvão do Sul: a vereadora Ilse Leobet e em seu nome cumprimentar todos os srs. vereadores; a professora Liamara Leobet e todos os professores e os vereadores mirins que serão o futuro daquele município. Sintam-se à vontade aqui conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, dentro do tempo restante destinado ao PMDB, no horário reservado aos Partidos Políticos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Sepultada a natimorta CPI da Casan, pode parecer aos nobres pares da Oposição que se tratou apenas de uma manobra dos partidos que integram a base governista. Muito pelo contrário.

Houvesse elementos a justificar o prosseguimento dos trabalhos de tal comissão, certamente esta Casa não se furtaria de promover a devida apuração. Ficou evidente, ante a manifestação do órgão ministerial, a absoluta ausência de provas que pudessem sustentar a denúncia formulada por um empregado omissso e de conduta duvidosa, conforme irá provar o inquérito administrativo em curso naquela companhia, que teve início muito antes de sua denúncia.

Agradeço aos meus pares pela sensatez de não dar vazão a descontentamentos paroquiais, não se permitindo envolver em questões pequenas, quando grande é a missão deste Parlamento e maior ainda a sua responsabilidade para com a população catarinense.

Rechaço veementemente e não quedarei nem ficarei calada ante qualquer tentativa que possa vir a macular a honra de homens probos, sejam eles aliados políticos ou não. Nada é mais sagrado do que a honra de um homem, e pode ser medida não só pela sua história, mas também e principalmente pelas suas obras. E, afinal, quem há de desconhecer a história e as obras do atual presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Mesmo os nossos adversários mais ferrenhos não de reconhecer o sucesso de Walmor Paulo De Luca à frente daquela companhia, que em janeiro de 2003 encontrava-se em situação pré-falimentar, sem crédito junto a fornecedores e instituições financeiras e, hoje, superavitária, acumula lucros sucessivos em seus balanços.

Somente uma gestão pautada na ética, austera (possível causa de tantas animosidades) e competente, pode justificar a saúde financeira atual da Casan. E ainda assim, pretendiam nossos opositores deflagrar um processo de apuração sem objeto, numa flagrante e deliberada tentativa de macular a sua honra, ele que figura absolutamente ausente aos fatos sob perquirição policial.

É necessário, repito, nos acautelarmos contra os mal-intencionados, que não repitam as razões, os argumentos, as justificativas, as ponderações. Infelizmente, somos herdeiros de culturas que praticavam o anti-direito, que é o arbítrio. Trazemos em nossos hábitos e costumes a marca dos

abusos e das omissões, que são os desvios do uso da norma correta. Com as omissões, não fazemos aquilo que segundo a norma deveria ser feito. Com o abuso, fazemos algo em excesso com dano aos interesses alheios. Longe das antigas arbitrariedades, o novo ordenamento jurídico do Brasil tem regras claras e distintas que devem ser obedecidas para que haja legitimidade e justiça.

Em tempos de teatralescas operações 'navalha', 'xeque mate', e outras de codinomes cada vez mais criativos, paira um clima de suspeição sobre os homens públicos, reforçando o sentimento comum de que todos, indistintamente, são improbos. Tempos nebulosos estes, em que o estado democrático e de direito tem a sua ordem pervertida, cabendo ao acusado o ônus da prova. Ao contrário. Cabe a quem acusa o ônus da prova. E a quem é acusado o direito à ampla defesa e a presunção da inocência até que se comprovem os fatos denunciados e haja sentença judicial transitada em julgado.

A mídia muitas vezes adianta sentenças que não se confirmam. A notícia pode macular o cidadão de bem, embora o desdobraimento processual resulte num veredito bem diverso da denúncia inicial.

A liberdade de expressão não pode sobrepor-se à dignidade humana, uma vez que este princípio, como origem de todos os demais direitos fundamentais, não pode ser objeto de ponderação com direitos fundamentais singulares.

Em tempos de espírito conturbado, é preciso que nos acautelemos para não cairmos na concepção de um determinismo social que conduz, às avessas, à irresponsabilidade presumida ou à prévia presunção de culpa."

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A Presidência registra a presença dos vereadores mirins do município de Ponte Alta, juntamente com o vereador Antônio Carlos. E também do grupo de vereadores mirins de São Cristóvão do Sul, juntamente com o vereador Volmar Martins da Silva. Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Agradecemos a presença dos vereadores de Blumenau, srs. Deusdedit de Souza e José Carlos Formento, e também do sr. Leandro Ferrari. Sejam bem-vindos à capital do estado de Santa Catarina e a este Parlamento.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, desejo registrar a presença de ilustres brusquenses que nos visitam nesta manhã, srs. Marcelo e Carlos, que vêm conhecer a Assembleia Legislativa e acompanhar esta sessão. Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A Presidência registra com prazer as presenças citadas por v.exas.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, vereadores mirins que nos visitam nesta manhã, quero, inicialmente, parabenizar os médicos de Santa Catarina pelo Dia do Médico, em nome dos deputados Serafim Venzon, Jailson Lima e Antônio Aguiar, que são médicos.

Srs. deputados, também quero somar-me aos depoimentos que lamentam a decisão do governador de impedir que o Sintespe possa realizar suas manifestações e expressar o seu descontentamento com a política que o estado vem adotando em relação aos servidores.

Deputado Jailson Lima, também quero fazer referência à questão dos fundos estaduais, dos quais o governo tem tirado os recursos dos municípios e financiado os projetos do seu interesse. É um assunto que precisa ser bem aprofundado.

Faço questão de reproduzir aqui parte de um artigo publicado no *Le Monde Diplomatique - Brasil*, uma publicação extremamente séria, belíssima. Trata-se de um artigo de Márcio Pochmann, que é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, que fala do país dos desiguais. Coincidentemente, outro dia eu estava debatendo este assunto na base e eu queria reproduzir algumas partes deste artigo.

(Passa a ler.)

"O país dos desiguais

Identificar a renda e a riqueza extremamente concentradas no Brasil não constitui nenhuma novidade...

Mas a compreensão das principais razões que produzem uma repartição tão desigual da renda e da riqueza, bem como sua reprodução nos dias de hoje, pode ser motivo de interesse...

Da colonização aos dias de hoje, a riqueza social tem sido pessimamente repartida entre o conjunto da população. De acordo com o Atlas da exclusão social - os ricos do Brasil, percebe-se a continuidade secular no grau de concentração, desde a data em que passa a haver algum registro contábil do país...

Uma pequena parcela da população apropria-se de muito, enquanto a maior parte dos brasileiros fica com bem pouco...

Em síntese, o Brasil caracteriza-se por construir um padrão extremamente concentrado de partição da renda e da riqueza...

Os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda a riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%."

Aí podemos compreender, inclusive, a violência que o deputado Cesar Souza Júnior nos falou há pouco.

(Continua lendo.)

"Independente dos padrões de desenvolvimento econômico pelos quais o Brasil passou, prevaleceu a estabilidade na desigualdade na repartição da renda e da riqueza entre seus habitantes...

A concentração da renda e da riqueza é uma marca inalienável do Brasil. De acordo com o Atlas citado, embora o país possua aproximadamente 60 milhões de famílias, 45% de toda a renda e a riqueza nacionais são apropriados por apenas cinco mil famílias. É isso mesmo, senhores e senhoras.

Em um universo de 60 milhões de famílias existentes no Brasil, somente cinco mil famílias detêm 45% de toda a riqueza produzida no Brasil. Entre 1980 e 2000, quando o crescimento do país foi extremamente baixo, ainda essa distorção se tornou geograficamente mais concentrada. Apenas quatro cidades concentram 80% de todas as famílias ricas: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte."

Hoje, com as políticas econômicas do governo Lula, nós vemos um movimento de interiorização das riquezas.

(Continua lendo.)

"Sem reformas consideráveis esse padrão distributivo não será mudado. Não é por acaso que no Brasil há tanta pobreza, violência e exclusão social. O sistema tributário é centrado em impostos diretos, pessoais e progressivos. Nossa estrutura tributária provoca a pobreza e cria a exclusão social.

Quem ganha R\$ 10.000,00 (dez mil reais) paga o mesmo imposto sobre 1 quilo de qualquer alimento de quem ganha R\$ 300,00 (trezentos reais).

Mas, enquanto isso, empresários e toda a mídia vivem repetindo que a carga fiscal brasileira é das mais altas do mundo. Ao contrário, a carga de impostos, no Brasil, que é inferior à da maioria dos países desenvolvidos, tem crescido menos que a de outros países.

Somente em 2006 o governo Lula, através da revisão de impostos, desonerou cerca de R\$ 32 bilhões à carga tributária."

Por isso nós demos incentivos às máquinas e equipamentos, à construção civil, à cesta básica, na inclusão social e digital.

Também agora, com a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, há mais uma desoneração de mais de R\$ 5 bilhões na produção, embora Santa Catarina ainda não tenha resolvido a questão do crédito tributário para as micro e pequenas empresas.

Com o governo Lula, 11 milhões de famílias passaram a ter acesso a instrumentos de transferência de renda, programas de complementação de renda mínima para os segmentos miseráveis da população.

(Continua lendo.)

"Observa-se que os investimentos nas áreas sociais são significativos, mas são insuficientes para a reparação da herança decorrente do padrão excludente de repartição da renda nacional: 5% da população já subiram de padrão, mas é pouco.

O fim da CPMF ameaça grande parte desses investimentos. Programas como o Bolsa Família, os recursos do SUS e a aposentadoria de quase um milhão de brasileiros seriam inviabilizados.

Mas a quem interessa o fim da CPMF, já que a fórmula de arrecadação desse tributo acabou por constituir-se num dos impostos mais justos do país, pois quem mais movimentava mais paga, inviabiliza a sonegação e é forte elemento de distribuição da renda nacional? Os pais dessa criação (PFL, PSDB...), representantes dos grandes grupos econômicos do país, estão, agora, renegando a própria filha. Acham incômoda uma tributação que acesse e fiscalize as suas contas bancárias. É a eles que interessa o fim da CPMF.

Como podemos ver, a CPMF, além de justa, tem papel estratégico no financiamento de todos os nossos programas de assistência social." [sic]

Por isso, é importante que o Senado Federal aprove a CPMF, aproveitando inclusive a sugestão do governo Lula e de uma emenda já no Senado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Décio Góes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, sr. líder da bancada do PSDB, deputado Marcos Vieira, saudando todos os srs. deputados, cumprimento a distinta platéia que está na galeria desta Casa, os vereadores, os vereadores mirins, os nossos visitantes de diversos municípios de Santa Catarina, que vêm aqui prestigiar e acompanhar as declarações democráticas da Assembléia Legislativa. Saudamos também todos os nossos ouvintes da Rádio Alesc Digital e os telespectadores da TVAL.

Eu queria abordar rapidamente, hoje, três pequenos assuntos. Primeiro, quero saudar, mais uma vez, como hoje é o Dia do Médico, cada um dos 13 mil médicos de Santa Catarina, que trabalham em postos de saúde, que trabalham em fábricas, nas emergências dos hospitais, nos centros cirúrgicos, nos andares clínicos, enfim, todos os médicos que, no cumprimento da sua proposição, prestam atendimento médico, ajudam o paciente e orientam na cura das doenças.

Quem cura mesmo, eu destaco, é a força que nós temos dentro de nós, a natureza, naturalmente com a benção de Deus. Mas o médico orienta a cura através do remédio, através de uma cirurgia, através de uma orientação.

Por isso nós queremos destacar a atividade de cada médico por este estado afora, para dar mais tranquilidade, mais satisfação, mais alegria a tanta gente nesse serviço de orientar a cura.

Cada trabalhador, cada um de nós, em qualquer atividade, na hora em que faz aquele serviço, primeiro beneficia a si mesmo, garante a sua qualidade de vida com o seu trabalho, com a sua renda, ou seja, a dele e a da sua família. Mas além desse benefício que cada um recebe, existe o benefício social. Quer dizer, o serviço de cada um gera um produto, que faz bem a muita gente. Assim é o agricultor, é o operário, é o empresário e, naturalmente, o médico, pois também o seu trabalho, de onde ele busca o seu sustento, gera benefícios sociais, que é dar uma qualidade de vida melhor para as pessoas.

Falando em qualidade de vida, devo destacar também que o médico orienta a cura, mas a promoção da saúde, em princípio, não é o médico quem faz. Usamos os conhecimentos médicos, os conhecimentos científicos, que são anteriores a Hipócrates. Aliás, há mais de 2005 anos foram feitos mais de 70, 80 livros que compunham vários compêndios em ética, em prática médica, em comportamento médico, em técnica cirúrgica, em anatomia. Então, já existe há muito tempo uma vasta literatura e o conhecimento científico de onde decorre a saúde das pessoas.

A saúde das pessoas, que é um conceito mais amplo do que simplesmente a ausência de doenças, depende de uma porção de ações acima de tudo políticas e não de ato médico. Por exemplo, a qualidade da água, o tratamento da água, o tratamento do esgoto sanitário, o destino do lixo sólido, do lixo industrial e do lixo orgânico, as ações da segurança, o entretenimento que temos que buscar para as nossas cidades, etc.

Aliás, eu abordei aqui, no dia de ontem e antes de ontem, que não conheço nenhuma cidade no Brasil, como também aqui em Santa Catarina, que tenha a capacidade de entreter, de ocupar o jovem, os adolescentes, o adulto, o idoso nas suas horas livres. E não só como uma maneira de ocupá-los nas horas livres, mas que aquele momento seja de integração com os demais membros da sua comunidade.

Então, nós não temos áreas comuns, e quando foram projetados há vários anos os loteamentos, 30% deveriam ter sido destinados para área verde. Mas na época entendeu-se que esses 30% de área verde seriam as grotas, aquelas áreas de difícil acesso, de difícil ocupação. Na verdade, esses 30% de qualquer loteamento deveriam servir para serem instalados esses equipamentos de entretenimento às pessoas, como quadras de esportes, sala de jogos, salas de internet, sala de computador. Enfim, em cada comunidade, por exemplo, de 2.500 habitantes, deveria ter sido destinada uma área para a qual pudessem acorrer jovens, crianças e adultos, com alguém orientando essas ocupações naquele local.

Estou imaginando isso e certamente esse tipo de investimento poderá ser um projeto de inúmeros prefeitos, pois a partir do ano que vem teremos novos prefeitos em nossas cidades pensando diferente, pensando nesse conceito mais amplo de saúde - vejo que o deputado Edson Piriquito está concordando com essas afirmações. Mas terá de ser criada, talvez através do governo do estado, do governo federal, uma linha de financiamento para poder fazer isso.

Claro que numa cidade como Brusque, de 80, 100 mil habitantes, nós precisamos construir pelo menos de 30 a 40 centros poliesportivos, naturalmente que custassem pouco, mas vão custar pelo menos R\$ 1 milhão, evidentemente. Quer dizer, aonde Brusque vai buscar uma linha de financiamento de R\$ 40 milhões, R\$ 50 milhões para investir? Mas tenho certeza de que esse tipo de investimento iria promover e muito a saúde das pessoas, muito mais do que o ato médico isolado, que será sempre importante, e é importante, porque temos que orientar a cura de quem está doente, mas precisamos promover a saúde de quem não está doente e essa promoção da saúde depende fundamentalmente de decisões políticas.

Eu queria dizer ainda neste dia em que cumprimentamos todos os médicos, que cada um de nós cumprimentasse também o seu médico. Eu, particularmente, exatamente um ano atrás, fui submetido a uma cirurgia de emergência e a cada Dia do Médico tenho mais um motivo para lembrar, além do fato de ser médico, da equipe médica que me operou. Assim sendo, cada um de nós tem este momento para agradecer a esses grandes profissionais.

Querida ainda, para finalizar, destacar que no dia 21, no próximo domingo, o PSDB de Santa Catarina estará reunindo-se neste plenário. E aproveitamos a audiência da TVAL e da Rádio AleSC Digital para mais uma vez convidar os peessedebistas dos 293 municípios para também estarem aqui. Esse será um momento muito importante, pois vamos escolher o diretório estadual, que comporta 105 membros, mais 35 suplentes; no máximo 140 pessoas vão fazer parte desse diretório. Gostaríamos de poder colocar nesse diretório pelo menos um representante de cada município, mas infelizmente só cabem 105, mais 35. Mas precisamos da aprovação, do voto, do parecer de todos os delegados, dos presidentes, dos membros dos diretórios que hoje estão formados em cada município. E domingo, das 9h às 12h, estaremos aqui e ao final vamos eleger o próximo presidente, certamente o vice-governador Leonel Pavan e o prefeito Marco Tebaldi, de Joinville, para continuar o trabalho do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o diretório municipal de Florianópolis do Partido Popular Social, através de edital e nos termos do estatuto partidário e da legislação em vigor, convoca todos os filiados do PPS que tiverem as suas filiações deferidas neste município para participarem do congresso municipal que será realizado no dia 27 de outubro de 2007, com início às 14h, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com a seguinte ordem do dia: diretrizes políticas da gestão, eleição do diretório municipal, eleição de comissão executiva. Esse edital, da data de 15 de outubro, é assinado pelo nosso querido presidente Antônio Gonçalves Filho, popular Toninho.

Então, o nosso PPS, na sua organização, realiza o que alguns chamam de convenção, nós chamamos de congresso municipal, para ser o mais amplo possível, com a participação de todos. Para nós, este dia 27, na capital de todos os catarinenses, será um motivo a mais para os novos filiados, para as diretrizes eleitorais do próximo ano e um motivo para ser realizado um trabalho como um partido sério, honesto, competente, fazendo da política uma ciência.

É claro que sabemos que fazer política é fazer além do seu próprio partido, por isso existem as coligações. Nós entendemos esse grande evento em nível municipal, que em tantos outros municípios já ocorreu e ainda está ocorrendo.

Também, sr. presidente, eu queria aproveitar o tempo que nos resta para agradecer à Presidência e à Mesa Diretora desta Casa, a quem representamos hoje no Desafio da Regularização Fundiária Sustentável no Plano Diretor Participativo de Florianópolis.

Gostaria aqui de lembrar a luta travada antigamente, pois lembro que em 48 horas tive que transferir cento e poucas famílias, deputado José Natal, da entrada de Canasvieiras, por decisão judicial. Eram pessoas idosas, crianças, e formamos a Vila União. Em outro momento, tivemos aqui o ilha/continente, quando precisamos urbanizar, manter as famílias; e em outra ocasião, houve uma desapropriação no Campeche. E assim foi a luta urbana do grande crescimento.

Quando assumimos a prefeitura da capital eram mais de 1.300 famílias por ano que vinham para cá, e terminamos o nosso mandato com menos de 300 famílias por ano. Houve uma grande densidade habitacional, um grande crescimento em Florianópolis, mas hoje temos política pública para regularização fundiária em nível federal, através do ministério das Cidades, e em nível municipal, através da Procuradoria do município. Por quê? Porque na nossa época nós fizemos o levantamento de toda a nossa cidade e descobrimos que o maior proprietário de Florianópolis era o proprietário desconhecido.

Os morros tinham ocupações de mais de 100 anos, mas é normal 30, 50, 60 anos de ocupação. Há uma característica que

acho bonita: há a casa dos avós, atrás se constrói a casa dos pais, depois a dos filhos, netos. Então, ao longo do terreno, nós temos o assentamento, por mais de 50, 60 anos, de todos os descendentes da família. Isso agora poderá ser regularizado. Claro, temos que ver que isso ocorra de forma sustentável, com saneamento, com cuidado com a natureza, com harmonia, fazendo uma cidade feliz ou uma "felicidade".

Nestes termos é que estivemos representando a Assembléia Legislativa nesse grande encontro que está acontecendo, com o Orçamento Participativo elogiável, com toda a comunidade e associações de bairros, para que encontrem as soluções de forma conjunta.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Braço do Norte, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao bispo da diocese de Tubarão, cumprimentando-o pela celebração eucarística de beatificação da mártir Albertina Berkenbrock.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral da Rádio Tubá, de Tubarão, cumprimentando-o pelos investimentos em novos equipamentos e modernização da emissora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica à atleta Miriam Dutra Arais, de Brusque, cumprimentando-a pela conquista de medalhas nas olimpíadas especiais para pessoas com deficiência mental.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina e ao presidente da Associação Brasileira de Medicina de Santa Catarina, cumprimentando-os pela passagem do Dia do Médico.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina e ao presidente da Associação Brasileira de Odontologia de Santa Catarina, cumprimentando-os pela passagem do Dia do Cirurgião-Dentista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Braço do Norte, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica, ao presidente da Associação Catarinense de Medicina, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Médico.

A presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina - Sindifisco - cumprimentando-o pela posse da nova diretoria executiva.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo aniversário daquela entidade e parabenizando os homenageados pelo outorga da Medalha de Honra ao Mérito Judiciário.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente da República e ao Fórum Parlamentar Catarinense, sugerindo encaminhamento de medida para a extinção de emendas individuais que permitam o repasse dos recursos a elas destinados de acordo com o índice de repasse do FPM a cada município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovad.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a eminente deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada.

Sr. presidente, srs. deputados, quem está nos acompanhando no plenário, telespectadores da TVAL, que futuramente, graças a Deus, será TV aberta, ouvintes da Rádio AleSC Digital, que exerce um papel fundamental programando para que todas as emissoras de rádio de Santa Catarina informem os trabalhos realizados pelos parlamentares com assento nesta Casa.

Sr. presidente, gostaria também de, no dia de hoje, 18 de outubro, conceder as minhas homenagens a esse profissional que é um lutador da preservação da saúde, da luta pela vida, que é o médico. Parabéns a toda essa categoria maravilhosa que na data de hoje comemora o seu dia.

Também, srs. deputados, gostaria de dizer que esta deputada não vem a esta tribuna, deputado Elizeu Matos, só para fazer críticas ao governo, vem também para elogiar. E se alguma crítica ofendeu o governador ou algum parlamentar, peço desculpas, mas somos representantes do povo catarinense e se estamos aqui cobrando do governo do estado, é porque o povo também cobra de nós, parlamentares, que somos seus representantes aqui na Assembléia Legislativa.

Gostaria de agradecer a gentileza do secretário de Articulação, sr. Ivo Carminati, e também ao secretário da 15ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, sr. Paulo França, pelo pedido que foi feito ontem e que de imediato foi atendido, que é o caso que os senhores acompanharam pelos noticiários, de uma moça residente na cidade de Blumenau, que foi vítima, acredito, de um assassinato em Londres. A família ficou desesperada para que pelo menos fosse esclarecido o caso e que o traslado do corpo fosse possível para que pudessem fazer um sepultamento para a moça.

Dessa forma agradeço ao governador, agradeço ao secretário Ivo Carminati e também ao secretário de Desenvolvimento Regional, Paulo França, por terem atendido o pedido daquela família que está desesperada, neste momento, pela perda de um ente querido.

Também agradeço à interveniência do deputado João Henrique Blasi para que o governo do estado atendesse uma reivindicação do Sinte para dialogar. Nada mais justo, deputado Sargento Amauri Soares, que pelo menos as pessoas possam ter o direito de fazer a conversa, o diálogo. Gostaria também que o deputado João Henrique Blasi intercedesse para que hoje a assembléia pudesse acontecer no Centro Administrativo. Por que não? As pessoas vão lá para conversar, ninguém vai para fazer baderna. Elas querem fazer lá, porque não são ouvidas.

Da mesma forma, deputado Sargento Amauri Soares, eu gostaria de intercessão do deputado João Henrique Blasi para que a Lei n. 254 seja cumprida pelo governador do estado. Eu falei, desde o começo de outubro, que todas as vezes que eu subisse a esta tribuna iria cobrar do governador e dos representantes da base governista por que os nossos policiais civis, militares e bombeiros estão esperando o cumprimento da Lei n. 254. Não irei calar enquanto essa lei prometida, aprovada nesta Casa, não for cumprida.

Além disso, deputados Sargento Amauri Soares e Joares Ponticelli, já que o governador não escuta a nossa voz para cumprir essa lei, a partir de hoje o meu gabinete e eu pessoalmente estaremos mandando telegrama para o Centro Administrativo todos os dias, inclusive sábados e domingos, para lembrar do cumprimento da Lei n. 254. Ela tem que sair da gaveta, os policiais estão esperando! Não acha, deputado Joares Ponticelli, que temos que cobrar isso?

Mas, srs. parlamentares, o que nos traz aqui - e vemos um grande número de crianças e adolescentes na Casa - é a nossa preocupação e, temos certeza, de todas as mulheres e de todos os parlamentares desta Casa, com a proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Falava ontem sobre a exploração sexual infanto-juvenil, que é uma barbaridade que acontece em nosso estado e também no Brasil. É algo repugnante sobre o qual não podemos ficar calados. Acho que tem que haver investimentos do governo do estado, do governo federal e dos governos municipais para a proteção da nossa criança e dos nossos adolescentes.

Irei cobrar também, srs. deputados, para que no Plano Plurianual que iremos votar nesta Casa possamos também incrementar o orçamento referente à mulher. Faço um apelo aqui aos parlamentares, principalmente às deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus, para, na próxima segunda-feira, dia 22, fazermos uma reunião com diversas lideranças do estado, às 14h, na sala das comissões, para debatermos o orçamento/mulher, porque não existem direitos humanos sem que haja, pelo menos, respeito às mulheres. Respeitando as mulheres irá ser respeitada a criança.

Dessa forma também, sr. presidente e srs. parlamentares, quero comunicar a boa nova: o sr. presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na véspera do Dia das Crianças, também fez o PAC da Criança, o Plano de Aceleração do Crescimento destinado a inibir o que está acontecendo com as crianças e adolescentes no Brasil. Essa matéria está na *Folha Online* e passo aqui a relatar alguns projetos nessa área.

Trata-se de um pacote de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente em nosso país. No total, a previsão de investimentos nessa área é da ordem de R\$ 2,5 bilhões até o ano de 2010, recursos oriundos de 14 ministérios e de diversas estatais. O PAC inclui projetos para adolescentes internados, que consumirão cerca de R\$ 534 milhões, entre 2008 e 2010. Segundo a secretaria Nacional dos Direitos Humanos, quase quadruplicou o número de adolescentes internados pela prática da violência de 1996 até 2006. O pacote também prevê gastos na ordem de R\$ 199 milhões na reforma e construção de 49 unidades de internação. Os locais de 26 unidades de internação também serão construídos.

O programa também prevê a criação de financiamento para os municípios com até 50 mil habitantes, com o objetivo de implementar medidas sócio-educativas e assim fazer com que os internos prestem serviços à comunidade.

O PAC, por meio do ministério dos Esportes, ainda destinará R\$ 37 milhões para a construção de quadras esportivas em unidades de internação. Elas ainda terão bibliotecas, oficinas e ambulatórios.

Outros projetos importantes, deputado Sargento Amauri Soares, referem-se às crianças, adolescentes e jovens que vivem em abrigos, principalmente no estado de Santa Catarina, onde muitos abrigos de responsabilidade do governo do estado, que são mantidos por organizações não-governamentais, não estão recebendo recursos estaduais. Mas o governo do presidente Lula vai investir nos abrigos para que essas crianças tenham o direito de, pelo menos, uma alimentação adequada, além de muito carinho e amor. O primeiro repasse será de R\$ 1.500,00 às famílias, a partir do ano que vem, que acolherem de volta crianças que foram levadas aos abrigos por causa da pobreza.

Outro projeto refere-se a jovens com mais de 18 anos que não tiveram a oportunidade de ser adotados por uma família. Eles terão moradias coletivas e serão oferecidos a eles estágios em bancos estatais.

E o último repasse, na ordem de R\$ 70 milhões, será para 445 municípios para a reforma dos abrigos. Outras metas serão: destinar R\$ 1,4 bilhão para o auxílio às crianças e adolescentes que sofreram violência sexual infanto-juvenil - é um absurdo que aconteça isso em nosso estado - e um cadastro nacional de adoção.

Acho que essas formas do PAC da Criança é que farão a revolução em nosso país e também em nosso estado.

Era isso o que eu tinha a relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nós temos a satisfação de dar as boas-vindas aos nossos vereadores atuantes de Ponte Alta, juntamente com a coordenadora do projeto dos vereadores mirins, professora Mariza Volinger, os vereadores Antônio Brocardo e Rudinei de Jesus e seus seguidores, os vereadores mirins, que são nove.

Da mesma forma, o município vizinho, São Cristóvão do Sul, está representado aqui pela coordenadora Liamara Leobet, o vereador Valmor Martins da Silva, a vereadora Ilse Leobet e mais sete vereadores mirins.

Transmitam aos dois vereadores mirins que não puderam vir o nosso abraço. Oportunamente eles virão conhecer o Parlamento catarinense a nosso convite.

Mas quero falar da importância do vereador mirim, deputado Joares Ponticelli, que segue o exemplo dos demais legisladores do seu município, num projeto muito importante, tendo como coordenadora, em cada município, uma pessoa experiente, despida de qualquer facção político-partidária, mas voltada à orientação para um Legislativo do futuro.

Parabéns às vereadoras e vereadores mirins de Ponte Alta e de São Cristóvão do Sul! Parabéns aos coordenadores e parabéns aos vereadores! Levem à população desses dois municípios o nosso abraço e o nosso reconhecimento por tudo que eles têm feito, estão fazendo e farão ainda pelo estado de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos, fiquem à vontade e depois vamos conhecer a Casa!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Reno Caramori, também quero associarme à manifestação de v.exa. e saudar todos.

Nós temos a honra de presidir a Escola do Legislativo nesta Casa, que também tem o projeto Parlamento Jovem. Inclusive, na próxima semana, iremos receber os 40 jovens deputados de cinco escolas do estado, que estarão fazendo esse mesmo trabalho.

Parabéns às Câmaras Municipais, aos professores, aos vereadores e especialmente aos nossos futuros vereadores e deputados de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos.

Mas, deputado Reno Caramori, apenas para restabelecer a verdade - porque, como bem disse o deputado João Henrique Blasi, a mentira reiterada vira verdade -, devo dizer que o deputado João Henrique Blasi trouxe aqui apenas uma parte da ficha funcional do servidor da Dops Luiz Henrique da Silveira. Ele omitiu a segunda parte. Disse que Luiz Henrique da Silveira foi exonerado em 1961 da Dops. Não é verdade! Tenho aqui a ficha completa dele à disposição de todos. Em 1961 ele foi afastado por comportamento questionável durante 30 dias, mas voltou em seguida. Passou a suspensão que recebeu e ele voltou em 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966.

Deputado Reno Caramori, o interessante é que tenho a ficha funcional completa dele. E no período do regime militar, as principais portarias dele eram designando-o para compor comissões para perseguir pessoas. Ele só saiu da Dops no dia 12 de junho de 1966, exonerado a pedido. Ele pediu para sair, em 1966. Aqui está a ficha completa à disposição de quem quiser, inclusive com as várias menções elogiosas e honrosas que ele recebeu por ser um eficiente funcionário da Dops.

A ficha completa está à disposição!

Muito obrigado, deputado Reno Caramori!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Mas, srs. deputados e sra. presidente, também vimos à tribuna nesta manhã para lamentar. Grande parte da população brasileira e catarinense ressurte-se, muitas vezes, de um bife na mesa, de um quilo de carne semanal, por falta de condições financeiras. Por outro lado, gostaria que a TVAL fizesse um *close* neste pequeno episódio para que eu possa mostrá-lo: o que está aparecendo aqui são três caminhões descarregando 34.200 quilos de costela.

Estes caminhões que viajavam em comboio foram apreendidos, deputado Sargento Amauri Soares, pelo posto da Polícia Rodoviária Federal de Campo Alto, no município de Santa Cecília. A polícia detectou algumas irregularidades, mas como era competência da Cidasc e da Fazenda estadual, chamou os técnicos desses órgãos para fazerem uma verificação. Ai realmente foram constatadas as fraudes.

Deputado Professor Grando, eram 34.200 quilos de costela bovina que saíam de São Paulo. Nas notas falsificadas constava carne sem osso, e ela era toda com osso, porque eram costelas. A mercadoria, como v.exas. puderam ver, não estava acondicionada em embalagem, e sim jogada dentro da câmara fria, como se joga milho no paiol, sem o menor cuidado. A temperatura das carretas, que deveria ser abaixo de cinco graus negativos para a conservação do produto, uma estava com 12 graus positivos, outra em 15 graus e assim por diante.

Daí aprenderam a mercadoria e foi despejada no aterro sanitário de Caçador. Inclusive, a prefeitura cedeu as caçambas para o transporte da carga de uma das carretas, que não tinha como aportar no aterro.

É lamentável, mas dou aqui um voto de louvor. Os meus cumprimentos à Polícia Rodoviária Federal pelo cumprimento das determinações legais e a atuação. Desconfiou, mandou parar, abriu a carga e detectou as irregularidades. Não tendo a competência legal, chamou os membros competentes do governo para que tomassem as devidas providências. E a Cidasc de Caçador, usando as suas atribuições legais, verificou a carga, apreendeu-a através da Polícia Civil e da Polícia Militar e chamou o dono. Só que a documentação estava tão confusa que até poucos dias atrás ainda não se tinha certeza da origem da carga.

Portanto, enquanto uns passam fome, por uma irregularidade, a Polícia e a Cidasc tiveram que enterrar 34.200 quilos de costelas! Como seria bom uma costela na mesa do pobre, do rico, de quem quer que seja! Como seria bom uma costela no espeto! Mas, lamentavelmente, pela ganância, pela falta de responsabilidade de algumas empresas, tiveram que jogar fora toda aquela carga.

Por isso faço esse registro, cumprimentando a Cidasc e os seus técnicos por terem tamanha responsabilidade, atuando quando ocorre esse tipo de acontecimento. Cumprimento também a Polícia Rodoviária Federal. Muitos não gostam da Polícia Rodoviária Federal, mas ela é o anjo da guarda da estrada, é ela que mantém a disciplina, é ela que prende os infratores, é ela que reduz a mortalidade, é ela que busca a legalidade junto àqueles que circulam nas estradas catarinenses e brasileiras.

Sra. presidente e srs. deputados, quero que os governos olhem para a Cidasc, olhem para a Polícia Rodoviária Federal e vejam o quanto esses órgãos são importantes no contexto catarinense e nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado.

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, servidores deste Poder Legislativo, quero fazer uma saudação, no Dia do Médico, a todos os profissionais da medicina, em especial aos três médicos deputados desta Casa, dizer que é uma categoria que efetivamente merece o nosso respeito e desejo que esteja permanentemente em condições de cumprir o juramento de Hipócrates.

Quero dizer ainda que é preciso uma baliza ética e filosófica para a boa atuação dos profissionais em prol da sociedade. E que essa baliza da ética e da filosofia de Hipócrates de salvar a vida e aliviar a dor possa estar acima das intenções e das contingências financeiras de todos os médicos do nosso estado e do nosso país.

Gostaria de entrar agora numa questão que foi tratada aqui no dia de ontem e no dia de hoje e que tem sido trazida também pela deputada Ana Paula Lima: a relação do governo com os servidores públicos.

Eu vou dizer o que penso, o meu entendimento. A minha análise do governador Luiz Henrique da Silveira, da pessoa do governador, do político Luiz Henrique da Silveira é que ele seja um democrata. Até aqui, da experiência que tenho, não há motivo algum para pensar diferente disso. No entanto, o governo Luiz Henrique, durante o ano de 2007, tem tomado atitudes que não são democráticas. E penso que isso está relacionado com o casamento que fez, com a conjunção quase carnal com a oligarquia catarinense! que foi tão acusada lá nos idos de 2002. Não há como não perceber que recorrer ao Poder Judiciário para impedir uma manifestação de servidores públicos é uma atitude antidemocrática de um governo. E não é a primeira vez que isso acontece!

Quando o Palácio do Governo era aqui, do outro lado dessa praça, imaginem se o governo recorresse ao Poder Judiciário, que é aqui nesse mesmo lado da praça, para dizer que os servidores não poderiam fazer um ato, uma manifestação na frente do palácio. Pois isso está ocorrendo com a transferência do Centro Administrativo para o Saco Grande!

E não se coloca que foram lá e fecharam a rodovia. Como estão falando dos acontecimentos do dia 15 de maio deste ano, quando os servidores da Segurança Pública fecharam a SC-401, quero registrar nesta tribuna que foi plantado! Aquela atitude foi plantada! Gente de dentro do governo plantou, infiltrou seus agentes dentro da manifestação para provocar aquilo, porque quando nós saímos da mesa de negociação - eu, inclusive, estava junto, assim como o presidente da Aprasc, do Sintrasp -, a estrada já estava fechada. As lideranças foram negociar com os secretários e os infiltrados conduziram a manifestação para o meio da estrada justamente para denegrir. Quero que fique registrado isto!

O governo, quando recorre ao Judiciário para impedir uma manifestação na frente do Centro Administrativo, e cabem mais de dez mil pessoas naquela praça em frente ao palácio - está dizendo que é crime, está criminalizando a luta dos trabalhadores, a luta dos servidores públicos! Da mesma forma como acontecia, sim senhor, nos idos da ditadura que o governador disse que combateu. E eu acredito porque são fatos históricos. Mas este mesmo governador se aliou com a oligarquia que aqui em Santa Catarina determinava os rumos daquela ditadura.

Ontem, srs. deputados, telespectadores da TVAL, fez um ano que a Aprasc realizou uma assembléia de 1.300 praças aqui no centro desta capital, oriundos de todas as cidades do estado. E aquela assembléia decidiu, por ampla maioria, apoiar o governador Luiz Henrique no segundo turno. Apenas 18 praças levantaram a mão para apoiar o outro candidato, numa assembléia de 1.300.

A Aprasc realizou a assembléia, deputado Professor Grando, e pagou a conta! Não quis dinheiro. A Aprasc, da contribuição dos praças, pagou a conta justamente para ter independência. E fez um ano ontem. Eu estava lá junto com o presidente da Aprasc, o nosso camarada J. Costa, junto com mais 1.300 praças.

Ontem houve manifestação em Joinville - e foi só uma coincidência - dos praças, dos professores, dos servidores da Saúde. Ontem, deputado João Henrique Blasi, o governador, dizem, e não sei se é verdade, atendeu aqueles que estavam na moita no ano passado, na época do segundo turno. Eu não os culpo; tenho pena deles porque estão sendo usados pelo governo para dividir e enfraquecer a luta dos servidores! É uma pena, uma pobreza de espírito tão grande que se deixem ser usados, coincidentemente no mesmo dia e horário da manifestação! É gostar de ser usado!

O governo não quer negociar e tem dito que não quer. Ontem, pela manhã, houve uma audiência do Sinte com o secretário Ivo Carminati e da pauta do sindicato nada foi discutido, nada vai para frente das questões mais importantes, como incorporação de abono, gestão democrática, que já era compromisso do governo de encaminhar projeto para esta Assembléia no ano passado. Até 15 de julho do ano passado era para ter vindo o projeto regulamentando a eleição nas escolas, e houve compromisso assinado pela então secretária da Educação no dia 15 de maio do ano passado.

Na mudança de governo, a oligarquia passou a mandar no governo, e aquilo que foi assinado no ano passado não vale mais. E tudo o que o secretário Ivo Carminati quer negociar e discutir com o Sinte é que ele apóie o Fundo de Previdência, como bem disse um deputado na manhã de hoje. Ou seja, mais prejuízo para os trabalhadores! É isso a única coisa que há para ser negociada.

Agradeço, e sempre vou agradecer, como disse, a intervenção de outros deputados defendendo a Lei n. 254, e quicá todos os 40 deputados pudessem falar isso todos os dias. Mas não há como, deputada Ana Paula Lima, passar esta semana sem dizer que estou muito decepcionado, mais uma vez, com o risco de acontecer a reforma da Previdência do governo Lula, que quer aumentar mais cinco anos tanto para os homens quanto para as mulheres se aposentarem.

Esse pedágio que está aí não é social; foi o monopólio lá da Espanha que ganhou. E está lá no edital que depois ele vai aumentar o preço conforme o plano de investimento. E o resto é tudo discurso.

Para concluir, somos parceiros e queremos o apoio de todos os deputados para que o governo possa pagar a Lei n. 254. Governador Luiz Henrique, faz mais de um ano que o senhor não conversa com o presidente da Aprasc. Está conversando com aqueles que se esconderam no ano passado. O senhor precisa respeitar os servidores, a Aprasc, os praças, ao invés de...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Conforme acordo, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dagomar Carneiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna nesta manhã, primeiramente, para prestar uma homenagem ao Dia do Médico, em nome dos nossos três parlamentares médicos: Serafim Venzon, Jailson Lima e Antônio Aguiar. Em nome dos três, quero parabenizar toda a classe médica de Santa Catarina, pois a nossa medicina tem-se destacado como uma das mais evoluídas deste país. Na minha cidade, Brusque, especialmente, a evolução tem sido muito grande. E gostaria de parabenizar também o secretário de estado da Saúde, Dado Cherem, por dar condições para que a saúde e a classe médica possam estar prestando um bom atendimento a todos os catarinenses.

A minha segunda colocação, srs. deputados, é em relação à Segurança Pública. Ouvimos nesses dias o deputado Kennedy Nunes falar que o governo foi a Joinville só para anunciar pinturas de prédios e não anunciar pacote nenhum de segurança pública para aquela cidade. Aliás, pelo que ouvimos do deputado Kennedy Nunes, parece que Joinville é a pior cidade de Santa Catarina em todos os setores, seja em saúde, em educação, em segurança. E não são essas as informações que temos em relação à Manchester catarinense. E mesmo a segurança pública sendo um problema nacional, uma preocupação de cada cidadão catarinense e brasileiro, as ações do governador Luiz Henrique da Silveira, em termos de segurança pública, têm sido eficazes, na pessoa do seu secretário, Ronaldo Benedet, e do seu chefe da Polícia Civil, dr. Maurício Eskudlark.

Os índices de criminalidade no estado vêm decrescendo ano a ano, demonstrando que as ações de segurança pública efetivadas em Santa Catarina têm dado resultado. É claro que não conseguimos resolver todos os casos. E venho especialmente falar com relação à minha cidade, Brusque, onde fizemos uma audiência pública para tratar dos problemas da Segurança, no dia 21 de agosto. Lá estiveram o secretário Ronaldo Benedet, o chefe da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, o dr. César Krieger, o coronel Eliésio Rodrigues, e as ações já começaram a ser concretizadas.

Com relação ao pedido do aumento do efetivo da Polícia Civil já tivemos, na semana passada, a incorporação de três investigadores para a comarca de Brusque; tivemos, nesta semana, a efetivação de mais uma escrivã para a delegacia de Brusque e estamos na iminência de, nos próximos dias, receber mais dois investigadores. Todos esses pedidos foram feitos na audiência pública.

A grande reivindicação daquela audiência pública foi a construção de uma cadeia, pois este é um sério problema da nossa cidade. E o prefeito Ciro Rosa já doou um terreno da prefeitura municipal de Brusque para a construção de uma unidade prisional avançada. Naquela oportunidade, o secretário Ronaldo Benedet assegurou à comunidade de Brusque que com essa parceria, com essa doação e a prefeitura fazendo a terraplenagem não mediria esforços para implementar ainda este ano o processo licitatório para a construção da unidade prisional de Brusque.

Na semana passada, os técnicos da secretaria de Segurança Pública, juntamente com o engenheiro da Prosul, com o setor de planejamento da prefeitura municipal de Brusque estiveram no local examinando o terreno, fazendo todos os levantamentos necessários. A equipe da secretaria de Segurança Pública e a equipe da Prosul encaminharão os quantitativos para que a prefeitura de Brusque realize a terraplenagem para a construção da unidade prisional do município.

O processo licitatório, segundo o secretário Ronaldo Benedet, será lançado ainda este ano. Com a concretização da incorporação do Besc ao Banco do Brasil e os recursos do governo federal vindo para o governo do estado, R\$ 50 milhões serão destinados à Segurança Pública, dos quais R\$ 20 milhões serão destinados à construção das unidades prisionais de Santa Catarina e uma delas será a de Brusque.

Srs. deputados, as audiências que o secretário Ronaldo Benedet e o dr. Maurício Eskudlark estão fazendo por Santa Catarina estão sendo extremamente produtivas porque eles não se furtam de ir às cidades conhecer os problemas no próprio local, fazendo com que a interação que acontece entre a comunidade da cidade e a cúpula da Segurança Pública de Santa Catarina facilite a resolução dos problemas.

A outra situação colocada e um pedido da comunidade de Brusque, reiterado aqui por este deputado na Assembléia Legislativa, foi a transformação da guarnição especial da Polícia Militar em um batalhão. Na oportunidade, o secretário Ronaldo Benedet, juntamente com coronel Eliésio Rodrigues, anunciou a implantação do 16º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina na cidade de Brusque, demonstrando que os compromissos que lá foram feitos na audiência pública estão sendo cumpridos.

Srs. deputados, para orgulho nosso, temos os jornais de Brusque mostrando que a PM de Brusque hoje tem uma das melhores frotas de Santa Catarina. Hoje, na cidade de Brusque, contamos com 26 viaturas, todas elas em perfeitas condições. Claro que temos a mesma situação da grande maioria dos municípios, porque lá foi criado o Funpom e o Furebom, e parte dos impostos da comunidade de Brusque, seja através do IPTU ou do ISS, são destinados para o equipamento e o reaparelhamento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, fazendo com que 60% das viaturas sejam adquiridas através do Funpom e os outros 40% são doados pelo governo do estado.

Então nós, em Brusque, também temos problema de segurança, mas, com certeza, as ações do governo do estado, do secretário de Segurança Pública e do chefe da Polícia Civil, dr. Maurício Eskudlark, estão também resultando em benefícios para a comunidade brusquense.

Um dos maiores problemas que temos é a falta de local para a Polícia Civil e para a Polícia Militar poderem realizar as prisões necessárias. E com a criação da unidade prisional, com certeza, esse problema será resolvido, atendendo uma solicitação de muitos anos da comunidade de Brusque, pela falta de local. Hoje nós temos apenas duas celas, sem nenhuma condição para prender os delinquentes que cometem crime na nossa cidade. Mas temos a expectativa, com o lançamento do edital agora, de que até o final do ano ou no início do ano que vem, seja construída a unidade prisional de Brusque, fazendo com que a comunidade possa sentir-se muito segura.

Mas quero, sr. presidente, ao encerrar, fazer o meu agradecimento ao dr. Maurício Eskudlark e ao secretário Ronaldo Benedet, pela atenção que têm dado especialmente para a minha região, que é o Vale do Itajaí-Mirim e o Vale do Rio Tijucas, mas também por toda Santa Catarina.

Muito obrigado, sra. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente e srs. deputados, só não quero que haja manobra, pois o próximo inscrito era o deputado Joares Ponticelli. Como ele não está no plenário, não pode mais se inscrever, baseado no Regimento Interno, pois daqui a pouco ele vem aqui e inscreve-se para garantir. Quero deixar claro que o orador que iria falar antes de mim não está no plenário.

Mas, srs. deputados, sra. deputada, eu acompanhei hoje, nesta tribuna, a fala do nobre deputado Joares Ponticelli e fiquei bastante triste pela maneira com que o deputado se referiu ao governador Luiz Henrique.

O deputado João Henrique Blasi, líder do governo, apresentou aqui, inclusive, dados de 1960, de 1961, época em que eu não era nem nascido, mostrando que não é verdade o que foi apresentado nesta tribuna, deputado José Natal. Como diz o deputado João Henrique Blasi, são meias verdades; mas o que o deputado Joares Ponticelli disse foi uma inverdade por inteiro. Então, é uma grande mentira.

Srs. deputados, quem vive eternamente do passado é museu. Viver falando, remoendo as coisas do passado, só no museu. O museu mostra a história passada. Mas a história do museu é verdadeira, deputado José Natal. Agora, o mais grave é puxar uma história do passado cheia de inverdades, uma grande mentira. Na verdade, nem em um museu que vive do passado pode-se encontrar mentiras do tamanho das que foram faladas aqui desta tribuna.

Mas até acreditei, deputado Manoel Mota, quando o deputado que se referiu ao governador Luiz Henrique, o presidente do PP, falou da época da ditadura, da Dops; eu pensei, deputado João Henrique Blasi, que aquilo fosse uma verdade, porque ele conviveu com seus professores, que são daquela época. Quem seria eu para duvidar daquele que aprendeu com os professores daquela época, e nasceu naquela época? Os seus professores, hoje seus assessores, que fizeram parte daquela época da ditadura e da redemocratização do país.

Eu gostaria de ocupar a tribuna desta Assembléia Legislativa para sempre elevar as grandes personalidades políticas que temos no estado de Santa Catarina e que emprestamos para este Brasil, que ajudaram e têm ajudado o Brasil. Agora, jamais com mentiras atacar a figura do homem público, que é reconhecido neste Brasil por todos os brasileiros, que é Luiz Henrique da Silveira. Luiz Henrique tem uma história na qual nos espelhamos; uma grande história que leva o nome dos catarinenses para todos os cantos do Brasil e para fora do Brasil, pela sua luta, pela sua conduta, pela sua personalidade, pela sua maneira de agir, que nos engrandece e dá orgulho aos catarinenses.

Agora, não podemos, simplesmente porque achamos que o cidadão não é bonito, que é feio, vir para a tribuna marcar inverdades para denegrir a imagem do cidadão que conduz este estado com maestria. Luiz Henrique já foi eleito pelo povo, deputado José Natal, já foi eleito pelo voto popular menos de 12 vezes e mais de dez. Foi reeleito governador do estado de Santa Catarina pela sua administração e pela descentralização que está fazendo! Mas muitos ainda não entenderam o que é descentralização!

Talvez o deputado esteja viajando pouco pelo território de Santa Catarina e esteja visitando outros estados e não o nosso estado, porque o povo é sábio e respondeu nas urnas o que é melhor para Santa Catarina. Aqueles que sobem nesta tribuna e falam de educação a todo o momento, esquecem que antes de Luiz Henrique quem era governador é o assessor dele hoje aqui dentro desta Casa. Está mal assessorado! E até se fala, conforme o dito popular, que o povo tem memória curta. Eu acho que não é só o povo, há certos políticos aqui nesta Casa que têm memória curta, porque não se lembram do que aconteceu com Santa Catarina de 1999 a 2002, na área da educação, pois houve um verdadeiro desmonte na educação no estado! E agora, com o esforço da descentralização do governador Luiz Henrique, estão tentando reconstruí-la. Mas não se reconstrói do dia para a noite, porque destruir é fácil, reconstruir é difícil, e nós estamos reconstruindo. Talvez não seja o povo que tenha memória curta, mas certos políticos que se esqueceram que já governaram Santa Catarina.

Agora, temos que fazer justiça ao homem Luiz Henrique, a quem admiro, a quem aprendi a admirar, a quem tenho como grande líder deste país, juntamente com Pedro Simon. Dias atrás, subi a esta tribuna e fiz a defesa de Pedro Simon, que acabou sendo envolvido em mais uma manobra do Senado Federal, lá em Brasília. Isso tem que ficar registrado.

Eu acho que a Oposição tem, sim, que fazer o seu papel. Podemos até criticar o lado administrativo das coisas, pois não concordamos com tudo, não somos todos iguais. Ruim seria se fôssemos todos iguais, se pensássemos todos da mesma forma. Uns pensam que o melhor para o estado é ter milhares e milhares de funcionários públicos; outros pensam só em fazer estrada; outros pensam só na saúde e outros pensam só na educação. Eu penso que a educação é o caminho de tudo, sim, para fazer o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Então, somos diferentes, nós podemos, sim, subir a esta tribuna e falar para os catarinenses que discordamos, talvez, do jeito de administrar, mas também reconhecendo, às vezes, que podemos discordar, mas que temos dúvidas se um modelo é bom ou não. Agora, não podemos usar esta tribuna para ofender a história de um cidadão catarinense como Luiz Henrique. Chegaram a usar a tribuna para falar do cidadão, do lado pessoal de Luiz Henrique, por quem nós temos grande admiração e o Brasil e Santa Catarina também.

Sr. presidente, eu sempre tenho falado aqui que conheço vários catarinenses que gostam de Santa Catarina, mas duvido que alguém goste mais do nosso estado que Luiz Henrique. Pode alguém até gostar de Santa Catarina como ele, mas mais do que ele eu duvido!

Quero fazer este registro, porque hoje iria falar sobre outro assunto, mas tive que mudar a minha fala para que não se cometa aqui uma injustiça com o cidadão Luiz Henrique, um cidadão reconhecido pelos catarinenses, um cidadão reconhecido no Brasil.

O Sr. Deputado José Natal - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Eu não sou um grande conhecedor da história, mas posso afirmar, com certeza absoluta, por tudo que sei realmente de política em Santa Catarina, que o governador Luiz Henrique da Silveira sempre esteve ao lado do povo. Nunca esteve realmente com a ditadura e esse é o seu grande referencial.

O grande problema é que o governador Luiz Henrique administra este estado com um plano de governo. É diferente dos governos passados, que administravam com atos vindos momentaneamente na cabeça. Mas este governo, reafirmo, fez um plano de governo para muitos e muitos anos para Santa Catarina e isso incomoda quem não foi competente no passado para fazer.

O que eu vou dizer está gravado lá em São José, há muito tempo: o governo passado era administrado por um bando - como dizem lá no Senado - de aloprados. Eu posso dizer porque vivenciei, em determinados momentos - e não foi longo - porque não consegui conviver com eles administrando Santa Catarina da forma como faziam.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Elizeu Mattos, eu também acho que há muita gente com a memória curta aqui: v.ex.a., falar de 1999 a 2002, e esquecer que o seu governador Paulo Afonso Vieira foi para casa devendo três meses de salário aos servidores?! Isso Santa Catarina não esquece! Alguns aqui fazem questão de tentar esquecer, mas o servidor público, deputado Sargento Amauri Soares, certamente os seus colegas de profissão, os policiais, como os meus colegas professores, não esqueceram até hoje que o governo do PMDB, de Paulo Afonso, saiu devendo três folhas de pagamento.

Esse é o maior roubo que um governo pode promover, ou seja, roubar a dignidade, roubar o poder de um cidadão, a dignidade de um pai de colocar o alimento na mesa para os seus filhos. O governo do PMDB tem essa marca e eles fazem de conta que não foi com eles. Mas nós estamos aqui para lembrá-los. Foram três meses de salário dos servidores e eles se apropriaram de mais de dois mil convênios; saíram devendo e Santa Catarina estava no Serasa com o Banco Mundial e com o Bird. Levamos dois anos para recuperar o crédito de Santa Catarina e para pagar as três folhas de salário que eles saquearam do bolso do servidor. Mais de 100 mil famílias ficaram sem poder alimentar os seus filhos porque o governo do PMDB não pagou os salários. Esse é o maior crime que um governo pode cometer e essa marca não é de nenhum governo do meu partido, é do governo do PMDB, que roubou o salário do servidor durante três meses! Esse é o maior crime, repito, que um governo pode cometer!

Srs. deputados, fico imaginando o que teria acontecido se o Luiz Henrique tivesse perdido as eleições do ano passado, deputado Décio Góes! Porque ele encontrou o estado com o BID IV, e só através dele conseguiu inaugurar obras e fazer festa. Nessa semana ainda inauguraram o trecho de Orleans a Criciúma. Aliás, inauguraram quatro vezes! Mas está certo, porque a maioria das prefeituras é do PP, pois como aquela é mais uma obra com a nossa marca, tinham que inaugurar em nossa homenagem.

Nós nos sentimos homenageados em cada inauguração, afinal de contas, é mais uma obra do BID IV e do BID V de que não se têm notícias. O que estão implantando para o futuro de Santa Catarina: o BID V e o Microbacias III? Qual é o planejamento para o futuro do nosso estado?

Ao contrário disso, deputado Sargento Amauri Soares, vê-se o governador dizendo que quer antecipar o ICMS de 2008, de 2009 e de 2010 para colocar no caixa agora. E aí como é que se vai pagar o salário lá na frente?!

Esse é um governo que pensa no futuro? Esse é um governo que está quebrado, que vai deixar o servidor talvez em situação pior para que eles consigam bater o recorde deles mesmos, como o do Paulo Afonso, de terminar o governo com mais de três folhas atrasadas. É só não cortar as despesas, é só não reduzir essa máquina eleitoreira que montaram que não dá resultado algum.

Eles têm essa marca: três meses de salário roubados do servidor! Não há BID V à vista, não há Microbacias III à vista, só estão inaugurando aquilo que nós iniciamos e que viabilizamos através desses programas; o restante continua na imaginação.

O metrô de superfície continua na imaginação do governador e do Vinícius Lummertz. A serra do Faxinal continua na imaginação de alguns que já ganharam votos há muito tempo, desde 2003, enganando aquele povo, e nada da serra do Faxinal, da Interpraías e mais um elenco de obras que se espera há muito. E como bem lembrou o deputado Sargento Amauri Soares, o pagamento também da Lei Complementar n. 254/2003.

Isso é memória curta, deputado Elizeu Mattos, curtíssima, pois faz quatro anos que o governo do PMDB aprovou aqui, com esta Casa cheia de policiais e com discursos inflamados, a Lei Complementar n. 254/2003. E hoje proibiram os servidores de se manifestar.

E como eles não têm como defender uma ação como essa, deputado Décio Góes, ficam aqui endeusando o governador Luiz Henrique da Silveira. Temo até que tentem derrubar a imagem da beata Albertina Berkenbrock, no sábado, para colocar na hora a do Luiz Henrique da Silveira para beatificá-lo, porque quem ouve os seus defensores aqui pensa que ele já foi canonizado ou beatificado e o servidor proibido de cobrar aquilo que é lei, aquilo que foi prometido. Hoje, um governo debochado, autoritário e mandão, descumpridor das leis, pois ele mesmo mandou aprovar essa lei aqui nesta Casa.

Mas vamos rezar para a Albertina Berkenbrock, que vai ser beatificada no próximo sábado, quem sabe ela possa fazer com que o governador se reencontre com os seus compromissos.

Nessa excursão que ele vai fazer de mais de 15 dias de passeio para o exterior, sem uma agenda concreta, pelo menos aqui não chegou nada que pudesse convencer, um total de 60 ou 70 dias no exterior este ano, esperamos que ele não venha novamente dizer que virão os barcos voadores da Rússia para cá, porque isso ele já disse em 2003 e estamos quase em 2008 e os barcos continuam voando só na imaginação de quem fez essa afirmação.

Mas quero, mais uma vez, reportar-me ao momento importante que vamos viver no sul do estado, mais precisamente no município de Tubarão, no próximo sábado, e reiterar o convite a todos os parlamentares para que prestigiem esse momento importante da Igreja Católica, por ser ela mais uma das líderes, a partir de agora, da fé católica, como também de todos aqueles que torcem pelo desenvolvimento do sul do estado.

Conversava muito com o nosso bispo anterior, dom Hilário, e com o nosso bispo atual, dom Jacinto, sobre esse momento importante que vamos viver da beatificação de Albertina Berkenbrock, não apenas para a renovação da fé católica, mas pela oportunidade de trabalho e renda que esse fato também vai gerar para o sul de Santa Catarina.

Todos sabem que o turismo religioso é um dos segmentos do turismo que mais cresce no mundo e a partir do próximo sábado, o sul do estado, os municípios de Imaruí, São Martinho e toda a região sul estarão inclusos nesse roteiro religioso de Santa Catarina, uma vez que teremos elevada aos altares a nossa serva de Deus, Albertina Berkenbrock.

Mais de 50 anos de espera. Na década de 50 o nosso primeiro bispo, dom Anselmo Pietrulla, iniciou esse processo que, para nossa alegria, culminará neste sábado com a elevação da beata de Deus, Albertina Berkenbrock, aos altares.

É um momento ímpar, especialmente para a família, deputado Edson Piriquito. Cinco dos irmãos de Albertina ainda são vivos. Um deles é o sr. Vandolino, que está com mais de 90 anos de idade, que se lembra ainda da irmã, pois conviveu com ela. Não tenho dúvida de que será um momento de grande emoção para os irmãos vivos de Albertina, para os sobrinhos, para todos os parentes, mas também para toda a comunidade católica do sul do estado de Santa Catarina e do Brasil. Afinal de contas, ela será a primeira beata catarinense, nascida em Santa Catarina. Temos a Santa Paulina que foi radicada aqui, mas nascida na Itália. Albertina nasceu e viveu seus poucos anos de uma vida santa, já que foi assassinada aos 12 anos de idade, na comunidade de São Luiz. Portanto, genuinamente catarinense.

Espero que tenhamos vida para, em poucos anos, assim como aconteceu com a beata Paulina, vê-la elevada à condição de santa. Não tenho dúvida de que daqui para frente muitas novas notícias de milagres haverão de surgir e espero que brevemente possamos vê-la canonizada para a alegria dos catarinenses e dos brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas aqui presentes, a minha saudação.

Tenho pautado, nas minhas falas, enaltecer aquilo que tem acontecido de bom por todo o estado catarinense e em especial na minha região. Mas não vou poder deixar de falar a respeito do pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, que é uma pessoa dinâmica, eloquente e que, de certa forma, tem até a nossa admiração. É claro que cada um aqui faz o seu papel, como sempre falamos, mas às vezes, na ansia de poder buscar a promoção eleitoral, no exercício de nossas funções, acabamos escorregando numa palavra ou até em alguma atitude que não seja a mais acertada. Tenho certeza de que aqui todos os 40 deputados são pessoas do bem. Não são pessoas do mal que querem de qualquer forma alcançar o poder ou se manter no poder. Disso eu não tenho dúvida. É claro que cada um desempenha o seu papel.

O deputado João Henrique Blasi reproduziu aqui no plenário um relatório da Dops sobre o governador Luiz Henrique da Silveira, naquele tempo escrivão de polícia, dizendo que ele tinha sido afastado por comportamento que entendeu a Dops que não estava correto, então, ele foi afastado. Mas o deputado Joares Ponticelli vem à tribuna dizer que ele foi exonerado. Ele não foi. Ele não disse que foi exonerado! Ele disse que foi afastado. Inclusive, ele não disse com as suas próprias palavras, ele leu o que estava escrito no relatório. Deputado, é uma coisa boba, é uma coisa pequena, mas se dá uma ênfase ao assunto como se fosse um crime mortal que o deputado João Henrique Blasi tivesse cometido.

Agora, ele falou de diversas ações de governos passados, falou também da viagem do governador Luiz Henrique, mas ele foi acometido de esquecimento, pois o seu líder de bancada, o deputado Kennedy Nunes, vai viajar com o governador. Ele vai viajar junto com o governador, deputado Joares Ponticelli, nobre colega. O deputado Kennedy Nunes, líder do seu partido, estará embarcando junto com o governador nessa viagem oficial ao exterior. Isto é normal e demonstra a imparcialidade do governador, que é um estadista, é uma pessoa do bem também, não é uma pessoa do mal.

Diversos deputados de Oposição já participaram da comitiva dele. O deputado Dagomar Carneiro é nosso colega de Situação, mas creio que já fez viagem com o governador. O deputado Jandir Bellini, meu colega da cidade vizinha de Itajaí, do PP, viajou com o governador também em missão oficial. Então, isso é natural, isso é normal, não tem nada que possa trazer algum dano, algum arranhão à pessoa do governador Luiz Henrique, ao governo do estado ou a qualquer cidadão catarinense.

O presidente Lula é o homem que mais viaja neste país. E vai fazer as suas missões oficiais no exterior para abrir canais de comunicação. Isso é natural, isso é normal e é assim que tem que ser.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero rapidamente cumprimentar v.exa., deputado Edson Piriquito, e dizer o seguinte: o deputado Joares Ponticelli é um rebelde do PP, porque outro dia o líder dele estava lá no movimento contra o pedágio e ele estava na televisão falando a favor do pedágio, desobedecendo o seu próprio líder. Agora o seu próprio líder vai viajar com o governador. Quer dizer, ele deve daqui a pouco ser punido como presidente do partido, já que a falta de coerência é muito grande de sua parte.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu quero dizer aqui que eu, como a minha memória não é curta, quando fui eleito vereador pela primeira vez, fui eleito pelo PP. E lá na Câmara Municipal de Balneário Camboriú, deputado Joares Ponticelli, eu recebi uma encomenda. Aí eu abri a encomenda e havia um calendário do PP estadual para mim. Adivinha quem é que estava estampado no calendário? O deputado Joares Ponticelli. E eu, carinhosamente, como bom companheiro, deixei em cima da minha mesa por mais de um ano. Aí o vereador Jorge Otávio Cachel, que é notável lá na cidade, que é uma pessoa formidável, um sábio, que foi vereador por quatro mandatos consecutivos, disse assim: "Você, Piriquito, está com esse calendário aí em cima de sua mesa e um dia você vai arrepender-se, porque esses caras lá do estado não querem saber de nós aqui debaixo. Esses caras lá do estado não querem nem saber o que acontece nos municípios. Eles têm a vida deles independente. E você fica aí defendendo esse cara".

Agora, pensando, eu digo: eu não me arrependo não. Mesmo tendo esse respeito ao entendimento do meu nobre colega Jorge Otávio Cachel, o deputado Joares Ponticelli é um lutador, é um guerreiro que tem feito tudo para defender as suas idéias, o seu entendimento; é presidente partidário e merece o nosso respeito. Equívocos acontecem. Eu acho que nós devemos perdoar as pessoas quando elas se equivocam. Não adianta querer posar como donos da verdade, porque aí vai ficar uma coisa enfadonha. Aí eu sei tudo e todo mundo que pensar diferente de mim não vai prestar. Claro que não! Nós temos aqui amizade com todos os colegas deputados, independentemente da bandeira partidária. É claro que às vezes os excessos têm de ser controlados, mas o deputado Joares Ponticelli é boa gente.

Para finalizar a minha fala, eu queria dizer que o que nós temos que fazer como representante do povo catarinense é repensar o modelo de gestão, porque o povo catarinense, por diversos momentos, fica apreciando o representante do partido "a", "b" ou do partido "c" dizendo que tem a solução para administrar Santa Catarina. No entanto, nós sabemos do comprometimento que existe hoje da receita corrente líquida, do Orçamento do estado, de todas as rubricas, de todos os setores, e nós sabemos que é difícil fazer esse algo mais que todos esperam.

Ou vocês acham que o governador Luiz Henrique da Silveira não quer cumprir a Lei n. 254/2003? Com certeza, ele quer! Vocês acham que ele não quer pagar melhor o professor? Com certeza, ele quer! Todos nós queremos. Qual seria o louco, a pessoa que está comandando um estado, que iria tomar alguma atitude que não fosse popular? Vocês acham que ele quer tomar uma atitude impopular? Isso não existe!

Mas esquecem de pensar que nós temos que fazer uma reanálise do modelo de gestão. Todos os governos que passaram por Santa Catarina tiveram que buscar dinheiro novo. O governador Esperidião Amin federalizou o Besc e o Ipsc para conseguir dinheiro novo; o governador Paulo Afonso foi às letras; o governador Luiz Henrique da Silveira está buscando agora também dinheiro novo junto com o Besc.

Então, quando acabar a reserva dessa possibilidade de buscar dinheiro novo, deputado José Natal, como é que nós vamos fazer? E não há PT, PP e PMDB que possam salvar! Assim sendo, nós temos que pensar na reestruturação do modelo de gestão, aquilo que deve ficar sob a responsabilidade do estado. O estado, hoje, está abraçando muitas coisas. Eu creio que o estado é responsável por muitas ações e vai ficar sempre nessa briga de quando tapar um santo, destampar o outro. Quero dizer que vai ser uma briga eterna, independentemente quem quer que esteja no poder.

Quero desejar um bom final de semana a todos os catarinenses, aos colegas deputados, aos funcionários desta Casa, às pessoas que aqui estão e a todos os que nos assistem.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente em exercício neste momento, deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio Aleisc Digital, neste primeiro momento eu queria convidar e conchamar todos os filiados do PSDB de Santa Catarina e também todos os simpáticos, pois já existe um número enorme em nosso estado e no país, para que neste domingo, a partir das 9h, no plenário da Assembléia Legislativa, participem da convenção estadual do PSDB, para votar numa chapa que, com certeza absoluta, vai conduzir à presidência do partido, na sucessão de Dalirio Beber, que deixou uma marca no partido e continuará sendo um grande colaborador em Santa Catarina, o nosso vice-governador Leonel Pavan.

A convenção contará com a presença do ex-candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, que com certeza absoluta, catarinenses e brasileiros, irá suceder o Lula no próximo mandato, porque é o mais bem preparado para conduzir os destinos deste país.

Mas, deputado Elizeu Mattos, eu estava aqui observando diversas colocações feitas e quero dizer ao nobre deputado Edson Piriquito que nós vivemos a realidade de um mundo globalizado, onde o que se fala aqui, agora, daqui a pouco já está circulando no mundo inteiro. Assim, quem tem a responsabilidade de governar o município, o estado ou o país tem que buscar as informações, as experiências internas e externas para conduzir os destinos da administração. E o governador Luiz Henrique da Silveira, junto com sua equipe de governo, tem feito isso com muita maestria e tem incomodado muito a Oposição, que não se conforma com essa forma de administrar do governador, junto com Leonel Pavan, um guerreiro, conhecedor profundo do estado de Santa Catarina.

Quero apenas quero dar o testemunho aos deputados desta Casa - com certeza muitos ainda estão nas dependências do Poder Legislativo, apenas não estão mais no plenário neste momento - que o governador Luiz Henrique, dos últimos governos que passaram nesse estado, está mostrando que é um visionário. Trouxe para a sua equipe de governo uma juventude com conhecimento, de cabeça aberta e que realmente tem responsabilidade com o estado.

O governo do passado administrava com aquele time que não tinha visão e nem conhecimento. E reitero, o governador Luiz Henrique da Silveira foi buscar, junto àqueles que ele convidou, a juventude de cabeça nova, que sabe realmente o que é o país, que sabe o que é a democracia, que sabe, principalmente, a importância de participar e desenvolver um estado dinâmico, como é Santa Catarina.

Temos que vir à tribuna desta Casa bater no peito e dizer, com certeza absoluta: somos um estado diferente dos demais estados da federação. Temos um povo trabalhador e um estado que produz riquezas para este país como bem poucos. Quem está à frente do governo tem comprometimento com a sociedade de Santa Catarina e principalmente com a sociedade brasileira. Tudo isso é fruto do trabalho, reitero, do governador Luiz Henrique da Silveira e de sua equipe.

Tenho ouvido da tribuna desta Casa, srs. deputados e catarinenses, o deputado Joares Ponticelli vir, desde que aqui entrei, apenas lamentar. Eu disse ontem e vou repetir, ele esqueceu-se de parlamentar nesta legislatura e continua lamentando. Mas ele não tem alternativa. Eles não foram competentes, eles não souberam fazer e por isso têm que estar no estado em que se encontram.

Não trouxe à tribuna, para conhecimento de Santa Catarina, não precisa nem ser do governador, um secretário de estado ou o diretor de uma das secretarias que tenham praticado centenas e centenas de boas ações pelo estado. Ele não teve ainda a humildade de vir a esta tribuna fazer o registro de uma dessas ações. O deputado Manoel Mota, líder da bancada, é que vem aqui.

Essa é a conduta de quem não tem postura e não teve plano de governo para administrar o estado. Hoje cai na realidade de que a coisa é diferente, cai no desespero, volto a dizer, e não sabe o que falar. Em determinados momentos vem para a ofensa pessoal, como já fez aqui com o governador e com este deputado, quando me chamou de subserviente, de lambe-botas do governo.

Isso é atitude de quem não tem competência. E quero dizer, srs. deputados e catarinenses, que vim aqui para ajudar Santa Catarina, o governador e sua equipe, não vim aqui para ajudar a Oposição. De jeito nenhum! Vim para ajudar Santa Catarina e criticar o governo Lula naquilo que ele não faz como sempre pregou que deveria ser feito. O nosso estado e o sul do Brasil continuam sendo marginalizados pelo governo federal, todos sabem, só que a maioria não vem aqui falar. Nós produzimos riquezas, mas não recebemos, do governo federal, o percentual que é devido ao sul do país pela riqueza que produz.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado José Natal, eu nasci no interior de Anita Garibaldi e aprendi com meu pai, que não era professor e tem apenas o quarto ano primário, assim como a minha mãe, que para ser respeitado é preciso respeitar. Esperava hoje, nesta Casa, ainda mais de um deputado que se diz da educação, que se diz professor, ex-diretor de colégio, que no mínimo seguisse aquele nosso ditado lá do interior, de que para ser respeitado tem que respeitar. Esperava que esse educador soubesse respeitar as pessoas, pois não é outra coisa que esperamos de um educador.

O deputado Joares Ponticelli não agiu como educador, ele desrespeitou a figura de Luiz Henrique da Silveira neste plenário. Daqui a pouquinho, deputado Manoel Mota, vou achar que o deputado não voltará para Tubarão para ser diretor de escola, se continuar com esse desrespeito às pessoas, vai voltar para os bancos escolares para aprender a ter educação e respeitar o grande cidadão catarinense, que é Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, deputado!

Só a título de informação e para encerrar: na CPI da Casan, da qual faço parte e estava presente na última terça-feira, juntamente com os demais membros, quando me pronunciei, esse deputado que se diz educador, como v.exa. acabou de colocar, referiu-se à minha pessoa dizendo que não respondia a gente pequena. Isso foi o que ele fez para mim, numa intervenção que fiz a respeito da CPI da Casan. Respondeu aos demais e para mim disse: "Eu não respondo a gente pequena". Esse é o educador, ou o que se diz educador em Santa Catarina. Tenho medo de alguns jovens que passaram na sua mão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, queria fazer dois registros.

Primeiramente, quero registrar a presença de dois prefeitos da serra catarinense: da cidade dos lagos, Anita Garibaldi, o prefeito Rui Cândido Duarte; e o prefeito Janerson Furtado, o Teba, do município de Cerro Negro. Graças à descentralização muito se mudou naquele canto do estado.

Quero também deixar registrado que hoje começa a nossa Expolages, que vai até domingo. Todos os que nos estão escutando podem visitar Lages e a Expolages.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá as boas-vindas aos prefeitos da região serrana.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes que dão a honra de acompanhar a sessão nesta manhã de hoje, srs. prefeitos que prestam relevantes serviços e que com certeza estão a trabalho na capital do estado, sejam bem-vindos.

Srs. telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero dizer que não adianta, porque o deputado Joares Ponticelli não perde a mania, é aquela batida e não adianta. O eminente deputado Jandir Bellini acompanhou o governador em uma viagem extraordinária, mas antes de chegar aqui, o deputado Joares Ponticelli fez três ou quatro pronunciamentos criticando a viagem de turismo. Agora o seu líder viaja, quer dizer, é outra viagem de turismo? Eu acho que precisamos ter um pouco mais de responsabilidade, como parlamentar, para não fazer essas acusações levianas.

Eu gostaria que a segurança desta Casa pudesse encontrar o caratoca, que desapareceu. O caratoca desapareceu e talvez os seguranças possam encontrá-lo, porque ele vem aqui faz a sua denúncia e desaparece. Esse é o peixinho que corre do anzol e nunca é fígado. Quero dizer que continua o mesmo, não muda.

Eu teria vergonha, no lugar do eminente deputado Joares Ponticelli, de vir aqui falar do governo Paulo Afonso. Eu teria vergonha, se fosse ele! Durante quatro anos era só pau e cacete em cima do ex-governador Paulo Afonso, não havia um dia em que não fizessem isso. Assumiram o governo e foram mais quatro anos de cacetadas. Qual foi o resultado das urnas? A derrota!

Isso mostra que Oposição ou governo têm que ter coerência, responsabilidade, visão, planejamento, para não chegar ao ridículo, como eles chegaram e continuam chegando.

Falar do governo que não pagou a folha?! Será que eles não lembram que a sociedade não esqueceu que botaram a mão no dinheiro do Besc?! Quebraram o Besc! No seu primeiro mandato quebraram o Besc e entregaram-no sob intervenção para o saudoso governador Pedro Ivo. Será que esqueceram que a sociedade não tem memória curta? Será que se esqueceram disso? Voltaram no segundo governo e terminaram de sepultar o Besc, porque não conseguiram quebrá-lo e aí jogaram na rua: Besc quebrado, falido, que era para o povo retirar o dinheiro das contas. Vieram, então, R\$ 2,150 bilhões para dar cobertura para os seus afilhados, mas ninguém sabe para onde foi esse dinheiro. Ninguém sabe para onde foi esse dinheiro! E no final houve a federalização do banco, deixando uma dívida pública de R\$ 40 milhões por mês, fruto de R\$ 4,5 bilhões, que era a dívida pública do estado que passou para R\$ 8,5 bilhões, ficando a dívida de R\$ 40 milhões para R\$ 80 milhões por mês.

Quer dizer: esse foi o resultado daqueles que vêm aqui criticar e pensam que as pessoas têm memória curta e não avaliam tudo isso que eles fizeram! E como se isso não bastasse, botaram a mão no Badesc, levaram quase R\$ 13 milhões sem autorização do conselho e do Banco Central! Teriam que ser penalizados e penalizados com um processo crime, porque botaram a mão de novo no patrimônio do povo sem autorização.

Eles pensam que a sociedade tem memória curta. Mas a resposta veio das urnas, o povo determinou a derrota do mito inesquecível, e assumiu o governo um homem comprometido com a sociedade, Luiz Henrique da Silveira, implantando o seu plano de governo.

O eminente deputado Elizeu Mattos falou aqui que o governador Luiz Henrique governa com plano de governo. Ele está executando aquilo que constava do Plano 15, aquilo que a sociedade aprovou, mas que a Oposição, principalmente a do deputado Joares Ponticelli, Oposição cega, incompetente, incoerente, que não contribui em nada com o processo de desenvolvimento, não enxerga, porque cego não é aquele que não enxerga, mas aquele que não quer enxergar. Esse é o legítimo cego.

Essas críticas que ele faz todos os dias, dizendo que o governo só vem inaugurando obras que eles iniciaram, mostram a sua cegueira e que ele não tem vergonha e nem fica vermelho ao dizer isso.

Fizeram um governinho incompetente! Mentiram, enganaram a população e têm a coragem de falar na serra do Faxinal, para onde levaram uma máquina em véspera de eleição para enganar o povo e depois tiraram. Em Sombrio encheram de estaquinhos e depois tiraram. Eles pensam que nós temos memória curta, que não lembramos de tudo isso! E a sociedade faz o mesmo.

O deputado Joares Ponticelli vem aqui todo o dia para fazer críticas e mais críticas. Eles deixaram 56 municípios sem pavimentação asfáltica, sem acesso, abandonados no meio da poeira. O governador Luiz Henrique, com a sua equipe competente, com o seu secretário, com a visão de Mauro Mariani, com um trabalho estúpido, planejado, está concluindo um a um os acessos aos municípios, independentemente cor partidária. Municípios do partido do deputado Joares Ponticelli estão recebendo pavimentação porque o governador não é pequenininho, ele governa com visão, com planejamento, sem rancor e sem ódio. Por isso vai construindo acessos a todos os municípios, para dar condições de empresas lá se instalarem, para que a população se sinta feliz e lá possa investir. E não vir para a capital, pois queremos que a população do interior continue produzindo.

As escolas, o deputado todo dia cita a questão das escolas. Não tem vergonha de vir falar nas escolas! Administraram por duas vezes este estado, deixaram as escolas destruídas, e o governador Luiz Henrique vem recuperando uma por uma. Nós temos hoje um secretário arrojado. Paulo Bauer é um secretário arrojado, está planejando, recuperando! Santa Catarina terá, não tenho dúvida nenhuma, um dos melhores secretários da Educação da história do estado. Eu conheço a pessoa que planeja para chegar ao seu objetivo, e Paulo Bauer está fazendo isso.

Então, vem criticar as escolas, porque as deixaram acabadas. Prédio nenhum se destrói em quatro anos, e o governo tem apenas quatro anos e alguns meses, como é que as escolas estão destruídas? Porque as deixaram liquidadas, não investiram. Desapareceram, como fizeram com o dinheiro do Badesc e do Besc. Construíram obras de péssima qualidade e estamos tendo que as recuperar.

Pensam que temos memória curta, que a população tem memória curta! Não se convencem, não esquecem porque foram derrotados por um homem comum, que renunciou à prefeitura de Joinville e concorreu com outro que tinha a caneta na mão, e derrotou-o. E não foi somente uma derrota, foram derrotados naquele segundo turno e em mais dois turnos, porque foram derrotados na segunda eleição também! E o eminente deputado Joares Ponticelli não se conforma.

Mas ele tem que se preparar, porque ele já fez quase 13 mil votos em Tubarão e agora fez menos de seis mil. A população não está mais aceitando isso e a situação dele vai ficar muito difícil. Acho que ele tem que se preparar para construir uma nova visão, porque o que ele faz é destruir, e o povo não aceita.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 88ª Sessão Ordinária do dia 23 de outubro de 2007:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.: 0302/2007, 0308/2007, 0311/2007, 0328/2007, 0361/2007, 0365/2007, 0398/2007, 0406/2007 e 0432/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0005/2007;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0194/2007, 0197/2007, 0271/2007, 0335/2007 e 0476/2007.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero, com muita honra, fazer o registro da presença do secretário do Desenvolvimento Regional de Araranguá, no extremo sul de Santa Catarina, que foi prefeito por três vezes no município de Turvo, um homem com experiência que está fazendo um trabalho extraordinário. E veio a Florianópolis a trabalho prestigiar, nesta manhã, o nosso Parlamento.

Então, quero deixar registrada nos anais desta Casa a presença do nosso eminente secretário Heriberto Afonso Schmidt.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Esta Presidência agradece a visita do secretário Regional e deseja-lhe boas-vindas!

Queremos registrar também a presença do Grupo de Idosos Rio do Cerro, de Jaraguá do Sul, e desejar-lhes as boas-vindas à Assembleia Legislativa! Sintam-se bem em nossa Casa!

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, para a entrega do título de Cidadão Catarinense a Vicente Telles.

Esta encerrada a presente sessão.

ATA DA 028ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2007 ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE A VICENTE TELLES

PROPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA

SUMÁRIO

DEPUTADO JORGINHO MELLO - DISCORRE SOBRE A VIDA DE VICENTE TELLES.

VICENTE TELLES - Refere-se a alguns episódios da Guerra do Contestado e agradece a homenagem.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa o sr. Fábio Antônio Favero, prefeito municipal de Irani, e o sr. Vicente Telles, nosso homenageado desta noite.

Excelentíssimas autoridades, srs. deputados, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa Diretora deste Parlamento, com aquiescência dos demais deputados, para a concessão de título de Cidadão Catarinense ao sr. Vicente Telles.

Neste momento, ouviremos o Hino Nacional, interpretado pelo ervalense Fernando Spessatto do meu querido município de Herval d'Oeste.

(Precede-se à interpretação do hino.)

Queremos fazer o registro da presença da sra. Janete Cristina Lidani, que representa o grupo Toca-Teatro Universitário, de Joaçaba, e do sr. Iram Menezes Lobato, representando a empresa Expresso Mercúrio S.A.

Neste momento, faço uso da palavra na qualidade de autor do projeto de lei que ensejou o presente título.

Excelentíssimo prefeito de Irani, sr. Fábio Antônio Favero;

Querido amigo Vicente Telles, homenageado desta noite.

Gostaria de cumprimentar o nosso maestro Nilo Valle, que nos honra com a sua presença aqui; o sr. João Carlos, da cidade de Lages; o sr. Vicentinho; a sra. Leda; o sr. Roberto Garajo; os artistas de Joaçaba; o Jaime Telles, secretário da Administração e diretor de Cultura de Joaçaba. E já quero aproveitar, Telles, para convidá-lo a fazer parte da mesa aqui conosco.

(Palmas)

Senhoras, senhores, Vicente, fiz um discurso que gostaria que o amigo ouvisse com atenção.

(Passa a ler.)

"Ao apresentar nesta Casa a proposição para dar outorga de título de Cidadão Catarinense ao ilustríssimo sr. Vicente Telles, busquei fazer justiça, indo muito além da intenção de exaltar uma única pessoa.

Com esse gesto, o Parlamento catarinense alcança outros personagens: catarinenses, paranaenses, brasileiros de diferentes rincões, sobre os quais Vicente Telles tem narrado, ao longo de quase 30 anos, os dias de sangue que viveram durante a famigerada Guerra do Contestado.

Com sua gaita ao peito este moço tem emprestado sua sensibilidade musical, sua poesia e sua emoção, não apenas para contar a história, mas para penetrar nas entrelinhas da história e buscar nelas as lições contidas.

Manifesto aqui a minha gratidão a esta Casa Legislativa, que abriu suas portas e mobilizou os seus servidores para que essa homenagem tivesse êxito nesta noite.

Da mesma forma, registro aqui de forma muito carinhosa a presença e a participação de artistas valorosos que vieram de Herval d'Oeste, de Joaçaba, de Irani e de Curitiba para dar brilho a este evento.

Não poderia deixar de agradecer à Fundação Catarinense de Cultura, através de sua presidente Elizabete Anderle, pelo empréstimo do piano, já que depois seremos agraciados pelo Vicentinho na sessão de hoje.

Não há como negar que estou muito feliz por estar participando desta justa homenagem, mas quero ressaltar aqui que os verdadeiros proponentes desta noite, meu prezado Vicente Telles, são os milhares de estudantes que visitam o Sítio do Contestado para ouvir suas preleções e suas canções; são

as centenas de pessoas que se nutrem da cultura e civismo ouvindo suas palestras; são as crianças e os adolescentes dos grupos folclóricos e teatrais, que emprestam a sua graça e o movimento de seus corpos para expressar as lições do Contestado ilustradas pelos textos e pelas canções de sua autoria; são os corais que cantam e encantam, nos remetendo aos cenários e aos personagens do Contestado.

Também te homenageiam nesta noite os caboclos de serra-acima que sonhavam com uma pátria livre e promissora, mas que não viveram a tempo de conhecer a democracia. O gatilho da ganância disparou antes.

Eram trabalhadores do campo, herdeiros de uma terra sem mapas nem alamedas, os quais tiveram que trocar a ferramenta pelas armas, manchando de sangue o ferro frio que antes só cortava o mato para prover o seu sustento.

Esteja certo, Vicente Telles, que a sua voz foi a dos soldados e dos jagunços que tomaram numa luta indigna; numa luta em que brasileiros matavam brasileiros, mesmo sem conhecer as verdadeiras razões daquele confronto que ninguém desejava.

É bem verdade que a ferrovia trouxe progresso, mas convenhamos, o preço não precisava ser tão alto. E falando em progresso, são também protagonista desta solenidade os excluídos de hoje, amontoados em nossas periferias, nos fazendo buscar com mais vontade a construção de um estado pleno de cidadania, no sentido mais amplo da palavra.

O amigo Vicente está coberto de razão quando afirma que o Contestado não é passado. Nossa guerra hoje é diferente, mas a desigualdade se mantém a mesma e ainda afronta os ensinamentos do Monge que ensinava seus redutos: 'quem tem, mói. Quem não tem, mói também', referindo-se ao princípio de igualdade, onde os incapacitados têm o amparo dos demais.

Senhores que nos honram com as suas presenças, o Parlamento catarinense está trazendo à tona um tema que apesar de nada agradável, é nosso. Digo isto porque ele nos obriga a encarar a nós mesmos porque hoje somos nós os personagens da história escrevendo o que será contado pelos historiadores daqui a pouco. Não foi à toa que a cidade de Caçador contemplou uma universidade com o nome de Contestado. Não é à toa que centenas de autores, de vários pontos do Brasil, já escreveram mais de 400 livros abordando ângulos, personagens e episódios a respeito. O cinema também já mostrou e pretende registrar ainda mais o Contestado. Grandes emissoras de televisão já mostraram fragmentos desta história em documentários importantes, a TV Senado também já o fez, inclusive destacando outros baluartes catarinenses que também pesquisam e trabalham sobre o assunto.

Recentemente, ao visitar o belíssimo teatro de Joaçaba pude assistir a um grande espetáculo, fruto de um audacioso projeto da Unoesc de Joaçaba. Era a 21ª montagem da peça teatral "O Contestado", do autor Romário Boreli, que já percorreu o Brasil. Outros autores nos honram com suas presenças nesta noite, e isto nos enche de orgulho. Mas, se existem tantos pensadores se ocupando com o Contestado, nós, deputados de Santa Catarina, não podemos nos omitir daquilo que nos cabe.

Por isso, hoje estamos manifestando o nosso desejo sincero de reverenciar o cidadão que abraçou esta causa e fez dela sua missão, mesmo sabendo, Vicente Telles, que isso não o pouparia de amarguras e desencantos, principalmente no terreno fértil da desinformação e da incompreensão. Por certo, os críticos de plantão não medem conseqüências para lançar farpas, por discordarem dele sobre pontos de vista no vastíssimo cenário da Guerra do Contestado.

Mas, quem de nós poderia ter a pretensão de julgar os métodos ou as afirmativas de Vicente Telles? Longe disso! Estamos aqui por outros motivos! Mesmo respeitando as opiniões discordantes, estamos convictos em afirmar que não podemos falar em Contestado sem lembrarmos Vicente Telles, assim como não podemos falar de Vicente Telles, sem lembrar o Contestado.

Respeitando todas as crenças, sinceramente, não me surpreenderia sr. Vicente Telles, se v.s.a. sentisse arrepios e calafrios durante suas atividades culturais e educativas sobre o Contestado, pois o velho 3º Monge, prevendo sua morte, fez uma promessa contundente: 'Zé Maria assegurou que voltaria ainda mais forte e acompanhado de uma legião de seguidores que tomariam com ele, restabelecendo a verdade e buscando justiça.' Não me surpreenderiam os arrepios ou calafrios, porque quem faz um trabalho da sua envergadura, jamais o faz sozinho. Uma legião de seres intangíveis pode estar conspirando em seu favor, abastecendo seu ânimo e renovando sua disposição.

A voz que emana de sua garganta e o som que sai de sua gaita são complementos de uma sinfonia muito maior, cujo regente invisível pode ter escolhido a poesia e a música para dizer com amor e mansidão verdades que as armas da guerra jamais conseguiram. O maior propósito desta homenagem é dizer: obrigado Vicente Telles, por sua obstinação sobre o catarinismo que precisamos resgatar e cultivar; obrigado por chamar nossa atenção para um dos acontecimentos mais importantes da história brasileira ocorrido em solo catarinense; que Deus lhe dê força e muita saúde para contagiar outras multidões com a seriedade que sempre pautou sua lida em prol do Contestado; que a vibração das teclas de sua gaita possa também ressoar no piano de seu filho Vicentinho, cuja vocação hereditária comprova o talento do pai.

Com a autoridade que reveste este Parlamento, na qualidade de deputado proponente desta homenagem, tenho a honra de dizer que o estado de Santa Catarina o considera e o abraça como nobre, produtivo e honrado Cidadão Catarinense."

Muito obrigado, meu amigo Vicente Telles.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido o sr. Jaime Telles, poeta de Joaçaba, para declamar, de sua autoria, a poesia *Guerra do Contestado*, acompanhado pelo músico argentino, ao violão, nosso irmão e nosso amigo radicado em Joaçaba, Roberto Garayo.

(Procedem-se às interpretações.)

(Palmas)

Meus parabéns!

Convido o homenageado, sr. Vicente Telles, para receber das mãos deste deputado e também do prefeito Binho o título de Cidadão de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o cantor lageano, Jean Carlo Orsoleta, para interpretar a música *O Herdeiro do Contestado*.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

Esta Presidência quer fazer o registro da presença de Adilson Guanabara, diretor de Cultura do nosso querido município de Joaçaba.

Seja bem-vindo, Guanabara!

Convido agora Vicente Eleodoro de Paula Telles, filho do nosso homenageado, Vicente Telles, para fazer uma homenagem a seu pai com a execução de uma música.

(Procede-se à execução da música.)

(Palmas)

O Vicentinho é estudante de música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Parabéns, Vicente!

Esta Presidência também quer registrar a presença de Valdir Staggemeier, diretor de Cultura do município de Irani.

Caro amigo Vicente Telles, cidadão catarinense, o senhor está com a palavra, mas pode se dirigir à tribuna acompanhado da inseparável sanfona.

O SR. VICENTE TELLES - Excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello, proponente desta honraria. E v.ex.a. que traz na pele a glória da cor da identificação do jagunço do oeste, poderia ter me poupado da grande emoção provocada pelo seu discurso.

Sr. prefeito de Irani, empenhado também em prestigiar as causas nobres da cultura;

Meu querido amigo maestro Nilo, glória da música erudita de Santa Catarina, através da orquestra sinfônica do nosso estado;

Meus caros amigos representantes de Lages, representando uma entidade cultural, aos quais agradeço muito a presença;

Nestor Bom, na figura do nosso amigo que ali está, vindo de Porto Alegre trazer uma contribuição a este evento;

Ao amigo Guanabara, uma das glórias do incentivo cultural da nossa terra do oeste;

Leda, Fernando, Jaime, Garayo e tanta gente que aqui nos honra com a sua presença.

Quero agradecer também ao meu caro Marcos Nascimento, uma das glórias da história do Brasil, que trabalhou como correspondente de guerra por muitos anos na Inglaterra e hoje está prestando serviço às causas do Contestado.

Meu querido amigo Marcos César, uma das glórias da cultura de Santa Catarina, prestando serviços ao Contestado;

Meu querido amigo Celso Martins Silveira Júnior, que está lançando agora uma pesquisa revolucionária sobre a história do Irani, que é a figura de José Fabricio das Neves enterrado como bandido, que está ressuscitando hoje como herói.

Quero, neste momento, com muita humildade até, dizer que há pouco me perguntava um repórter o seguinte: "Como é que o senhor vê esse título?" - Eu vejo da seguinte maneira, não é por humildade, mas por convicção.

Eu acho que o nosso proponente fez isso mais por equívoco do que pelo mérito do homenageado, mas eu não posso recusar, até porque estou no dever também de dar a contribuição que ele me pede para a causa. E, a propósito, eu queria pedir desculpas pelas posições que coloco a respeito da história do Contestado.

Primeiramente, sr. deputado Jorginho Mello, peço-lhe permissão para dividir com aquelas multidões sem identidade, vivendo à margem da contabilidade oficial, que povoavam os sertões de Santa Catarina no começo do século e que de um momento para o outro foram assaltados, violentados pela truculência do coronelismo de fazenda, herança da velha República e como tal esse paraíso ecológico foi transformado exatamente, poderia dizer assim, num caos administrativo, sem governo definido, disputado avidamente por dois estados: Santa Catarina e o Paraná, que se digladiavam nos tribunais na ânsia de abocanhar a região.

Então, essa terra, alvo da ambição, alvo da cobiça e da violência desenfreada, com desmandos de toda ordem, matança em série, esses sertanejos que nos legaram essa terra pela presença física, os mesmos que já antes, pela efetiva presença física nos sertões do Contestado, contribuíram de alguma forma para que a sentença favorável ao Brasil, na tendência internacional com a Argentina, tendo como árbitro o presidente Stephen Grover Cleveland, dos Estados Unidos, quando mais uma vez o grande e hábil Rio Branco brilhou na defesa das fronteiras nacionais.

É bom que se diga que Rio Branco fez muito mais com a pena, pela inteligência, a propósito do que o senhor falou, deputado, do que todos os canhões da Guerra do Paraguai, na ampliação do território nacional.

Então, o que resta para aquele povo do sertão que nos legou essa terra pela ocupação e posse? E, como se isso não bastasse, deu o sangue para vê-la dividida, os grandes latifúndios, em pequenas glebas, permitindo que daí viessem para cá os imigrantes trazer o progresso que hoje nós desfrutamos!

Eu pergunto qual é a gratidão que nós temos por esse sangue derramado? Ficaram hostilizados, pisados, perseguidos, presos, torturados e mortos. Injustiçados pelos homens, quer brasileiros, quer estrangeiros, eles só tinham opção de se apegar com os poderes dos céus.

E o monge era aquele que lhes falava de uma nova ordem, desencadeando com língua afiada a República injusta, acenando-lhes com a monarquia celeste algo dos caboclos para os caboclos. E as multidões sem identidade, vivendo à margem da contabilidade oficial, não se intimidaram sobre a bandeira espiritual da fé, não se intimidaram ante o sistema opressor e a guerra eclodiu.

E, por falar em guerra, é bom lembrar que a coragem de matar é do bandido, do bruto, do assassino e do tirano. A coragem de morrer, dizia Rui, é do soldado, do missionário, do juiz, do advogado e é do político, mas é também do homem simples, do homem humilde, quando agredido, quando ferido nos seus brios, na honra pessoal e na dignidade da sua família.

E foi aí que se deu o primeiro combate, confronto de inocente contra inocente. E aqui é bom que se lembre que Jean-Jacques Rousseau nos adverte que se existe no mundo um miserável país em que os indivíduos não possam viver sem fazer o mal, que os cidadãos se tornam malandros por necessidade, não é o malfeitor que se deve punir, que se deve condenar, é aquele que o forçou a tornar-se malfeitor.

Eu trabalho na minha propriedade, está aqui o prefeito municipal de Irani como testemunha, e muitas pessoas aqui presentes, recebendo caravanas de estudantes, caravanas que vão para lá, professores e alunos de vários níveis, inclusive de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Paraná, não para dar aula, mas para discutirmos o que nós podemos fazer pelo Brasil para os nossos filhos.

Eles que amanhã, sr. deputado, estarão no seu lugar; eles que amanhã estarão nesta Assembléia; eles que amanhã terão que conduzir o Brasil nas costas. Este país não está ensinando nada sobre civismo, maestro Nilo. Falamos tanto sobre isso.

Então, volto ao primeiro combate quando o monge reuniu o pessoal dele e explicou que tinha três opções: se entregar, fugir ou resistir. Optaram por resistir.

E diz o poeta Davi Prosa que aqueles desvalidos uniram-se num credo mágico, escabroso e vão para server lições de vida e amor. Partiram para o combate, lembrem-se, aqueles que agredidos na honra e na dignidade da sua família tinham a coragem de morrer para enfrentar outros infelizes soldados que na hierarquia social correspondiam ao mesmo extrato social dos sertanejos maltrapilhos do Irani.

Eram, portanto, homens credenciados a morrer, um por imposição da disciplina, pela coação da ordem militar, e outro porque defendia a sua dignidade.

Depois da morte os cadáveres se estendiam sobre a relva. O comandante sai dali numa patrula de couro de gado, vai para Palmas, dali em carroça até União da Vitória e de União da Vitória até Curitiba, onde recebeu as maiores honrarias até hoje jamais iguais. O funeral mais imponente da história do meu querido Paraná, justo porque era um bravo, era um herói.

Mas quem deve ser punido são aqueles que obrigam o homem a se tornar um malfeitor. Do outro lado, sertanejos humildes, maltrapilhos, que são jogados numa vala comum juntamente com os soldados.

Meus caros, o que significa isso? Lá as honrarias dos homens. Aqui, no Contestado, na vala comum dos 21 do Irani, lá estava a glória dos homens; ali estava a glória divina, porque aqueles que os obrigaram a ser malfeitores não permitiram que eles, em vida, pudessem viver unidos e em harmonia. Agora, eles se unem carne, osso, sangue para dar um testemunho de unidade, de fraternidade, de amor para a eternidade. Ou não é? Ali está uma chama, deputado, queimando as nossas consciências alimentadas pelo sangue dos bravos de nossa terra, para provar que a história do Contestado não tem nada do que se alega das causas que determinaram uma guerra fratricida entre irmãos!

Eu só queria citar um caso: Setembrino de Carvalho, um general, sem dúvida, como diz Paulo Derengoski, um peso pesado, deixava a interventoria do Ceará, veterano de Canudos, intelectual, inteligente, culto, sem dúvida, literato.

Os governadores temiam-no quando aqui chegou a mando do general Vespasiano, então ministro da Guerra, para assumir e dar fim à Guerra do Contestado. Ele chamou o governador Felipe Schmidt - quem afirma isso é um oficial do Exército num livro lançado agora na biblioteca do Exército - e disse: "Governador, podemos tentar reunir esses líderes e com eles eu me proponho a desenvolver um diálogo para a solução desse problema, porque não é possível evitar esse derramamento de sangue, se nós não tivermos esse diálogo!" Ao que o governador lhe disse: "General,

não vemos no homem armado qualificação. Não vemos no homem armado habilidade diplomática para tratar de um assunto que é de exclusividade política". Ao que o general lhe respondeu: "Eu também não vejo, governador, por que um mediocre general de um mediocre exército não pode se ocupar de um mediocre problema para o qual precisa apenas de um pouco de vontade e uma pequena dose de patriotismo."

Daquela conversa resultou o cerco de Santa Maria. Foi cercado pelos quatro pontos cardeais o vale do Timbó Grande: ali não entravam gêneros, não entrava gente, não entravam armas, não entrava comida. E lá embaixo, aquela multidão, repito, sem identidade, vivendo à margem da contabilidade oficial, foi vítima da doença, da fome, da miséria e do fogo de metralhadoras, de canhões e peças de artilharia pesada por cima.

Eu sempre digo para os meus alunos, porque isso desperta sentimento, porque o que levanta o homem não são as palavras, mas os sentimentos. Palavras - dizia Silveira Martins - não são metais que se fundem, mas sentimentos sim. Eu preciso despertar sentimento, indignação nos jovens, nas crianças, contra essas barbáries que aconteceram. Como é que esses jovens vão estar aqui amanhã sem ter um sentimento de patriotismo da sua própria história, se não lhes é levantada, se não lhes é ensinada?

Aí está um exemplo desses casos de barbáries que vemos a toda hora invocando o Iraque e tantos outros países que aqui se estuda, lamenta-se e consterna-se. E a nossa história? Isso não vale nada? E o nosso sangue? Isso aqui, por acaso, não é uma chama que está acesa, queimando as nossas consciências?

Deputado, às vezes falo demais e perco-me também. Os outros envelhecem, eu perco a memória. Mas dentre as razões da minha satisfação, do meu orgulho e da minha gratidão por ser o filho mais novo de Santa Catarina - e há pouco vocês assistiram ao parto - um dos orgulhos que me persegue é ter constatado, se não me equivoco, que Santa Catarina é o estado de menor incidência de homens públicos, neste país, envolvidos com corrupção.

Agora temos aqui o coroamento da história catarinense com o exemplo de que o Contestado, no passado, foi só corrupção e foi o que gerou a Guerra do Contestado. Ensino, grito isso aos alunos dizendo: vocês têm que aprender porque amanhã estarão conduzindo este país. E onde está o nosso caráter? Mas não deixo de dizer também, sr. deputado, que me orgulho, e agora com mais razão, ao ver que esse estado é o de menor incidência de homens públicos envolvidos em corrupção. Não sei se há algum argumento contrário, mas é o que eu depreendo.

Por fim, quero dizer que após a guerra veio a pior coisa. O pior da guerra não foi a guerra, foi o que veio depois. Desculpe eu me estender, maestro Nilo, mas esse assunto precisamos encarnar como artistas. Pessoal de Lages e de Joaçaba, temos que invocar isso. Lamento hoje a ausência do meu amigo, querido irmão, Romário Morelli, ele que representa, no meu entender, em cultura viva, o clarim, a clareira e o clarão da história na sua obra *O Contestado*.

Pois bem, estamos aqui hoje para uma reflexão. O pior foi depois da guerra, quando a operação limpeza consistia da prisão e execução sumária de veteranos de guerra, de testemunhas oculares, na presença da família, para criar um terror psicológico terrível, para que a posterioridade não tomasse conhecimento dos massacres, das barbáries, dos genocídios.

Os senhores diriam: "Mas de onde você colheu isso?" Na fazenda do meu avô, que era do lado dos coronéis, que abrigava a polícia para prender caboclos e executar nos sertões. Depois ele teve que fugir dali, porque os caboclos se infiltraram e quando a polícia foi embora atacaram a fazenda e ele teve que abandonar tudo. Mas uma tia da minha mãe, com 104 anos de idade, dona Ana Cordeiro dizia: "Meu filho" - apontando para um córrego -, "aquela sanga ali estava cheia de cadáveres. Aqui não se podia comer carne de porco, porque eles só comiam carne de gente". Isso na década de 30.

Ninguém fala, ninguém pesquisa, todo dia aparecia um cachorro com uma mão, com uma perna, com cabeça de gente na boca dentro de casa. Isso lá no Irani, que não foi o forte da mataca. Alguém fala sobre isso? Que coisa! Será que nós não podemos nos indignar? Ter um sentimento de gratidão para com a memória dessa gente do passado?

Vocês sabiam que em Caçador, num lugar chamado Butiazinho - e o Nilson Thomé nos explicava isso -, há um cerco de pedras que simboliza 200 homens presos ali que foram chacinados, arrastados em chinha de cavalo, amontoados, cobertos com grimpas de pinheiro, galhos secos e foi ateado fogo? Ele diz ter um telegrama de felicitação ao capitão Rosinha pelo ato de bravura! Será que isso não é motivo para reflexão para mudar as consciências dos nossos jovens que vão dirigir o Brasil amanhã? Esses ex-exemplos de barbárie? Quem não aprende com a história está condenado a repeti-la!

Então, ainda o seu Nora, do bairro Charqueadas, em Canoinhas - eu tenho isso escrito -, deu o testemunho: "Olha, meu filho, essa estrada aqui" - apontando para os vagões - "tudo ia cheio de crianças, no final da guerra quando eles se entregavam, mulheres, todos aqueles pobres

molambentos, iam para São Francisco. Todos esses vagões. Lá tomavam o navio para pegar um emprego não sei onde, e até hoje não se sabe para onde foi aquela gente".

Estou apelando para o Celso Martins fazer uma pesquisa nessa área da operação limpeza. Isso dói nas nossas consciências, porque a nossa história não está sendo contada como deveria. Tem que ver a causa, o que determinou as barbáries que se fez! Ficar contando história de deslocamento de quartel, nome de acidente geográfico, estatística, isso não leva a nada! Nós temos é que saber aquilo que mexe com os nossos sentimentos.

Pois bem, para encerrar, Matos Costa, um capitão que se despiu da farda, comandando 200 homens entre Vila Nova do Timbó, Canoinhas e União da Vitória, e percorrendo aquelas regiões, passou a penetrar no meio do sertão e descobriu as injustiças praticadas contra os sertanejos. São muitas, não vou enumerar, mas vou contar a principal: a derrama de dinheiro falso. Quando havia recusa do recebimento, os larápios impunham à mão armada. Isso indignou o militar que estava ali para matar os caboclos, para perseguir os caboclos. Mas é essa gente que eu tenho que matar? Fez uma sindicância, apurou que havia um coronel envolvido! Eu não posso dizer o nome, porque ontem me alertaram, dizendo que há parente desse coronel aqui em Florianópolis, e era bom não citar o nome. Esse coronel era amante de uma sobrinha. O capitão Matos Costa era um rapaz jovem, elegante, um galã, viu uma possibilidade de descobrir onde estava o foco desse dinheiro falso e através da amante do coronel, com a qual ele se relacionou, e com o irmão dela, chamado Gabriel, descobre que o coronel pegou os documentos de uma máquina de fazer dinheiro em nome do coronel. Denuncia a Pinheiro Machado, que era o papa dos coronéis, que deu umas respostas de promessa, mas não resolveu nada. Matos Costa, então, pegou os documentos e levou ao ministro da Guerra. Quando volta de lá estava planejada a sua morte em Calmon. O incêndio de Calmon foi provocado por aquele coronel, infiltrando jagunços, isto é, capangas no meio de jagunços,

insuflando-os a incendiar a Madeireira Americana e jogando a culpa em cima dos sertanejos. E a história está aceitando isso como verdade.

A história não é para decorar, é para refletir, para pensar e, principalmente, para tomar atitudes. Atitudes de exemplos de sangue derramado que podia ser o nosso, que podia ser o de vocês. E lembrem-se, ninguém está livre de uma guerra. Temos que aprender com a história, mas aprender com a realidade.

Meus amigos, há pouco eu pedi desculpas ao Nilo dizendo: não sei se terei condições, um pouco pela emoção, um outro pouco pela deficiência pessoal. Há uma música que nós fizemos, infelizmente esquecemos a letra, poderia distribuir para vocês me ajudarem a cantar pelo menos o estribilho.

Mas o Jaime estava dizendo: "Você repete que eles pegam tudo". É gente inteligente, não é velho como você. Todo mundo tem rapidez de memória. Vou tentar mostrar essa música, inspirada nesse fenômeno de Matos Costa.

(Procede-se à apresentação da música.)

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - A Presidência quer fazer o registro da presença do empresário de Joaçaba, Francisco Filipin, bem como do Otanello.

Neste momento, convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina, interpretado pela soprano Leda Silva Kerber, acompanhada, ao piano, por Fernando Spessatto.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a honrosa presença de todas as autoridades, de todas as pessoas que participaram da sessão, dos amigos da querida cidade de Joaçaba e Herval d'Oeste e de todas as pessoas que nos honram com suas presenças, aos companheiros de Lages.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, ordinária, para o dia 23, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Michel Curi - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1622ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral Michel Curi, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1622ª sessão ordinária. Presentes os procuradores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves, Nazarildo Tancredo Knabben, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior, iniciaram-se os trabalhos propriamente ditos. 1) Relatoria do procurador Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo nº 1483/07, de Sérgio

Luiz Cardoso e Processo nº 1488/07, de Silvio Silva Sobrinho. 2) Relatoria da procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, Processo nº 1478/07, de Anne Buss, que após discussão, saiu com pedido de vista do procurador José Buzzi. 3) Relatoria do procurador Fábio de Magalhães Furlan, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1512/07, de Adroaldo Mira; Processo nº 1476/07, de Eduardo Delvalhas dos Santos; Processo s/nº - Consulta - Ofício CL nº 275/07, de 09/08/07 "contrato celebrado com empresa Damovo do Brasil S/A". Continuando o Relator deu conhecimento ao Processo s/nº - MEMO nº 0600/07, de 14/08/07 "Informações na ADI nº 3921". 4) Relatoria do procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, Processo nº 1150/07, de Carmem Lúcia Zattar, que saiu com pedido de vista do procurador José Buzzi. Do mesmo módulo aprovado parecer por unanimidade ao Processo s/nº - Consulta de 20/08/07 "transposição para a ALESC de Kátia Regina Tzelikis Losi". 5) Relatoria do procurador José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade ao Processo s/nº - Consulta - Ofício nº

041000036367/000/008, de 09/08/07 "solicitação de cópias das leis que criaram os municípios de Mafra e Rio Negrinho". 6) Relatoria do procurador Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1574/07, de Rosani Vieira de Souza; Processo nº 1445/07, de Rubens Bez Batt Junior e Processo nº 1510/07, de Jonas Lemos Campos. 7) Relatoria do procurador Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1429/07, de Alexandre Aldo Cipriani; Processo nº 1446/07, de Maureci Vieira; Processo nº 1449/07, de Daura Navegantes Meneses de Aguiar e Processo nº 1462/07, de Elias Bruno Steimbach. 8) Relatoria do procurador Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1573/07, de Manoel Petronio Ataíde Paes; Processo nº 1535/07, de Renato Hercílio Bertoldi; Processo nº 1492/07, de Gabriel Barbato; Processo nº 1503/07, de Júlio César de Souza; Processo nº 1516/07, de Maristela Daronco da Silva Lima; Processo nº 1541/07, de Vanio Cardoso Darella e Processo s/nº - Consulta - Ofício s/nº de 23/07/07 "desconto do imposto de renda sobre abono de permanência". 9) Relatoria do procurador José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1538/07, de Messias Marciano de Souza Neto; Processo nº 1433/07, de Geni Rebelatto dos Santos; Processo s/nº - Consulta - Ofício CL nº 300/07, de 22/08/07 "contrato de inexigibilidade - Hans Donner" e Processo s/nº - Ofício nº 732/07/CFA, de 20/08/07 "1º Delegacia de Polícia da Capital, solicitando depoimento do Deputado Jorge Melo - Carta Precatória 021/07, Joinville". Continuando o Relator retirou de pauta o Processo nº 1066/07, de Alésio dos Passos Santos. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia cinco (05) de setembro, à mesma hora e local. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador geral e pelos procuradores presentes. Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2007.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA DECIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia três do mês de outubro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Dirceu Dresch, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Coordenadoria das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Herneus de Nadal e Nilson Gonçalves. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata anterior, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL0153.6/07, tendo como relator o Senhor Deputado César Souza Júnior, que foi aprovado por unanimidade; em seguida foi colocado em discussão e votação o PL0283.4/07, do mesmo relator, que também foi aprovado por unanimidade. O PL0279.8/07, foi relatado pelo Senhor Deputado Dirceu Dresch, que colocou em discussão e votação, aprovado por unanimidade. Do mesmo relator foram postos em discussão e votação os PL0285.6/07, PL0289.0/07e o PL0416.0/07, todos aprovados por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os PL0282.3/07 e o PL/0286.7/07, relatados pelo Senhor Deputado Sargento Amauri Soares, foram aprovados por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL0284.5/07, relatado pelo Senhor Deputado Edson Piriquito e aprovado pro unanimidade. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o Senhor Presidente a presente Reunião, a qual, eu, Heloisa Cabral Uchôa Rezende, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 03 de outubro de 2007.

Deputado Dirceu Dresch
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos dezessete dias do mês do outubro do ano de dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da vigésima quinta reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Renato Hinnig, José Natal Pereira, Odete de Jesus Jandir Bellini, Silvío Dreveck, Pedro Uczai, em substituição ao Deputado Décio Góes, Gelson Merísio e Manoel Mota. O Senhor Presidente colocou em votação a ata da 24ª Reunião Ordinária da Comissão acima epigrafada, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Renato Hinnig, que relatou o PL./0182.0/2007, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Continuando, a Deputada Odete de Jesus solicitou a palavra e relatou o PL./0420.6/2007, seu parecer foi pela aprovação da matéria, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também o PLC./0034.6/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Jandir Bellini relatou o PL./0280.1/2007, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, com a palavra o Deputado Silvío Dreveck relatou o PL./0061.3/2007, em discussão, foi solicitado vista em gabinete para o Deputado Presidente. Em seguida, o Deputado Pedro Uczai relatou o PL.0436.3/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Gelson Merísio relatou o PLC./0032.4/2007, em discussão, foi solicitado vista em gabinete para o Deputado Pedro Uczai. O Deputado Manoel Mota relatou o PL./0291.4/2007, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, também relatou o PL./0342.9/2007, em discussão, foi solicitado vista ao Deputado Pedro Uczai. Com a palavra, o Presidente relatou o PL./0469.1/2007, em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos da Reunião Ordinária, dos quais, eu, Silvío Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicado no Diário desta Assembleia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Deputado Onofre Santo Agostini, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima quarta reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados José Natal Pereira, Professor Grando, Dirceu Dresch, Renato Hinnig e Onofre Santo Agostini. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0076.0/07, de autoria do Deputado Jailson Lima, que "Dispõe sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual, e adota outras providências". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Pedido de vistas em gabinete, pelo Deputado José Natal: 0197.7/07, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que "Institui a Semana da Imigração Japonesa e o Ano do Centenário da Imigração Japonesa". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, com emenda substitutiva global: 0302.1/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis (fornecer espaço físico para a AMA)". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0328.0/07, de autoria do Governador do Estado, que "Altera dispositivo da Lei nº 13.401, de 2005, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Joaquim (instalação do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar)". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade com emenda modificativa; 0335.0/07, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que "Institui o Programa "SOS Vovó". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0398.3/07, de autoria do Deputado Antônio Aguiar, que "Declara de utilidade pública a Associação de Judô Ono, de São José". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0432.0/07, de autoria do Deputado Serafim Venzon, que "Declara de utilidade pública o Instituto Kat Schürmann, no Município de Bombinhas". Relator: Deputado Renato

Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Na seqüência, o Deputado Dirceu Dresch solicitou providências para a decisão tomada na última audiência pública para tratar do Ato nº 1797. Ficou definido que a assessoria enviaria convites aos membros da comissão, constituída na audiência pública, para que compareçam - na próxima terça-feira, dia 23 de outubro, às 11h - à reunião ordinária da Comissão de Trabalho para solucionar a questão. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Onofre Santo Agostini
Presidente
*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2127, de 10/10/2007, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 028/2007, referente à aquisição de um sistema de arquivamento deslizante, obteve o seguinte resultado:

Lote Único

Vencedora: GIROFLEX S.A
Valor do Último Lance: R\$ 39.000,00
Florianópolis, 19 de outubro de 2007.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 098/2007

REFERENTE: 09 Termo Aditivo ao Contrato CL nº 017/2006, de 20/02/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Cotrans Locação de Veículos Ltda.

OBJETO: alterar qualitativamente o objeto, substituindo 04 (quatro) veículos Volkswagen modelo Santana, no valor unitário de R\$ 1.617,34 (um mil seiscentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos), por 04 (quatro) veículos Chevrolet modelo Vectra Elegance, motor 2.0 Flexpower (bicomustível), no valor unitário de R\$ 2.716,49 (dois mil setecentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), remanescendo a contratação com 50 (cinquenta) veículos. Alterando o valor mensal do Contrato de R\$ 119.337,25 (cento e dezenove mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos) para R\$ 123.733,85 (cento e vinte três mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I "b", da Lei nº 8.666/93; Item 14.7 do Edital Pregão 040/2005; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 28 de setembro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Osni Prates Pacheco - Diretor Presidente
*** X X X ***

EXTRATO Nº 099/2007

REFERENTE: 07 Termo Aditivo ao Contrato CL nº 012/2005-00, celebrado em 22/12/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: DOBEL - Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda.

OBJETO: Proceder às alterações quantitativas no objeto do Contrato original, acrescentando 02 (duas) assinaturas do "Jornal O Estado de São Paulo", 01 (uma) do "Jornal Tribuna do Dia - Criciúma" e 01 (uma) do "Jornal da Manhã - Criciúma", ao custo mensal de R\$ 151,15 (cento e cinquenta e um reais e quinze centavos).

Diante das alterações ora procedidas remanesce a contratação de 225 (duzentos e vinte cinco) assinaturas, que juntas somam o valor mensal de R\$ 9.142,44 (nove mil cento e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) e o global, até 31/12/2007, de R\$ 32.147,63 (trinta e dois mil, cento e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos). Considerando os últimos 03 (meses) meses do ano de 2007.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º da Lei nº 8.666/93; item 7.2 Cláusula Sétima do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 01 de outubro de 2007.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC

Marlene Munch - Sócia
*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2217, de 19/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JOSÉ CARLOS FELIX**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Kennedy Nunes).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2218, de 19/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **MAURÍCIO ANTENOR DA SILVA**, servidor do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete da Deputada Ada de Luca.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2219, de 19/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:
LOTAR **LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU**, matrícula nº 1098, na Comissão de Finanças e Tributação.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2220, de 19/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **SERGIO DE SOUZA SILVA**, matrícula nº 2882, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/10/2007 (Deputado Renato Hinnig).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2221, de 19/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ADENOR PIOVESAN**, matrícula nº 2805, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/10/07 (Deputado Renato Hinnig).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2222, de 19/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 1583/2007,

RESOLVE: *nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,*

CONCEDER a **HUDSON MENDES CARDOSO**, matrícula nº 1012, *Licenças-Prêmio* referentes aos quinquênios compreendidos entre 24/01/1997 a 23/01/2002 e de 24/01/2002 a 23/01/2007.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2223, de 19/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Rocler Rech	2097	1820/07	Especialização	28/09/07
Edenilson José Acorsi	2112	1836/07	Especialização	01/10/07
Mansur Melquiades Elias Junior	1574	1838/07	Especialização	01/10/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2224, de 19/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Zuneide Soares Alves	3395	3%	6%	05/09/07	1920/2007
Mirela Maria Vieira	3831	3%	3%	23/07/07	1896/2007
Afonso Prates da Silva Junior	1553	3%	30%	03/10/07	1889/2007
Claudia Bressan da Silva	3850	3%	3%	21/08/07	1555/2007
Teresinha Borsato Serafim	4477	3%	3%	05/09/07	1893/2007
Ruth Anselmo Nunes	4252	3%	3%	30/04/06	1895/2007
Mariana Demetrio Ribeiro	4495	3%	3%	30/09/07	1915/2007
José Idival de Souza	3166	3%	3%	01/03/07	1916/2007
Rui Bussulo	3441	3%	3%	01/10/06	1975/2007
Rui Bussulo	3441	3%	6%	25/04/07	1975/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 500/2007**

Declara de utilidade pública a Focinho Feliz - Aliança Educacional Pelo Bem Estar Animal, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Focinho Feliz - Aliança Educacional Pelo Bem Estar Animal, com sede e foro na cidade e Comarca de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 10/10/07

JUSTIFICATIVA

A Focinho Feliz - Aliança Educacional Pelo Bem Estar Animal, constituída em 10 de agosto de 2004, sob forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, tem por finalidade:

- Promover gratuitamente a educação ambiental e o respeito a todas as formas de vida;

- promover a interação entre o homem e os animais e a Natureza;

- promover a difusão dos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos dos Animais procurando assegurar, por todos os meios legais, o seu respeito e observância;

- lutar contra as agressões à natureza e contra as infrações à respectiva legislação ambiental;

- estimular a parceria, o diálogo e a solidariedade entre os diversos segmentos sociais, participando, ao lado de outras entidades, de atividades que visem a interesses comuns.

Anexo ao presente, segue a documentação exigida pela Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 208/07**

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos da Biblioteca Pública Municipal Cônego João Reitz, no Município de Sombrio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos da Biblioteca Pública Municipal Cônego João Reitz, com sede no Município de Sombrio.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 277/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Balneário Gaivota.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por compra, no Município de Balneário Gaivota, um terreno com duzentos e oitenta e oito metros quadrados, de propriedade de Airon Santos Generoso e Denia Orieta Pfeiff, avaliado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), matriculado sob o nº 20.315 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pelo inciso X do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem por finalidade a ampliação da EEB Praia da Gaivota.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 293/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Saudades.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da Mitra Diocesana de Chapecó, no Município de Saudades, parte de um terreno com área de um mil, quinhentos e sessenta e quatro metros quadrados, registrado sob o nº 14.837 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por finalidade a regularização da ocupação do imóvel onde se encontra instalado o Ginásio de Esportes da Linha Alto Maipu.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 304/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Grupo Armação, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito do imóvel constituído por um terreno com cento e sessenta e oito metros e cinquenta e seis decímetros quadrados, contendo benfeitorias com duzentos e trinta metros e dezoito decímetros quadrados, localizado na Praça XV de Novembro nº 344, em Florianópolis, com escritura pública lavrada às fls. 152 do livro nº 170 do Cartório do 2º Tabelionato de Notas e 1º Ofício de Prestos da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 00017 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo permitir a continuidade dos trabalhos de caráter cultural que o Grupo Armação vem realizando no local nos últimos vinte anos.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 310/07

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Ascurra.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao domínio do Estado o imóvel localizado no Município de Ascurra, constituído por um terreno com dois mil, quinhentos e cinquenta e nove metros e dois decímetros quadrados, matriculado sob os nºs 3.665 e 8.281 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial e cadastrado sob o nº 01993 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi concedido à Associação Beneficente Cultural Desportiva de Moradores do Bairro Ribeirão São Paulo e reverterá ao patrimônio público estadual por descumprimento do disposto na lei de concessão de uso.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da posse pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 13.037, de 02 de julho de 2004.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 331/07

Declara de utilidade pública a Associação Atlética Esportiva Infantil Vento Sul, do Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Atlética Esportiva Infantil Vento Sul, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 341/07

Altera dispositivos da Lei nº 12.931, de 2004, que institui o procedimento da descentralização de créditos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os incisos II e III do art. 8º da Lei nº 12.931, de 13 de fevereiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

I -

II - na liberação financeira dos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado diretamente ao órgão ou entidade que descentralizar o crédito orçamentário; (NR)

III - na obrigatoriedade de o órgão ou entidade que descentralizar o crédito orçamentário efetuar o repasse dos recursos financeiros nas épocas dos adimplementos dos compromissos assumidos pelo que receber o crédito orçamentário descentralizado; e (NR)

IV -

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 347/07

Declara de utilidade pública o Centro de Treinamento FUTSAL Fraiburgo - CETREFF, de Fraiburgo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Treinamento FUTSAL Fraiburgo - CETREFF, com sede e foro no Município e Comarca de Fraiburgo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 390/07

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alessandro Rosa Vieira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alessandro Rosa Vieira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 391/07

Institui o Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro, a ser comemorado, anualmente, no dia 22 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 417/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Santa Rosa do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por compra, um terreno no Município de Santa Rosa do Sul, de propriedade de Salete de Souza Teixeira e esposo, medindo três mil metros quadrados, avaliado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que será desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 1.285 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pelo inciso X do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem por finalidade a construção de novo prédio para abrigar a EEF Cônego João Reitz.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 422/07

Autoriza a doação de imóvel no Município de Modelo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Modelo, o imóvel onde funciona a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Modelo, constituído por um terreno com área total de seiscentos e sessenta e nove metros quadrados, com benfeitorias, matriculada sob o nº 4.359 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho e cadastrado sob o antigo nº 03985 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo possibilitar a aplicação de recursos municipais na reforma e ampliação do imóvel e a regularização de sua ocupação, a ser efetuada por intermédio de lei municipal de concessão de uso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Modelo.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Lei nº 13.811, de 14 de agosto de 2006

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 469/07

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Departamento Estadual de Infra-Estrutura.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.294.367,00 (um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e sete reais), em favor do Departamento Estadual de Infra-Estrutura, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

53000	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
53025	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA
Atividade	Terrapl/Pavim/OAE/Supervisão - Contorno Rodoviário de Criciúma
Código	53025. 26.782.6201.1790 P 001790
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.90	Aplicações Diretas
4.4.90.51.00 (0121)	Obras e Instalações R\$ 500.000,00
4.4.90.51.00 (0100)	Obras e Instalações R\$ 794.367,00

Art. 2º Para atender ao crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada:

53000	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
53025	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA
Atividade	Adequação/Recuperação, Melhorias, OAC e OAE - SC-400-401-402-403-404-405 e 406 em Florianópolis
Código	53025.26.782.0610.0965 P 009694
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.90	Aplicações Diretas
4.4.90.51.00 (0121)	Obras e Instalações R\$ 500.000,00
90000	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CRICIÚMA
90001	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CRICIÚMA
Atividade	Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional
Código	90001.04.121.0970.0212 A 007945
3.	DESPESAS CORRENTES
3.3.	Outras Despesas Correntes
3.3.50	Transferências
3.3.50.41.00 (0100)	Contribuições R\$ 222.934,00
3.	DESPESAS CORRENTES
3.3.	Outras Despesas Correntes
3.3.90	Aplicações Diretas
3.3.90.39.00 (0100)	Outros serviços de terceiros R\$ 100.000,00
	- pessoa jurídica
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.90	Aplicações Diretas
4.4.90.51.00 (0100)	Obras e Instalações R\$ 70.000,00
Atividade	Conservação Rodoviária - SDR Criciúma
Código	90001. 26.782.0610.0788 A 004929
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.40	Transferências a Municípios
4.4.40.42.00 (0100)	Auxílios R\$ 50.000,00
Atividade	Humanização de Rodovias - SDR Criciúma
Código	90001. 26.782.0610.0789 A 005700
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.40	Transferências a Municípios
4.4.40.42.00 (0100)	Auxílios R\$ 50.000,00
Atividade	Apoio ao Sistema Viário Municipal - SDR Criciúma
Código	90001. 26.782.0630.0509 A 007148
3.	DESPESAS CORRENTES
3.3.	Outras Despesas Correntes
3.3.40	Transferências
3.3.40.36.00 (0100)	Outros serviços de terceiros R\$ 25.000,00
	- pessoa física
3.	DESPESAS CORRENTES
3.3.	Outras Despesas Correntes
3.3.40	Transferências
3.3.40.39.00 (0100)	Outros serviços de terceiros R\$ 25.000,00
	- pessoa jurídica
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.40	Transferências a Municípios
4.4.40.41.00 (0100)	Contribuições R\$ 25.000,00
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.40	Transferências a Municípios
4.4.40.42.00 (0100)	Auxílios R\$ 26.433,00
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.50	Transferências
4.4.50.41.00 (0100)	Contribuições R\$ 100.000,00
Atividade	Construção do Complexo Esportivo no Bairro Santo Antônio - SDR Criciúma
Código	90001. 27.812.0750.0951 P 000727
4.	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.	Investimentos
4.4.90	Aplicações Diretas
4.4.90.52.00 (0100)	Equipamentos e Material R\$ 100.000,00
	Permanente

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***